

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

O ESTADO-PRODUTOR DE PETRÓLEO E AS
TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA DO RIO GRANDE
DO NORTE, NOS ANOS 80.

JOÃO RODRIGUES NETO

CAMPINA GRANDE - PB

1994

330.42
P. 96

181-7780 (1-1)



JOÃO RODRIGUES NETO

**O ESTADO-PRODUTOR DE PETRÓLEO E AS
TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA DO RIO GRANDE
DO NORTE, NOS ANOS 80.**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Economia, com área de concentração em Economia
Rural, da UFPB, como requisito parcial para obtenção de
grau de Mestre.

Orientador: Prof^o. Dr. Róberio Ferreira dos Santos

Campina Grande - PB
Dezembro, 1994



R696e

Rodrigues Neto, João.

O Estado-produtor de petróleo e as transformações na economia do Rio Grande do Norte, nos anos 80 / João Rodrigues Neto. - Campina Grande, 1994.

131 f.

Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Humanidades, 1994.

Referências.

"Orientação : Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos".

1. Economia Política. 2. Economia - Rio Grande do Norte - Década de 80. 3. Petróleo - Indústria Extrativista. 4. Monopólio do Petróleo - PETROBRÁS. 5. Dissertação - Economia Rural. I. Santos, Robério Ferreira dos. II. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande (PB). III. Título

CDU 330.16-032.3(813.2)"80"(043)

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho científico foi indispensável o apoio e a contribuição recebidos para sua concretização.

Sinceramente, agradeço a todos que se mostraram disponíveis e pacientes para apoiar, opinar, discutir, fornecer dados, etc. ...

Ao Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos, que orientou com eficiência e sempre se mostrou preocupado com a qualidade da produção científica;

Ao Eng^o. Rafael Schettini Frazão, Superintendente da Região de produção do Nordeste Setentrional - RPNS - (Bacia Potiguar) - Petrobrás;

Ao Eng^o. de produção Sérgio Dagoberto Oliveira Saraiva, Qualidade do DEBAR/RPNS;

Ao Eng^o. de produção Tibúrcio Batista da Silva Filho, da Assessoria de Comunicação/ASCOM/RPNS;

Ao Eng^o. de produção Irineu Renato G. de Andrade, da Assessoria de Comunicação/ASCOM/RPNS;

Ao Eng^o. de produção Augusto Franklim F. Dantas Caldas, da Assessoria de Comunicação/ASCOM/RPNS;

Ao Serviço de Comunicação Social da Petrobrás - Rio de Janeiro;

Ao Prof. Flávio José Cunha de Aguiar, ex-Chefe do Departamento de Economia da UFRN;

Ao Prof. Ms. Aluzio Alberto Dantas, Chefe do Departamento de Economia da UFRN;

Ao Prof. Dr. Odair Lopes Garcia, da disciplina Macroeconomia do Departamento de Economia da UFRN;

À Prof^a. Ms. Roosenez de Carvalho Teixeira, da disciplina Economia Brasileira do Departamento de Economia da UFRN;

À Prof^a. Ms. Maria do Socorro de Azevedo Borba, Chefe do Departamento de Biblioteconomia;

A todos os professores do Curso de Mestrado em Economia Rural da UFPB;

À Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural da UFPB;

A todos os colegas do Departamento de Economia da UFRN;

À Prof^a. Raquel Augusta Rodrigues, pelo trabalho de revisão ortográfica;

À Luciano Galvão Freire Júnior, do Laboratório de Informática Aplicada às Ciências Sociais/LIACS;

Ao Prof. Dr. Wayne Thomas Enders, do Departamento de Administração da UFRN, pela tradução do Resumo;

Aos colegas do Curso de Mestrado: Carlos, Castro, Claudino, Jonas, Roberto, Santo e Sebastião.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Avelino e Francisca e aos meus irmãos e cunhados.

À Raquel e nossos filhos Fabrício, Yuri, Rodrigo e Dimítri que apesar
das dificuldades souberam administrar
a minha ausência.

"Nada te perturbes
Nada te amedrontes
Tudo, tudo passa,
Só Deus, só Deus não passa.

A paciência tudo alcança
A quem tem Deus nada falta,
Só Deus basta, só Deus basta."

(autor desconhecido)

SUMÁRIO

TABELAS

RESUMO

ABSTRACT

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| CAP. 1 - A QUESTÃO DO PETRÓLEO E A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 80. | 5 |
| 1.1 O "Milagre brasileiro" - 1968/73..... | 6 |
| 1.2 - Aceleração do Endividamento Externo do Brasil - 1974/80..... | 13 |
| 1.3 - Tentativas de Ajuste da Economia - 1981/89..... | 23 |
| 1.4.- Conclusões..... | 32 |
| CAP. 2 - O SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO..... | 34 |
| 2.1 - A História do Petróleo no Brasil..... | 36 |
| 2.2 - O Sistema Petrobrás..... | 39 |
| 2.2.1 - Exploração..... | 40 |
| 2.2.2 - Produção..... | 42 |
| 2.2.3 - Transporte..... | 46 |
| 2.2.4 - Refino..... | 47 |
| 2.2.5 - Desenvolvimento Tecnológico..... | 51 |
| 2.2.6 - Investimentos..... | 54 |
| 2.2.7 - Subsidiárias..... | 56 |
| 2.3 - Conclusões..... | 62 |

| | |
|---|-----|
| CAP. 3 -O ESTADO E O MONOPÓLIO DO PETRÓLEO..... | 63 |
| 3.1 -Estado e Monopólio: Concepções Teóricas..... | 63 |
| 3.2 -O Papel Social do Estado-produtor..... | 68 |
| 3.3 -O Monopólio Estatal versus a Privatização..... | 71 |
| 3.4 -Conclusões..... | 84 |
| | |
| CAP. 4 -A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS 80..... | 86 |
| 4.1 -O Perfil da Economia do RN antes dos anos 80..... | 87 |
| 4.2 - O Estado-produtor de Petróleo: A Nova Matriz Produtiva no RN..... | 91 |
| 4.2.1 - Exploração..... | 93 |
| 4.2.2 - Produção..... | 94 |
| 4.2.3 - Investimentos..... | 99 |
| 4.2.4 - Terceirização..... | 101 |
| 4.2.5 - Royalties..... | 103 |
| 4.2.6 - Perspectivas da Bacia Potiguar..... | 106 |
| 4.3 - Crescimento Econômico: A Realidade da Economia do RN nos Anos 80..... | 108 |
| 4.4 - Conclusões..... | 122 |
| | |
| CAP. 5 - CONCLUSÕES FINAIS..... | 124 |
| | |
| BIBLIOGRAFIA..... | 127 |

T A B E L A S

| | | |
|-----------|--|-----|
| TABELA 01 | Taxa de Poupança, Investimentos e Crescimento do PIB - 1970/73 | 9 |
| TABELA 02 | Evolução da Dívida Externa Bruta e das Reservas Internacionais Brasileiras - 1968/73..... | 10 |
| TABELA 03 | Participação do Petróleo nas Importações Brasileiras - 1974/80..... | 19 |
| TABELA 04 | Evolução da Produção Brasileira de Petróleo..... | 43 |
| TABELA 05 | Produção Brasileira de Petróleo por Estado | 44 |
| TABELA 06 | Unidades de Refino da Petrobrás..... | 48 |
| TABELA 07 | Resultado do Refino de um Barril de Petróleo | 51 |
| TABELA 08 | Investimentos Diretos do Sistema Petrobrás, por Atividade, nos Períodos 1980/89 e 1954/1992 | 55 |
| TABELA 09 | Evolução da Produção de Petróleo no RN - Período 1980/89 | 94 |
| TABELA 10 | Evolução da Produção de Gás Natural no RN - Período 1980/89..... | 96 |
| TABELA 11 | Reservas Exploráveis Provadas de Gás Natural no RN - Período 1982/1992 | 98 |
| TABELA 12 | Investimentos Diretos Realizados pela Petrobrás no RN , por Atividade - no Período 1980/89 | 100 |
| TABELA 13 | Terceirização das Empresas que Prestam Serviços na Bacia Potiguar à Petrobrás | 102 |
| TABELA 14 | Empresas Fornecedoras de Materiais e Equipamentos à Petrobrás no RN | 103 |
| TABELA 15 | Royalties Pagos pela Petrobrás ao Estado e Municípios do RN - Período 1982/89 | 104 |
| TABELA 16 | Produto Interno Bruto do Rio Grande do Norte - Período 1980/89 | 110 |

| | | |
|-----------|--|-----|
| TABELA 17 | Participação Relativa dos Setores Econômicos no Produto Interno Bruto Total do RN - 1980/89 | 111 |
| TABELA 18 | Valor da Produção de Petróleo no RN e sua Relação com o PIB do Estado | 113 |
| TABELA 19 | Índices e Variações Anuais do Produto Interno Bruto Real, segundo Setores Econômicos do RN - Período 1980/89 | 116 |
| TABELA 20 | Relação entre Produto Interno Bruto "Per Capita" do Rio Grande do Norte e do Nordeste - 1980/89 | 117 |
| TABELA 21 | Evolução da População Economicamente Ativa por Setor de Atividade, no Brasil e RN - 1980/90 | 118 |
| TABELA 22 | Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (%) Brasil, Nordeste e Estados do NE | 119 |

RODRIGUES NETO, João. O Estado-produtor de petróleo e as transformações na economia do Rio Grande do Norte, nos anos 80. Campina Grande, UFPB, 1994. 131 p. Dissertação de Mestrado.

R E S U M O

O objetivo deste estudo foi analisar o papel do Estado no processo de transformações da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, destacando a intervenção do Estado frente às especificidades econômicas e sociais do setor petrolífero. A partir do referencial teórico resgata, historicamente, a tentativa de ajuste da economia brasileira na década de 80, precedido da análise dos períodos do "milagre brasileiro" - 1968/73 e da aceleração do endividamento externo do Brasil - 1974/80, com ênfase para a questão do petróleo. Destaca o desenvolvimento e o crescimento do setor petrolífero brasileiro, naqueles períodos, e de que forma, esse desempenho reflete na atividade produtiva do RN. Constata que a presença do Estado, no RN, foi marcante como produtor, na implantação da indústria extrativa de petróleo e gás natural, e como fomentador de investimentos nos setores agricultura e serviços, capaz de transformar a base produtiva e econômica e criar alternativas para o surgimento de novas atividades ligadas ou não ao setor petrolífero. Como resultado da pesquisa empírica-teórica, foi concluído que o papel do Estado foi preponderante nas transformações e no desempenho da economia do RN, na década de 80, e mostra que o crescimento da economia estadual - PIB - ficou acima da média do Nordeste e do Brasil.

RODRIGUES NETO, João. The State-producer of petroleum and transformations in the economy of the State of Rio Grande do Norte in the 80's. Campina Grande, UFPB, 1994. 131 pp. Master's Thesis

A B S T R A C T

The objective of this study was to discuss the role of the State in the transformation process of Rio Grande do Norte's economy in the decade of the 80's, emphasizing intervention of the State with respect to the economic and social specifics of the petroleum sector. Beginning with a theoretical base the study uncovers, historically, the attempt to adjust the Brazilian economy in the decade of the 80's, preceded by the analysis of the periods of the "Brazilian miracle" - 1968/73 and of the acceleration of the Brazilian external debt - 1974/80, with emphasis on the petroleum question in that period and on the form in which this development reflects upon the productive activity of RN. It is shown that the presence of the State, in RN, was remarkable as a producer in the petroleum and natural gas extractive industry and as a promotor of investments in the agriculture and service sectors, capable of transforming its productive and economic base and of creating alternatives linked or not to the petroleum sector. As a result of the empirical-theoretical research, the study it was concluded that the role of the State was preponderant in the transformations and progress of the RN economy in the decade of the 80's and shows that the growth of the economy of the State was above the average for the Northeast and for Brazil.

INTRODUÇÃO

No decorrer da década de 80, o Brasil sofreu penosos anos de estagnação/recessão, sendo que a crise econômica por ele vivida, que atingiu seu auge entre o final da década e início dos anos 90, foi considerada sem precedentes.

Ao destacar as razões centrais da crise econômica dos anos 80, Brum (1991, p. 267) afirma: "Até o final da década de 70 o desenvolvimento brasileiro obedeceu aos padrões básicos dos estágios iniciais de desenvolvimento. As fontes principais de financiamento eram o endividamento externo, os investimentos estatais e subsídios de toda sorte concedidos pelo governo ao setor privado: subsídios para exportação, subsídio ao crédito, isenções fiscais, moratória e perdões de dívidas, incentivos fiscais para setores industriais e para regiões, preços artificialmente baixos de bens (aço, por exemplo) e tarifas de empresas estatais, que se transformavam em apreciável adicional de lucro para investimento e acumulação pelo setor privado. O padrão de investimento brasileiro, portanto, estava baseado no financiamento externo e estatal. Isso permitia o investimento direto do Estado ou o investimento privado subsidiado pelo Estado, em grande parte via empréstimos externos."

Pode-se atribuir a crise econômica brasileira dos anos 80, dentre outras causas, ao esgotamento do modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro, fundado na industrialização por substituição de importações, definido na década de 50, que contava com a tutela de um Estado forte e era financiado pelo Estado e pelo capital estrangeiro.

O modelo de desenvolvimento ou de industrialização da economia brasileira foi afetado porque alguns fatores de sustentação da expansão produtiva perderam sua capacidade de reprodução e de reinvestimento de capital. O Brasil já não tinha condições de produzir internamente a quase totalidade dos bens atualmente consumido pela população brasileira. No entanto, para manter sua economia funcionando, o país necessita importar

cerca de 50% do petróleo bruto que consome; importar bens de capital sofisticados (máquinas e equipamentos) e insumos básicos (como produtos químicos orgânicos e inorgânicos).

O Estado brasileiro não tem mais condições de continuar financiando a expansão industrial e as demais atividades econômicas como o fazia até o início dos anos 80. Os bancos internacionais também não estão mais dispostos a conceder ao Brasil créditos em abundância como na década de 70. Na verdade, os bancos credores internacionais suspenderam a concessão de novos empréstimos e passaram a cobrar a conta, transformando o Brasil num transferidor líquido de capital para o exterior.

Desta forma, o país mergulha num período de estagnação/recessão e inflação - a crise econômica dos anos 80 -, passando a exigir a definição de uma nova matriz industrial, necessária para uma nova etapa do desenvolvimento e da industrialização brasileira.

Enquanto a economia brasileira passava por um período de crise na década de 80, na economia do Rio Grande do Norte a crise era atenuada pela presença do Estado como fonte de reanimação da economia, seja como um agente produtivo, seja como fomentador de investimentos.

A discussão sobre a presença do Estado na economia, nos anos 80, como forma de superar a crise e reanimar os setores produtivos, é destacada por Xavier (1992, p. 6) quando afirma: "... constatar a presença econômica do Estado nacional na reprodução capitalista, ou, a estatização de funções produtivas no ciclo econômico, é reconhecer que, nas atuais condições historicamente determinadas, das crises capitalistas, não mais emerge uma conjuntura expansiva do desenvolvimento econômico sob a responsabilidade da própria iniciativa privada-capitalista. Ao contrário, a superação da crise, bem como a recuperação econômica, surgem apenas sob a própria condução do Estado."

A crise é objeto da economia porque é engendrada por mecanismos inscritos na própria estrutura econômica das sociedades mercantis, e fundamentalmente, das

sociedades capitalistas, a forma mais evoluída da sociedade mercantil. É um momento na existência do sistema econômico capitalista em que os esquemas de reprodução não funcionam. As condições de produção estabelecidas tornam-se incompatíveis com as necessidades de valorização do capital, ou seja, uma economia está em séria crise quando seu modo de regulação não mais garante uma acumulação estável.

O presente trabalho objetiva discutir o papel do Estado no processo de transformação da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, destacando a intervenção do Estado frente às especificidades econômicas e sociais do setor petrolífero, como o principal produtor e fomentador de investimentos.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos, abrangendo desde o resgate histórico do surgimento do setor petrolífero no Brasil e a sua interrelação com os diversos ramos industriais da economia, até a expansão do setor a nível nacional, regional e estadual, mais especificamente àquela concernente à economia do Rio Grande do Norte.

No primeiro capítulo, resgata-se historicamente a crise da economia brasileira, especificamente as tentativas de ajuste da economia, na década de 80, com ênfase para o setor petrolífero dentro do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Destaca-se, neste capítulo, o "milagre brasileiro" - 1968/73, e o período de aceleração do endividamento externo do Brasil - 1974/80, bem como, as crises do setor petrolífero, na década de 70, e a sua superação através da intervenção do Estado.

No segundo capítulo, desenvolve-se um referencial histórico do setor petrolífero brasileiro, a partir da história do petróleo no Brasil até a descrição de todas as atividades do Sistema PETROBRÁS.

No terceiro capítulo, realiza-se uma análise do desempenho do Estado na atividade produtiva e do monopólio do petróleo, quando destaca-se as concepções teóricas sobre o Estado e o monopólio, o papel social do Estado-produtor de petróleo, além da discussão sobre o monopólio estatal versus a privatização da PETROBRÁS.

No quarto capítulo, realiza-se uma análise do desempenho da economia do RN, na década de 80. Dentro desta perspectiva, resgata-se o perfil da economia estadual antes da "década perdida" até a implantação da matriz produtiva da indústria extrativa do petróleo, quando destaca-se o papel do Estado-produtor e suas atividades na Bacia Potiguar. Neste capítulo, dar-se ênfase a análise das transformações que ocorreram na base produtiva e econômica do estado, que resultou no seu crescimento econômico, nos anos 80.

O último capítulo, dedica-se as conclusões finais do trabalho de pesquisa sobre o papel do Estado-produtor de petróleo nas transformações da matriz produtiva e econômica do estado, na década de 80 ou "década perdida".

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO DO PETRÓLEO E A ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 80

Para se analisar o desempenho da economia brasileira na década de 80, ou como alguns autores a denominam de a "década perdida", é necessário e imperativo resgatar de forma organizada as fases e fatores históricos, que originaram a crise econômica dessa década. Dessa forma, pode-se explicar as razões ou fatores que levaram a economia brasileira a uma crise econômica sem precedentes, caracterizada pela recessão e estagnação de suas forças produtivas.

Essa crise econômica, que atingiu o seu auge no final da década de 80 e início dos anos 90, é resultante de um processo de esgotamento do padrão de acumulação ou do modelo de industrialização implementado entre os anos 50 e 70, que originou o crescimento interno e auto-sustentado de todo pós-guerra, e é explicado pelas contradições e antagonismos existentes na correlação de forças entre capital e trabalho, caracterizando-se um estado de barbárie social - círculo vicioso de ampliação do enriquecimento capitalista, em detrimento do empobrecimento social -, ou de miséria absoluta, a que está relegada uma parcela significativa da população brasileira. Em recente artigo escrito no jornal da ANDES (Associação Nacional de Docentes de Ensino Superior), de Ago/93, Ângela Tude de Souza afirma que: "A crise atual poderia ser definida como manifestação particular da "crise geral do capitalismo", na verdade, ela é um elo do movimento de expansão do modo de produção em escala mundial, através do qual se pode operar uma transformação qualitativa das relações sociais, sobre as quais se assenta o processo de acumulação a nível internacional."

Pretende-se nesta análise, sobre os períodos que antecedem a crise econômica dos anos 80, dar ênfase ao setor petrolífero - em virtude da deficiência ou

carência de fontes energéticas em que se encontrava a economia brasileira, capaz de criar obstáculos ao desenvolvimento do setor industrial recém-implantado nas décadas de 50 e 60 -, de forma que se possa identificar os diversos fatores causais desta crise.

O processo de desenvolvimento industrial e sua transformação estrutural, bem como as mudanças da política econômica brasileira, são discutidos em três períodos distintos, a saber: a) O "milagre brasileiro"- 1968/73; b) A aceleração do endividamento externo do Brasil - 1974/80; e c) Tentativa de ajuste da economia - 1981/89.

1.1 - O "MILAGRE BRASILEIRO" - 1968/73.

O desempenho da economia brasileira do pós-guerra até o início dos anos 60, foi considerado satisfatório devido as taxas expressivas de crescimento real, principalmente, no que se refere à produção industrial, que apresentava uma taxa média de crescimento em torno de 9,5%. Segundo Oliveira(1989, p. 65):

"Os fatores condicionantes para o desenvolvimento da indústria foram: a expansão do mercado interno; as políticas protecionistas à indústria nacional e apoio à substituição de importações; os pesados investimentos estatais; a entrada de capitais estrangeiros destinados à produção de bens para o mercado interno; as facilidades creditícias, fiscais, subsídios, etc., concedidos aos investidores privados para aplicação na indústria, assim como o crescimento da oferta agrícola sem a necessidade de grandes investimentos."

O período de depressão ou de estagnação da economia brasileira, entre 1963 e 1967, que precedeu ao "milagre brasileiro", caracterizou-se por baixas taxas de crescimento; pelas políticas cambial, monetária e fiscal; além da perda de competitividade do café no mercado internacional e do recrudescimento do processo inflacionário.

Após aquele período vivenciado pela economia brasileira, tem início, a partir de 1968, no Brasil, um período de recuperação e crescimento econômico considerado

sem precedentes. A economia começou a crescer intensamente, com taxas entre 9 e 13,9% ao ano, ocasionando a utilização da capacidade de produção instalada que se encontrava ociosa. Para não ocorrer interrupção no processo de crescimento da economia era necessário que os investimentos crescessem, para que a oferta pudesse também crescer, antes da ocorrência da escassez por falta de ampliação da capacidade de produção, em virtude do comportamento da demanda se apresentar em escala crescente. A ampliação dos créditos internacionais (empréstimos e financiamentos) cresceu a uma taxa média anual de 42,8%, enquanto, por outro lado, o fluxo dos investimentos diretos líquidos externos cresceram em torno de 52%, no período do "milagre brasileiro". Para Tavares e Belluzzo(1982) os fatores responsáveis pela recuperação da economia brasileira, a partir de 1967, foram: a reforma fiscal e financeira de 1966; a elevação e a reestruturação das tarifas dos serviços públicos; a negociação externa e o sistema institucional de crédito ao consumidor, estimulando a demanda da indústria automobilística e de outros bens duráveis; o Sistema Financeiro da habitação ativando a construção civil residencial; incentivo à exportação e a política salarial e de financiamento, que estimulou a concentração de renda, e, conseqüentemente, o consumo da classe média alta.

O auge do ciclo de conjuntura que se situa entre 1971 e 1973, apresentou a produção de bens de consumo duráveis com um desempenho anual superior a 25%. O grande destaque, nesse período, foi a performance da indústria manufatureira, mais especificamente, as dos setores de produção de bens duráveis e de bens de capital - esse setor cresceu, em 1972, a uma taxa de 25,7% e, em 1973, a uma taxa de 27,7% -. Esse desempenho da economia brasileira é atribuído, por Singer(1982, p. 116):

"... ao prolongado boom, que começou em 1968, baseou-se, portanto, nos seguintes elementos: uma demanda interna por bens duráveis de consumo em expansão, graças a concentração da renda e a mecanismos financeiros que permitiram a ampliação do crédito ao consumo; uma demanda externa em expansão graças à liberalização do comércio internacional e ao subsidiamento das exportações; e, forte injeção de recursos do exterior,

que complementam a poupança interna e permitem eliminar focos inflacionários, graças a uma capacidade de importar tornada superelástica".

Observa-se que o período do "milagre brasileiro" é caracterizado pela retomada do crescimento da produção industrial corrente, que resultou numa significativa elevação da taxa de acumulação de capital. Após o período do Plano de Metas - onde a capacidade de produção da indústria se encontrava ociosa -, mais precisamente, a partir de 1970/1971, ocorre a recuperação da economia, com o esgotamento da capacidade ociosa da indústria nacional. Em sua análise sobre o desempenho da economia brasileira, no período 1970/1973, Belluzzo (1984, p. 98), apresenta dados que diferem dos atribuídos por Singer (1985):

"Os dados indicam uma forte aceleração da taxa de acumulação entre 1970 e 1973, o que se traduz num ritmo muito rápido de crescimento do setor de bens de capital, acompanhado, numa velocidade inferior, pela importação de equipamento. No período 1971/1973, o setor de bens de capital apresentou taxas de crescimento extraordinárias (cerca de 39% ao ano). Esse desempenho pode ser debitado, antes de mais nada, a fortíssima taxa de acumulação da indústria automobilística (70% de incremento do capital fixo em 1973), ao deslanche do programa siderúrgico estatal e aos investimentos do Estado em telecomunicações, combustíveis e petroquímica. (...)

A estrutura e dinâmica desse crescimento verdadeiramente incrível iria levar vários setores industriais a expandir sua capacidade de produção a frente do próprio ritmo de expansão da demanda, na ânsia de garantir para as empresas líderes fatias de mercado em rápida ampliação. Esse foi particularmente o caso das indústrias automobilística, de material elétrico e têxtil."

Ao se analisar as taxas de poupança, de investimento e do crescimento do PIB, in Castro e Souza (1985: p. 147), verifica-se a trajetória extraordinária da economia brasileira, naquele período, 1970/1973, que corresponde ao auge do "milagre econômico", conforme a tabela abaixo:

Tabela 1
TAXA DE POUPANÇA, INVESTIMENTO E CRESCIMENTO
DO PIB - 1970/1973

| ANO | TAXA DE INVES TIMENTO (%) | TAXA DE POUPANÇA (%) | TAXA DE CRESC. PIB (%) |
|------|---------------------------------|----------------------------|------------------------------|
| 1970 | 25,5 | 24,2 | 8,3 |
| 1971 | 26,0 | 23,4 | 12,0 |
| 1972 | 26,1 | 23,6 | 11,1 |
| 1973 | 27,5 | 25,4 | 13,6 |

Fonte: Barros de Castro (1985, p. 147)

Verifica-se que a taxa de investimento, resultante da relação Formação Bruta de Capital Fixo/Produto Interno Bruto, se manteve, no período, em torno de 26% ao ano. Enquanto a taxa de poupança, relação Poupança/PIB, em torno de 24% ao ano, o que justifica as inversões ocorridas no período. O excelente desempenho da economia brasileira, no auge do "milagre brasileiro", 1970/1973, é caracterizado pela taxa de crescimento do Produto Interno Bruto que, em média, se apresentou em torno de 11,2% ao ano. Quando Singer (1985, p. 123) afirma que o crescimento do produto interno brasileiro superou pela terceira ou quarta vez a marca dos 9% ao ano, proclamou-se o "milagre brasileiro".

Uma economia que se encontra no auge do ciclo conjuntural, ou seja, em pleno processo de desenvolvimento econômico, como é o caso da economia brasileira no período do "milagre", com taxas de crescimento elevadas (PIB, Investimento, Poupança etc.), sem uma base industrial capaz de superar a dependência externa de matérias-primas e de bens de capital necessários para manter funcionando suas atividades econômicas, se torna

vulnerável ao endividamento externo, pela incapacidade de aumentar suas exportações, devido o aumento da demanda interna não se projetar na mesma velocidade que a oferta, apesar da utilização da capacidade máxima de produção industrial que se encontrava ociosa.

Pode-se analisar o comportamento da dívida externa e das reservas cambiais, no período 1968/1973, conforme tabela abaixo:

Tabela 2
EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRUTA E
DAS RESERVAS INTERNACIONAIS
BRASILEIRAS - 1968/1973 - (em US\$ bilhões)

| ANO | DÍVIDA EXTERNA BRUTA | RESERVAS INTERNAC. | DÍVIDA LÍQUIDA |
|------|-------------------------|-----------------------|-------------------|
| 1968 | 3,800 | 0,300 | 3,500 |
| 1969 | 4,400 | 0,700 | 3,700 |
| 1970 | 5,300 | 1,200 | 4,100 |
| 1971 | 6,600 | 1,700 | 4,900 |
| 1972 | 9,500 | 4,200 | 5,300 |
| 1973 | 12,600 | 6,400 | 6,200 |

Fonte: Davidoff (1983, p. 61)

Apesar da dívida externa ter evoluído de forma significativa, entre 1968/1973, observa-se que as reservas internacionais cresceram, proporcionalmente, mais que a dívida externa bruta, e, a explicação mais lógica para essa ascensão das reservas cambiais está na abundância dos empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado

internacional, afim de suprir o déficit da balança comercial dos países do Terceiro Mundo.

O "milagre brasileiro" é resultado de um elenco de políticas econômicas, que compõem um modelo de desenvolvimento econômico com as seguintes características:

a) Abertura da economia ao exterior, com fortes estímulos às exportações, bem como, às importações de capital - sob a forma de investimentos ou de empréstimos-.

Devido ao excessivo influxo de capitais estrangeiros, que levou o país a emissão de moeda nacional e a forçosa formação de reservas cambiais, tornou-se necessário rever essa política de abertura da economia, e segundo Singer (1985, p. 165):

"Para se defender desse excesso de capital forâneos, o Brasil chegou a adotar diversas medidas restritivas, de caráter creditício e fiscal. A situação mudou no entanto de 180 graus em 1974: nossa balança comercial foi atingida pelo aumento do preço do petróleo e por uma forte expansão especulativa das importações, o que levou a um déficit monumental de cerca de US\$ 5 bilhões.

Quando se analisa esse problema, é costume dar excessiva ênfase à "crise do petróleo", a qual, no entanto, só é responsável pela metade deste déficit. A outra metade provém do seguinte: em 1973, houve escassez generalizada de matérias-primas no mercado internacional, cujos preços sofreram gigantesca alta. No Brasil, verificou-se a falta de muitos insumos essenciais, cujos preços estavam controlados pelo CIP, o que não impediu que muitos comerciantes pudessem vendê-los no mercado negro, alcançando provavelmente lucros astronômicos."

b) Expansão do crédito ao consumidor. Em virtude da aceleração do processo inflacionário que atingiu a economia, naquele período, essa política sofreu modificação. Como a prioridade básica da economia, naquele momento, era o combate à inflação, a restrição ao crédito era uma das medidas mais eficazes e capaz de reverter o quadro que ora se desenhava. O crescimento acelerado já não era tão prioritário como antes.

c) Estímulo à poupança. Essa política tinha como objetivo desestimular o

consumo interno, através de vantagens como: a correção monetária e de altas taxas de juros. Cria-se, portanto, uma categoria de indexação da economia.

d) Política salarial e trabalhista. Tinha como finalidade proporcionar aos capitalistas utilização de mão-de-obra barata, tornando-a abundante. Dessa forma, estaria desaquecendo a demanda interna e proporcionando o aumento das exportações, com altas taxas de lucros do capital, em detrimento dos baixos salários, acarretando aumento da exploração da classe trabalhadora que se encontrava desorganizada e sob a vigilância dos governos militares.

A gênese do "milagre brasileiro" está nas políticas monetárias expansionistas, apesar do processo crescente de inflação, tendo seu sucesso resultado do crescimento da demanda interna, liderada pelo Estado, o que exigia a utilização da capacidade ociosa existente.

Durante o "milagre brasileiro", ou mais precisamente, no período (pré-choques) 1970/1973, o Brasil produzia em torno de 168.000 mil barris/dia de petróleo, o que representava 27,2% do consumo total. A dependência do país em relação ao petróleo importado, que era de 72,8% do consumo interno, até o final de 1973, não ocasionava crescimento na dívida externa, ao ponto de ser preocupante, devido o baixo preço praticado no mercado internacional, que oscilava entre US\$ 0,60 a US\$ 2,00 o barril, até outubro de 1973. Naquele período, 1970/1973, a balança comercial se mostra deficitária, devido as importações crescerem mais que as exportações, estimuladas pelos novos empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado de eurodólares.

O primeiro choque do petróleo, que ocorreu no final de 1973, trouxe à baila a discussão sobre as potencialidades de reservas e exploração que o país dispunha, para fazer face a crise econômica que se desenhava naquele ano e que se agravaria no final da década, com o aumento das importações da principal matéria-prima para manter o funcionamento da economia. Como bem destacam Ramos e Mata (1985, p. 543-544):

"Aumentar a produção doméstica de petróleo de forma a reduzir a

necessidade de importações era o antídoto óbvio face à elevação de preço que ocorreu no final de 1973. No entanto, uma vez que o Brasil não tinha grandes reservas conhecidas e inexploradas, havia duas barreiras àquele aumento: por um lado, ter-se-ia que esperar algum tempo até que novos poços fossem descobertos e colocados a operar; e, por outro, era necessário aumentar o fluxo de investimentos em prospecção. (...) Os resultados obtidos de aumento da produção doméstica, especialmente importantes a partir de 1981, foram devidos aos esforços próprios do país, materializados através dos recursos destinados à Petrobrás,..."

Dessa forma, a economia brasileira entra noutra fase do processo de industrialização, em que os requisitos essenciais para manter o crescimento econômico, vivenciado no período 1968/1973, seriam: a) manter a capacidade de captação de recursos (empréstimos e financiamentos), para financiar o crescimento econômico e como forma de modernizar a economia, via incremento de novas tecnologias, evitando o sucateamento do seu parque industrial; e b) ampliar a capacidade de exportação da nossa economia, a partir da penetração em novos mercados internacionais, afim de atender ou resolver os problemas do déficit da balança comercial, que estava ocasionando um processo de crescimento da dívida externa, nunca experimentado pelo nosso país.

1.2 - ACELERAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO DO BRASIL -1974/80

Após o período do "milagre brasileiro", 1968/1973, exaurira-se a capacidade de manter a plena utilização produtiva da indústria e devido a degradação em termos de intercâmbio externo, com o primeiro choque do petróleo, que acarretou um desequilíbrio na balança comercial, encontrava-se a economia brasileira diante de um dilema: manter um modelo de desenvolvimento que já não era capaz de dar continuidade ao ritmo de crescimento econômico outrora experimentado. O momento era de decisão por políticas econômicas capazes de resolver as questões mais prementes da economia nacional:

queda nas taxas de crescimento do produto; tendência ao desequilíbrio da balança comercial; e o processo inflacionário que se apresentava em expansão. A escolha, imposta pelas circunstâncias em que se encontrava a economia brasileira, era a opção entre crescimento com mudança estrutural e endividamento externo, ou recessão pura e simples com o ajustamento da economia. E a definição das políticas econômicas encontram-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1974 e comentada por Furtado (1982, p. 47):

"Os objetivos estratégicos definidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que deveria reger a ação do Governo no período 1974/1979, podem sintetizar-se em dois pontos: a) ampliar a base do sistema industrial e b) aumentar o grau de inserção da economia no sistema de divisão internacional do trabalho. Sem lugar a dúvida, esses objetivos são em si mesmos corretos, se bem que apareçam envoltos na bruma de uma visão paranóica da economia brasileira, idealizada como um sistema capaz de sustentar a longo prazo uma taxa de crescimento de 10 por cento anual e de abrir mercados no exterior de forma a aumentar suas exportações em termos reais com uma velocidade duas vezes maior."

Por outro lado, Belluzzo (1984, p. 99-100), analisa, também, a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, ao afirmar:

"... a resposta do governo empossado em 1974 foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento. A concepção estratégica inscrita no plano inspirava-se ainda na atmosfera do otimismo dos anos anteriores, porém, matizada pela preocupação de reorientar o eixo da expansão industrial para as indústrias básicas e de bens de capital e atenta para os desequilíbrios sociais agravados pelo estilo de desenvolvimento anterior. A proposta, se louvável em seus objetivos, era porém irrealista quanto às metas quantitativas e míope em sua avaliação da profundidade da crise internacional. Em que pesem, porém, o irrealismo e a míopia, os fluxos de investimento gerados pelos projetos do II PND tiveram o efeito de amortecer a queda das taxas de crescimento da economia. (...)

Diante desse quadro, não é excessivo reafirmar que o ufanismo que

inspirou o II PND, se por um lado evitou um ajuste recessivo da economia já naquela ocasião, de outra parte bloqueou a busca de caminhos mais realistas para enfrentar a crise. Um indicador claro dessa imprudência foi a manutenção do crescimento do quantum das importações de petróleo, que avançou 16% entre 1974 e 1976. Este índice aponta para o descaso da política econômica na adoção de medidas emergenciais para conter o consumo de combustíveis."

O II Plano Nacional de Desenvolvimento, na página 74, admite que no tocante a "prover internamente suas fontes de energia" os resultados levarão "pelo menos uma década", ficando ainda na dependência do que se venha efetivamente a descobrir, mediante investimentos em exploração de petróleo. Com o primeiro choque do petróleo, tornou-se inadiável e prioritária uma política energética capaz de diminuir a dependência externa da matéria-prima mais importante: o petróleo. E a solução mais imediata seria aumentar os investimentos no setor petrolífero, bem como a pesquisa de novas fontes energéticas para substituir o petróleo. Ao discutirem a substituição de derivados do petróleo no Brasil, Araújo e Ghirardi (1986, p. 745) afirmam que:

"Em resposta às crises do petróleo ocorridas em 1974 e 1979, que ameaçaram a segurança do fornecimento para a economia brasileira e elevaram opressivamente o custo das importações de petróleo do país na última década, a política energética brasileira convergiu para a substituição do petróleo importado por fontes domésticas de energia, combinada com esforços conservacionistas. (...)

A estratégia da substituição apoia-se em dois elementos: primeiramente, no aumento da exploração e da produção doméstica do petróleo; e, em segundo lugar, na promoção dos combustíveis não-petrolíferos como uma alternativa para os setores industrial e de transportes, substituindo, respectivamente, o óleo combustível e a gasolina. (...)

A política energética brasileira após 1974 caracterizou-se por seus intensos esforços voltados para a diminuição da dependência do petróleo importado, em duas vertentes: a) aumentar significativamente a produção doméstica de petróleo; e b) substituir o

petróleo por outros recursos domésticos."

Dentre os diversos autores que analisam o desempenho da economia brasileira, na década de 70, principalmente quando discutem sobre a origem do endividamento externo, observa-se a existência de opiniões divergentes. Por um lado, os que atribuem a importação de petróleo a ocorrência de déficit na balança comercial, o que levou o país a recorrer a empréstimos e financiamentos, junto aos bancos internacionais, com a finalidade de resolver o desequilíbrio da balança, ocasionando um aumento do endividamento externo. Por outro lado, os que vêem no endividamento externo a forma encontrada de financiar e manter o crescimento econômico, apesar da degradação em termos de comércio internacional. Ao analisar as questões relacionadas com o endividamento externo, Barat e Nazareth (1984, p. 202-203), afirmam que:

"... os contínuos aumentos nos preços do petróleo, as altas taxas de juros e os níveis de endividamento dos países em desenvolvimento importadores de petróleo vem tornando inevitáveis os refinanciamentos das suas dívidas externas, criando situações em que as necessidades de recursos financeiros colocam-se em níveis comprometedores da própria capacidade do sistema bancário internacional."

Sobre o endividamento externo, Fishlow (1986, p. 527) assinala que:

"As importações de petróleo representavam uma parcela impressionante e crescente, na medida em que o país aumentava suas compras. (...) Uma das razões importantes para explicar a capacidade brasileira de acertar seu balanço de pagamentos foi o aumento do preço do café, que em 1977 anulou 2/3 do efeito adverso dos preços do petróleo. Na verdade, depois de tudo considerado, em 1977 as relações de troca do Brasil foram mais favoráveis do que em 1973."

Não seguindo a mesma linha de raciocínio, Castro e Souza (1985, p. 126) são mais enfáticos nesta questão:

"A economia brasileira de fato sofreu um empobrecimento relativo a partir de 1974, já que uma parcela maior de sua renda tinha que ser destinada à compra da mesma

quantidade de bens (importados). Partindo dessa premissa, diversos economistas (e também instituições internacionais) têm atribuído o endividamento externo do período a uma resistência do país em ajustar-se às novas condições externas, assumindo seu empobrecimento. Note-se, entretanto, que o endividamento externo se deu em paralelo com a concentração das importações em produtos essenciais à manutenção do ritmo da expansão da economia."

Para Oliveira (1989, p. 71-72), ao analisar a questão do endividamento externo, afirma o seguinte:

"O financiamento do investimento no setor de bens de capital e insumos básicos, preconizado no II PND, fez-se basicamente a partir da utilização de recursos externos, dado o enorme volume de recursos que ingressaram na economia. Este financiamento deu origem a um endividamento externo suicida, devido à falta de alternativas internas capazes de sustentar os ambiciosos investimentos."

Em sua análise, Belluzzo (1984, p. 99-100) relaciona a conjuntura da economia com as exigências do II PND, afim de explicar o endividamento externo:

"... o choque do petróleo, em fins de 1973, foi um elemento precipitador da queda nas taxas de crescimento do produto (que declinam de uma média de 12% ao ano, entre 1970/1973, para 9,8% em 1974, e 5,6%, em 1975) e um componente ampliador do desequilíbrio externo e da inflação. A balança comercial que vinha apresentando tendência ao equilíbrio, passa a acumular, entre 1974 e 1975, um déficit de US\$ 8,1 bilhões, decorrente não apenas da elevação de preços do combustível como também de matérias-primas e bens de capital.(...)"

Como já foi mencionado, o déficit comercial brasileiro amplia-se significativamente entre 1974 e 1976. No que diz respeito às importações, isto deve ser atribuído tanto à conta petróleo e as compras especulativas de matérias-primas quanto aos requerimentos de importações do II PND, numa situação em que os países industrializados já revertiam a seu favor as relações de troca, passando adiante o ônus do reajuste dos preços

do petróleo."

Por sua vez, Furtado (1982, p. 51-52) atribui o endividamento externo brasileiro ao resultado da política de combate a inflação:

"... o endividamento externo exacerbado da segunda metade dos anos 70 foi subproduto de uma política antiinflacionária que pretendeu eludir o caráter estrutural das tensões que originavam a inflação. Não é de surpreender que tenham avançado, paralelamente, endividamento externo e inflação, pois o primeiro ao imobilizar o Governo realimentou a segunda. (...)

... em 1979, no momento da segunda elevação dos preços do petróleo, a situação dos centros de comando da economia brasileira era de semiparalisia; quase nenhum espaço lhes restava para manobrar, seja no campo fiscal, seja no monetário, seja no cambial. As forças que os imobilizavam eram as mesmas que arrastavam o país ao crescente endividamento externo, forçando-o a aceitar taxas de juros e prazos de amortizações cada vez mais onerosos. (...)

... a dívida externa, que era de 12,5 bilhões de dólares em 1973, salta para 43,5 bilhões em 1978. Esses dados são uma clara evidência de que o forte endividamento, ocorrido nesse período, de nenhuma maneira pode ser atribuído à elevação do preço do petróleo. É natural, portanto, que se indague se esse endividamento tem sua origem num maior esforço visando a transformar a estrutura econômica, a aumentar sua capacidade de autotransformação."

Como se pode constatar, as opiniões dos autores citados convergem num só ponto: a elevação dos preços do petróleo não é responsável, isoladamente, pelo endividamento externo na década de 70. Vale destacar que o aumento do valor das importações está associado mais ao aumento dos preços dos produtos importados, do que da quantidade importada. Assim, o país comprou, no exterior, quase a mesma quantidade de produtos, pelo qual desembolsou quase o dobro de divisas. A tabela abaixo, mostra qual foi o peso do petróleo nas importações no período 1974-1980:

Tabela 3
PARTICIPAÇÃO DO PETRÓLEO NAS IMPORTAÇÕES
BRASILEIRAS - 1974-1980 - (em US\$ bilhões)

| ANOS | I M P O R T A Ç Õ E S | | | PETRÓLEO |
|------|-----------------------|-----------------|-------|----------|
| | Petróleo | Outros Produtos | Total | % |
| 1974 | 3,0 | 9,6 | 12,6 | 23,8 |
| 1975 | 3,1 | 9,1 | 12,2 | 25,4 |
| 1976 | 3,8 | 8,6 | 12,4 | 30,6 |
| 1977 | 4,1 | 7,9 | 12,0 | 34,2 |
| 1978 | 4,5 | 9,2 | 13,7 | 32,8 |
| 1979 | 6,8 | 11,3 | 18,1 | 37,6 |
| 1980 | 10,2 | 12,8 | 23,0 | 44,3 |

Fonte: FISHLOW, Albert (1986, p. 513)

Como se pode observar, os valores das importações de petróleo se apresentam em escala crescente, no período 1974-1980. E a explicação mais lógica é a de que os choques do petróleo ocorridos em 1973 e 1979, refletiram nas importações de 1974 e 1980, bem como, as constantes oscilações de preços ocorridas durante aquele período, foram os responsáveis pelo crescente percentual do petróleo nas importações brasileira, que em 1974 era de 23,8%, e em 1980 era de 44,3%.

O endividamento externo a que se submeteu a economia brasileira, na década de 70, foi resultado da incapacidade do Estado em promover modificações estruturais, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento quando se pretendia que: a) a

economia crescesse 10% ao ano (PIB), a indústria a 12%, a agricultura a 7% e as exportações duplicasse em volume no período; b) substituir, a médio prazo, as importações no setor de bens de capital e insumos básicos (química pesada, siderurgia, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos); c) aumentar a produção interna de petróleo e a capacidade de produção e geração de energia hidrelétrica, ampliar a oferta do transporte ferroviário e a melhoria do sistema de telecomunicações; e d) concentrar esforços em programas que visem melhoria da produção agrícola, como: eletrificação rural, irrigação e construção de armazém e centrais de abastecimentos. Mas o II PND não obteve o êxito desejado pelo Estado, como bem analisa Serra (1983, p. 105):

"Na prática, o II PND foi parcialmente desativado a partir de meados de 1976 devido fundamentalmente à adoção de uma política antiinflacionária de natureza contencionista. Vale observar que a canalização da poupança privada voluntária para financiar o investimento não se realizou, sendo que o financiamento necessário ficou por conta de fontes externas, internacionais ou estatais, estas a taxas de juros subsidiadas. (...)

De qualquer forma, embora longe de produzir resultados semelhantes ao Plano de Metas, o II PND teve êxito na substituição de importações de produtos intermediários e um resultado positivo no impulso à indústria doméstica de bens de capital, sob a ação direta das empresas estatais ou então graças ao forte apoio do sistema BNDE e do CDI ao setor privado."

No final da década de 70, a economia brasileira se apresentava vulnerável, após dois choques (ou crises) do petróleo, a novos choques externos, o que acarretou aumento acentuado de sua dependência, bem como, o agravamento das questões de ordem econômicas-sociais internas. O perfil da economia brasileira, ao término daquela década, tinha a seguinte configuração, segundo Serra (1983, p. 115):

a) A taxa de inflação no final da década de 70, que era de 77,2%, representava algo em torno de quatro vezes a taxa de 1973, que era de 15,5%, além da compressão dos preços das empresas públicas e relativa supervalorização do cruzeiro;

b) O nível de reservas internacionais era elevado (US\$ 9,7 bilhões), mas a dívida externa líquida (US\$ 39,7 bilhões) era equivalente a mais de 2,5 vezes as exportações (US\$ 15,2 bilhões) no final da década de 70 (em comparação a 1,6 vezes em 1971-1972) e seu serviço (em torno de US\$ 10 bilhões) aproximava-se de dois terços do valor das exportações;

c) O consumo de petróleo se apresentava com uma elasticidade contínua em relação ao PIB que era superior a 1 e suas importações continuavam crescendo com maior rapidez. Apesar da dependência externa por este produto se agravar, o país não tinha definido nenhum programa significativo de substituição de petróleo por fontes alternativas de energia;

d) Persistia o atraso e a não utilização de novas técnicas agrícolas afetava a oferta de produtos para o mercado interno, o que ocasionava aumento nas importações daqueles produtos;

e) A economia havia ampliado significativamente sua capacidade produtiva, que se pode medir a partir do aumento das importações de petróleo, apesar dos grandes investimentos, do período, não terem sido concluídos e estarem demandando novos fluxos de recursos (empréstimos e financiamentos).

Ao comentar a vulnerabilidade a que estava exposta a economia brasileira, no final da década de 70, Serra (1983, p. 116) destaca a inflação e o desequilíbrio externo como fatores agravantes da crise, apesar da economia ter mantido o seu desempenho produtivo nos últimos cinco anos da década, e afirma:

"Uma grande parcela de responsabilidade por esse agravamento coube sem dúvida, ao novo choque externo apresentado pelo recrudescimento da inflação mundial, sob a liderança do petróleo, simultaneamente a uma forte deterioração das relações de troca do Brasil. Também a elevação da taxa de juros internacional cumpriu um papel negativo, seja pelo aumento dos serviços da dívida externa ou pelo estreitamento do raio de manobra da

política monetária doméstica. Por último, o péssimo desempenho agrícola em 1979 também exerceu um papel negativo. (...)

Contudo, sem menosprezar o papel adverso dos fatores "exógenos" mencionados, seria necessário levar em conta também os efeitos negativos da inconsistência da política econômica doméstica entre o segundo semestre de 1979 e o primeiro semestre de 1980. Essa política procurou combinar instrumentos claramente ortodoxos (como a inflação "corretiva" e a maxidesvalorização do cruzeiro) com outros de natureza heterodoxa (reforço dos controles de preços, certo tabelamento da taxa de juros, política monetária passiva, prefixação da correção monetária e cambial - para 1980 - muito abaixo da inflação esperada e reajustes de salários)."

Por outro lado, Araújo e Ghirardi (1986, p. 747-748) comentam a vulnerabilidade a que estava exposta a economia brasileira, enfocando mais a questão energética, quando afirmam:

"Na suposição de que as condições internacionais permaneceriam favoráveis por um período suficientemente longo, o governo federal lançou uma série de projetos que tinha como meta reduzir a vulnerabilidade do país, não somente no setor energético, mas na economia como um todo. A escala de muitos destes projetos era tal que os investimentos exigiam a tomada de vultosos empréstimos do exterior, o que, dada a premissa, não parecia constituir uma ameaça para o futuro da economia."

Mais adiante, os autores destacam os componentes da política energética durante o período 1974/78, relacionados com o setor petrolífero:

"Petróleo. Aumento da produção, tanto domesticamente (esquema de produção acelerada na bacia de Campos) quanto no exterior (especialmente no Iraque, onde a Petrobrás descobriu o campo gigante Majnoon); mais tarde, as atividades da empresa no exterior voltaram-se para a negociação de melhores condições com os fornecedores de petróleo e para a atuação como empresa comercial de importação-exportação, intensificação da prospecção e, especialmente, abertura de campos selecionados para exploração e

desenvolvimento por companhias transnacionais sob contrato de risco.

Derivados de petróleo. A gasolina era vista como o derivado crítico que poderia ser facilmente substituído, dentro de certos limites. Assim sendo, seu preço foi substancialmente elevado, os postos de gasolina foram fechados durante os fins de semana e, além disto, foi implementada a primeira fase do PRÓ-ÁLCOOL. Quanto a outros derivados de petróleo, durante esse período seus preços sofreram aumentos menores; no caso do GLP, houve uma redução de preço após o aumento que se seguiu imediatamente ao primeiro choque do petróleo. Muito embora os preços do óleo diesel e do óleo combustível tenham aumentado em 40 a 50% em comparação com a média em 1973, os preços da gasolina foram elevados em mais de 120% entre 1973 e 1977. De fato, não só esses derivados (diesel, óleo combustível e GLP) eram considerados não-críticos, mas havia uma preocupação de não penalizar seu uso, quer devido a seu papel na produção econômica, quer em vista do desejo de expandir seu uso, como era o caso em relação ao GLP."

1.3 - TENTATIVAS DE AJUSTE DA ECONOMIA - 1981/89

Após atingir o auge do ciclo conjuntural, no período 1968-1973, a economia brasileira enfrentou um período de endividamento externo, 1974-1980, que mais adiante os problemas de recessão/estagnação da economia, ou seja, do ajuste da economia, do que resolvia os pertinentes àquele período. A debilidade da economia brasileira, no início da década de 80, era sentida devido a crise da dívida externa, pois o Estado não tinha mais capacidade de financiar a expansão industrial, e os bancos internacionais se retraem em conceder novos créditos (empréstimos ou financiamentos), como na década anterior. Ocorre, dessa forma, uma inversão no fluxo de recursos; o Brasil passa a canalizar para o exterior recursos financeiros para pagamentos referentes à amortização e serviços da dívida externa, o que caracterizou-se como um colapso do padrão de investimento na economia brasileira, causado pela sangria na poupança nacional, reduzindo, dessa forma, a capacidade de

investimento público

O perfil da economia brasileira no início da década de 80, ou da "década perdida", não era um dos mais promissores, pois exigia, urgentemente, um plano de ajuste ou estabilização da economia. Em sua análise, Serra (1983, p. 118) destaca a situação da economia brasileira, no início daquela década:

"Em termos resumidos, poder-se-ia dizer que, em princípio da década dos 80, a situação da economia brasileira é a seguinte:

1. Existe um forte desequilíbrio estrutural com relação ao setor externo, caracterizado por compromissos financeiros de grande magnitude que, por um lado, retiram graus de autonomia da política econômica doméstica e, por outro, freiam o crescimento da capacidade de importar. Por sua vez, o coeficiente de importações é muito reduzido, sendo difícil sua compressão a curto prazo e em condições de um certo crescimento do PIB.

2. O quadro adverso anterior é tanto mais grave na medida em que a espiral inflacionária é acelerada e seu retrocesso é extremamente custoso em termos de produção e emprego, no contexto de uma terapia ortodoxa.

3. O potencial de expansão da economia, medido pela capacidade produtiva disponível e pelas oportunidades de investimentos existentes é amplamente satisfatório. Como já mencionamos, no caso da indústria manufatureira, cujo perfil é razoavelmente diversificado, a relação capital-produto agregada era, em 1980, cerca de 42 por cento mais elevada que em 1973, circunstância particularmente relevante para o futuro próximo, com a maturação dos projetos de bens de produção iniciados há alguns anos. No setor de infra-estrutura energética cabe recordar que a maior parte dos grandes projetos hidrelétricos entrará em operação no futuro imediato.

4. Da mesma forma, no que se refere aos recursos naturais, o País conta com uma dotação capaz de permitir a superação de três dos principais estrangulamentos no caminho da economia: a questão energética, o problema agrícola (energia, exportação e consumo interno) e a insuficiência de oferta de minerais não-ferrosos."

A recessão e estagnação da economia brasileira que se desenha no início da década de 80, perpassa as flutuações da renda e do emprego e que são atenuadas por política convencionais, é resultante dos períodos de prosperidade do pós-guerra que ao atingirem o auge do ciclo, declinaram em virtude do desgaste dos padrões tecnológicos e de produção, da divisão dominante dos mercados, da ordenação do comércio internacional e do sistema monetário internacional sob a tutela e hegemonia do dólar. O problema da dívida externa é agravada pela interferência dos credores, com o aval do FMI (Fundo Monetário Internacional), na definição de políticas econômicas, que estão mais direcionadas a atender os interesses externos, a partir de normas impostas, do que a atender os objetivos e interesses nacionais de crescimento econômico. Belluzzo (1984, p. 105) sintetiza muito bem o que seria a economia brasileira nos anos 80:

"O ano de 1981 - ano um da recessão brasileira - se encerra com um declínio de cerca de 4% do produto interno e de mais de 10% da produção industrial - oficiosamente reconhecidos depois de uma ridícula controvérsia pseudo-estatística. Quanto ao "sucesso" da política antiinflacionária, nem mesmo os mais pessimistas seriam capazes de prever semelhante fracasso nos anos seguintes. A situação das finanças públicas tampouco foi mais brilhante. O estado lastimável em que permanecem os orçamentos públicos é um sintoma de colapso dos esquemas de financiamento do governo, principalmente de suas empresas - sobrecarregadas pelo endividamento externo excessivo e sem raio de manobra para recuperar seus gastos de investimentos."

As políticas de ajuste da economia brasileira, definidas na década de 80, visavam promover a expansão do processo de produção industrial - com repercussão nos níveis de emprego, salários e investimento -, e atenuar o processo inflacionário através do congelamento temporário de preços (característica dos planos de estabilização da economia) que antecedeu ao controle de preços exercido pelo Estado. O controle de preços, exercido pelo Estado, é um processo que induz a economia a fases distintas: a) o período de expansão das vendas ou da antecipação do consumo, devido a fase de congelamento que o antecede,

acarretando uma pressão sobre a capacidade de produção instalada, podendo causar uma inflação de demanda; b) um período de incertezas decorrente das negociações no âmbito do processo intra-produtivo de normas de ajustamento de preços; e c) o período de descongelamento que, geralmente, leva a uma explosão inflacionária, emperrando o processo de crescimento das atividades econômicas. Os planos (Cruzado, Verão e Bresser) de ajuste da economia, postos em prática durante a "década perdida" e semelhantes em relação as políticas heterodoxas, não foram capazes de estabilizar as atividades econômicas, nem debelar o recrudescimento da inflação.

O longo período de recessão/estagnação da economia brasileira, que compreende toda a década de 80 e adentrando nos primeiros anos da década de 90, teve uma ligeira recuperação nos anos de 1984-1985, como bem destaca Oliveira (1989, p. 76):

"Devido à redução do preço do petróleo, à ampliação da produção interna e à implementação dos programas energéticos alternativos, houve redução dos dispêndios com importações e recuperaram-se as exportações de manufaturados. (...)

1984 foi um ano de transição política e econômica, durante o qual houve recuperação da produção, com conseqüente reativação do emprego e dos salários, além de uma sensível elevação da produtividade do salário. A tendência inflacionária diminui o caráter ascendente, passando a inflação a ter um caráter predominantemente inercial, em virtude do processo de indexação plena da economia. (...)

Em 1985, três fatores podem explicar a alta taxa de crescimento do PIB: as frequentes e significativas reposições salariais nos setores público e privado, devido à ativação das reivindicações sindicais; o caráter expansionista das políticas monetária e fiscal, com taxas de aumento dos agregados monetários (M1) próximas aos 300% ao ano (portanto, acima da inflação); bem como o comportamento favorável dos preços das matérias-primas importadas, especialmente o petróleo, durante a maior parte do ano. (...)

Muito embora o desempenho da economia em 1985 possa ser considerado satisfatório, não se pode deixar de considerar o enorme déficit verificado nas contas do setor

publico, o qual teve como consequência, no final do período, aumentos da carga tributária, rigidez das taxas de juro, expansão monetária e a própria aceleração do processo inflacionário."

Sobre a crise da economia brasileira nos anos 80, Brum (1991, p. 269-270) destaca e analisa suas causas básicas:

"Sinteticamente pode-se afirmar que duas são as causas básicas da crise econômica nos anos 80: a redução da taxa de investimento e a redução da eficiência dos investimentos.

A taxa de investimento, que apresentou uma média anual de 26,8% na década de 70, baixou para uma média de aproximadamente 17% ao ano na década de 80. Esse declínio decorre principalmente de dois fatores: a) a cessação dos empréstimos externos e aumento de transferência de recursos para o exterior para pagar o serviço da dívida externa; b) a redução da capacidade de poupança do setor público brasileiro, provocada pela queda da receita e aumento da despesa com juros, funcionalismo e custeio.

A redução da eficiência dos investimentos, por sua vez, compreende a redução do ritmo de aumento da produtividade. As atividades produtivas têm sido muito perturbadas, e mesmo desvirtuadas, na década de 80, pelo caráter especulativo dos investimentos e pela ineficiência empresarial e gerencial bastante generalizada. Diante do processo inflacionário galopante, os agentes econômicos em geral empenham-se mais em se defender da inflação, dedicando muito tempo a atividades especulativas e dando menor atenção ao aumento da produtividade e competitividade de seus empreendimentos econômicos."

Dentro da perspectiva de se resgatar historicamente a crise econômica brasileira dos anos 80, mais precisamente na "década perdida", é possível se ter um panorama geral do comportamento da economia e entender a conjuntura econômica-social da atual década. Pode-se destacar alguns pontos ou dados que descrevem ou definem a crise da economia brasileira, na década de 80; evidentemente são os considerados de maior

importância para a análise proposta:

a) As contas externas melhoraram de forma considerável, em 1982, de um déficit em conta corrente de US\$ 16 bilhões, atingiu-se, em 1984, um pequeno superávit. Esta questão é destacada por Oliveira (1989, p. 79) ao afirmar:

"A análise das relações internacionais e dos indicadores de comércio exterior revela outro importante aspecto da economia brasileira: a dependência em relação aos movimentos conjunturais internacionais. Nos períodos iniciais, a dependência baseava-se no incipiente desenvolvimento da indústria brasileira, que necessitava de importações substanciais destinadas a alimentar o processo de industrialização. A necessidade de buscar-se capitais estrangeiros e a ineficiência de sua utilização, na maioria dos casos, geraria um processo de endividamento suicida. Este endividamento acabaria por levar a outro tipo de dependência, desta vez ainda mais profunda em função dos mecanismos de internacionalização, que cada vez mais se desenvolvem."

b) não ocorreu, como se esperava, a estabilização interna e a base para um crescimento da economia equilibrado. Ao analisarem a crise econômica dos anos 80, Bresser Pereira e Nakano (1991, p. 94) afirmam que:

"Durante 1989, o debate econômico foi intenso. Formou-se um consenso em torno da gravidade da crise, seu caráter fiscal e a necessidade de um profundo ajuste fiscal - Este consenso só foi quebrado por alguns economistas populistas que, ou insistem em que um déficit orçamentário é aceitável quando não há pleno emprego (na realidade, o Brasil estava próximo do pleno emprego em 1989), ou diziam que reduzir o estoque da dívida pública seria mais efetivo na estabilização da economia que cortar o déficit orçamentário, déficit este, essencialmente financeiro ou estrutural."

c) A inflação atingiu patamares insustentáveis, ao invés de reduzir-se. De uma inflação de 110,2% em 1980, chegou-se a expressiva taxa de 1.782,9% em 1989, conforme o IGP/FGV (Índice Geral de Preços, da Fundação Getúlio Vargas).

d) Desestímulo ao investimento devido às altas taxas de juros, em

virtude da política monetária restritiva e do grande volume de títulos do governo postos à venda no mercado interno.

e) A forte crise cambial em 1982, forçou a economia brasileira, ainda debilitada pela recessão/estagnação, a aceitar política de ajuste das contas externas com base nos programas clássicos do FMI (Fundo Monetário Internacional).

f) Na década de 80, a participação da poupança externa é praticamente negativa. Enquanto o investimento interno privado representava em torno de 17% a 18% do PIB, a participação do investimento do setor público não chegou a atingir 2% do PIB.

g) Com a drenagem de recursos para o exterior para o pagamento do serviço da dívida externa, no período de 1980/88, o país enviou de juros mais amortização em torno de US\$ 75 bilhões, o que representou 4% a 5% do PIB anual. Por outro lado, os ingressos (empréstimos e financiamentos) totalizaram menos de US\$ 15 bilhões. Ao comentar sobre a dívida externa, em artigo publicado na Folha de São Paulo, de 4 de abril de 1990, Silvio Bresser Pereira afirma: "A dívida, que em meados dos anos 70, era 50% privada e 50% pública, foi quase inteiramente nacionalizada durante o ajustamento de 1981-1983: no final dos anos 80, 90% da dívida era de responsabilidade do setor público. O programa de estabilização de 1981-1983 continha um grande esforço de redução do déficit orçamentário, mas esse esforço foi frustrado, primeiro, pelas elevadas taxas de juros pagos pelo Estado e, segundo, pelo aumento das dívidas públicas interna e externa."

h) A economia brasileira necessitava gerar 1,8 milhões de empregos novos por ano, devido as altas taxas de crescimento demográfico, que se situavam em torno de 2,2% ao ano, ou seja, um acréscimo de 3 milhões de brasileiros novos ao ano. Desta forma, a população brasileira aumentou, na década de 80, em torno de 30 milhões, o que ocasionou o agravamento das questões sociais mais prementes (educação, saúde, moradia, emprego etc.).

i) Nos anos 80, a renda média "per capita" teve um crescimento em torno de 3%. Foram significativas as transferência e concentração de rendas, em benefício dos

banqueiros, das grandes empresas (nacionais e transnacionais) e dos especuladores em geral. Esta concentração de renda ocorre exatamente no momento em que a economia brasileira se encontra quase em estado de estagnação, e a população, em sua maioria, entra num processo de grave pauperização ou de barbárie social. Ao analisar as questões referentes a concentração de rendas, Xavier (1992, p. 60) afirma:

"... impondo-se conjunturalmente a quebra financeira do Estado e a superexploração adicional da população trabalhadora, para tais conglomerados (por exemplo, no Brasil, os bancos, as empreiteiras, as montadoras e seus satélites ou os exportadores), a década atual jamais será considerada perdida. Ao contrário, foi o período de sua transnacionalização, portanto, aquela década na qual seus patrimônios e suas rendas foram multiplicados, tanto em moeda nacional, quanto internacional. Esse movimento só foi logrado, sem dúvida, sob a bancarrota das funções econômico-sociais do Estado (desapropriado, deficitário e endividado por aqueles conglomerados, então, tornados superavitários), bem como, sob a amplificação da crise social (devido à queda do reinvestimento produtivo, do emprego e do salário real)."

j) Na década de 80, o Estado perdeu a capacidade de investir - falta condições para financiar a expansão industrial e as demais atividades econômicas, como fazia até o final da década de 70 -, e se tornou um Estado falido financeiramente. Ao analisar a falência do Estado brasileiro, Brum (1991, p. 270) afirma:

"Várias causas se conjugam para essa falência, sendo as seguintes as principais: a) queda da receita tributária em torno de 4% do PIB, agravada nos anos 80 e que equivale a cerca de US\$ 14 bilhões por ano, atualmente; b) transferência do setor público para o setor privado, através de subsídios e incentivos fiscais que em apenas 12 anos (1974-1985) avultam em US\$ 153,4 bilhões; c) pagamentos de elevados juros sobre a dívida externa, em torno de 4% do PIB nos últimos anos; d) pagamento de altas taxas de juros em função da dívida pública interna e da necessidade de financiamento do déficit público, cujo custo se situa em torno de 5% do PIB (US\$ 18 bilhões) em 1989; e) altas taxas de inflação,

que reduzem o valor da arrecadação fiscal em função da defasagem entre a data da incidência do tributo e a data da sua arrecadação (o que começou a ser corrigido pela redução dos prazos na segunda metade de 1989); f) aumento dos gastos correntes do setor público (de 9,7% em 1974 para 11,8% do PIB em 1988), particularmente do funcionalismo, em virtude da aplicação do princípio da isonomia reiterado na Constituição de 1988."

l) O setor petrolífero brasileiro, nos anos 80, passa por uma nova reorientação no que se refere às políticas energéticas, com acréscimos substanciais de investimentos, visando diminuir a dependência externa através do aumento da produção doméstica de petróleo. Segundo Araújo e Guirardi (1986, p. 758-759), as características do setor petrolífero, para a década de 80, são as seguintes:

"Entre 1979 e 1985, a PETROBRÁS aumentou sua produção de petróleo de 171 para 572 mil barris por dia (a partir de setembro de 1985, a média passou a exceder 600 mil barris por dia); nesse mesmo período triplicou a produção de gás, atingindo quase 15 milhões de metros cúbicos por dia, em setembro último. Este crescimento fez-se acompanhar por um aumento menor nas reservas, de 1,25 para 2,0 bilhões de barris de petróleo e de 45 para 84 bilhões de metros cúbicos de gás, ambos entre dezembro de 1979 a dezembro de 1984. Tanto o aumento da produção como o das reservas devem-se a campos na plataforma continental, a profundidades de 400 metros, e, de acordo com dados da PETROBRÁS, avalia-se que, nesta faixa, a exploração garantirá uma produção constante de 800 mil barris de petróleo por dia e duplicará a atual produção de gás. As maiores descobertas até agora, contudo, estão na faixa de 400-1.000 metros. Embora, compreensivelmente, relute em fornecer estimativas precisas das dimensões destes campos, a PETROBRÁS reconhece que, supondo que problemas técnicos sejam resolvidos, as descobertas em águas profundas feitas até agora permitirão uma produção adicional de 1 a 1,3 milhões de barris por dia entre 1995 e 2000, mantendo uma boa razão reserva/produção, acompanhada por uma produção de gás de 25 a 30 milhões de metros cúbicos por dia, ou aproximadamente entre 170 e 200 mil barris por dia em equivalente de petróleo. Os

problemas técnicos em questão não devem ser subestimados, mas a PETROBRÁS uniu-se a um esforço conjunto de grandes companhias transnacionais para desenvolver tecnologia de perfuração em águas profundas e já está aprimorando um esquema semi-automático para uma faixa intermediária de 400-600 metros. Supondo que tais esforços sejam bem-sucedidos, as necessidades de capital tenderão a ser maiores, embora as dimensões dos campos recém-descobertos tornem provável que seu custo por barril permaneça na vizinhança dos atuais custos (aproximadamente US\$ 15 por barril na plataforma continental). Naturalmente, este desenvolvimento dependerá, em grande parte, dos esforços feitos para desenvolver a tecnologia necessária, não só para que seja atingida a auto-suficiência de petróleo (em 1985, a produção nacional foi maior do que as importações de petróleo, com o consumo total de produtos de petróleo em torno de 900 mil barris/dia), como também para que o petróleo desempenhe um papel mais importante do que aquele que lhe tem sido atribuído recentemente."

1.4 - CONCLUSÕES

O estudo do desempenho da economia brasileira, na década de 80 e nos períodos que a antecedem, teve o objetivo de resgatar os principais fatos históricos e os fatores determinantes da crise que caracterizou-se pela recessão e estagnação das forças produtivas, naquela década e nos primeiros anos da década de 90.

O primeiro momento deste estudo foi dedicado a uma análise do que se denominou chamar de o "milagre brasileiro", no período 1968-73. O período que antecedeu o "milagre brasileiro" foi caracterizado, principalmente, por baixas taxas de crescimento do PIB, entre 1963 e 1967, e a economia brasileira era orientada por um modelo de industrialização planejado na década de 50 e tinha o Estado como o principal fomentador e financiador de investimentos. Uma das características básicas do período do "milagre brasileiro" - 1968-73 -, sem dúvida nenhuma, foi o crescimento do produto interno bruto com taxas entre 9 e 13,9% ao ano, devido a retomada do crescimento da produção industrial -

com destaque para o setor de bens de produção -.

No segundo momento, a análise esteve voltada para o período 1974-1980, e caracterizou-se pelo endividamento externo do Brasil, após ter, a economia brasileira, exaurida a sua capacidade de manutenção da plena utilização produtiva da indústria nacional e a continuidade do ritmo de crescimento econômico outrora experimentado. O período 1974-80 foi marcado por dois choques do petróleo (1973 e 1979), que provocaram um desequilíbrio na balança comercial e, obviamente, mudanças em termos de intercâmbio externo, o que forçou o País recorrer a empréstimos e financiamentos no exterior, como forma de equacionar os descontroles da sua economia. Além da tendência ao desequilíbrio da balança comercial e a expansão do processo inflacionário, foi imposta à economia brasileira optar, através de objetivos definidos no II PND, pelo crescimento com mudança estrutural e endividamento externo.

O terceiro momento deste estudo teve uma preocupação básica, a de analisar após o auge do ciclo de conjuntura no período do "milagre brasileiro" até o endividamento externo do Brasil, como ocorreu a tentativa de ajuste da economia brasileira, na década de 80, quando ela se encontrava mergulhada numa crise sem precedentes - caracterizada pela recessão e estagnação de suas forças produtivas -, devido a perda da capacidade, do Estado, de financiar a expansão industrial e a retração do Sistema Financeiro Internacional em conceder novos empréstimos e financiamentos.

No decorrer da análise, o setor petrolífero foi destacado pela sua importância na conjuntura econômica brasileira, nos períodos estudados. Ficou patente que o setor petrolífero brasileiro desempenhou o seu papel em cada momento histórico e destacou-se como um dos setores que mais cresceu na "década perdida". É importante que se conheça com mais profundidade a história e o desempenho do setor petrolífero brasileiro - e é o que se pretende fazer no capítulo seguinte -, para que se possa vislumbrar o papel preponderantemente e produtivo do Estado na economia brasileira, no decorrer da década de 80.

CAPÍTULO 2

O SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO

A atividade econômica moderna, no mundo todo, é dependente das principais fontes de energia oriundas do petróleo, do gás natural, do potencial hidráulico, do carvão e do aproveitamento nuclear. Dentre as diversas fontes de energia, o petróleo e o gás natural destacam-se, segundo o Serplan-Petrobrás (1993, p.2), por serem responsáveis por mais de 50% de toda energia consumida no mundo. Esse dado, por si só, mostra a importância do setor petrolífero. A tendência do seu crescimento é inevitável, devido as reservas conhecidas e a probabilidade de novas descobertas, o que torna pouco provável que nos próximos 30 ou 40 anos ocorra a descoberta de um substituto para o petróleo, haja vista que isto vai de encontro aos interesses das empresas multinacionais ou transnacionais que compõem o oligopólio que detém o controle do setor. Outro referencial da importância do setor petrolífero, no mundo, conforme fonte acima, é o volume das transações que correspondem a valores superiores a US\$ 800 bilhões de dólares por ano. No Brasil, as transações do mercado de petróleo, correspondem a valores superiores a US\$ 20 bilhões de dólares ao ano.

Em artigo publicado no jornal "O Poti", de 03.10.93, Rodrigues Neto faz uma análise do desempenho do setor petrolífero no mundo - sob a hegemonia do oligopólio internacional do petróleo - onde destaca que:

a) 75% do petróleo produzido no mundo é consumido por 24 países industrializados, dos quais 25% é consumido pelos Estados Unidos. O restante é consumido pelos outros 150 países;

b) Não existe economia de livre-mercado no setor petrolífero. A teoria neoliberal de livre concorrência ou livre mercado para o petróleo, inexistente, porque o setor está nas mãos das transnacionais do petróleo, sob a forma oligopolizada pelo cartel das "majors" ou das "seis irmãs": SHEEL, EXXON, BP-BRITISH PETROLEUM, MOBIL, TEXACO e CHEVRON, que controlam o preço internacional do produto;

c) As reservas dos Estados Unidos, sede de quatro das seis maiores companhias de petróleo do mundo (EXXON, TEXACO, MOBIL e CHEVRON) são suficientes apenas para mais 10,3 anos; enquanto a Inglaterra, sede das outras duas companhias (BP-BRITISH PETROLEUM e SHEEL), tem reserva para mais 5,6 anos;

d) O Canadá (auto-suficiente) só tem petróleo para mais 10,9 anos e os demais países integrantes do chamado G-7, os sete mais ricos do mundo (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra, França e Itália) são dependentes do petróleo em território de outros países;

e) Considerando os atuais níveis de produção, a Arábia Saudita, o Kuwait, o Iraque e Abu Dhabi tem petróleo para mais de 100 anos, o Irã para 81, a Venezuela para 70 e o México para 50 anos. Na América Latina a disponibilidade é para 46 anos. Segundo a PETROBRÁS, no Brasil as reservas já identificadas, da ordem de 10 bilhões de barris, garantem o suprimento por 27 anos. Estes números explicam a participação de mais de 15 países na recente guerra do Golfo e os esforços das grandes empresas de petróleo para quebrar os monopólios no México, na Venezuela e no Brasil."

Dentro do quadro econômico internacional, tratado como a Nova Ordem Econômica ou a globalização da Economia, onde a lógica dominante é a da inexistência de fronteiras, ou seja, a abertura de todos os países ao livre-mercado, sob a tutela e hegemonia dos Estados Unidos, essa complexa indústria do petróleo tem um papel preponderante, porque ela é multidisciplinar e altamente especializada.

Para inserir o Brasil nesse contexto internacional é preciso antes conhecer sua importância e capacidade interna, pressupondo a existência ou não de uma contradição

entre o papel do Estado como produtor de petróleo e a sua função social voltada para os interesses da nação, ou seja, a ação estatal no monopólio do petróleo e a sua atuação na área social.

Para se ter um entendimento mais aprofundado sobre o setor petrolífero brasileiro - desde a sua gênese até o seu estágio de desenvolvimento considerado de vanguarda -, este capítulo será dividido da seguinte forma:

- a) A história do petróleo no Brasil;
- b) O sistema PETROBRÁS.

2.1 - A HISTÓRIA DO PETRÓLEO NO BRASIL

O desenvolvimento da indústria do petróleo no mundo ocorreu de forma integrada no que se refere as fases que a compõem: desde a exploração, perfuração, produção, refino, transporte e distribuição até os setores petroquímica e de fertilizantes. Essas fases são denominadas, no setor petrolífero, de verticalização de todos os segmentos, que atuam de forma integrada, o que caracteriza a sua importância, seu valor e o seu poder econômico-político. Segundo publicação do Sindipetro-Sindicato dos Petroleiros (1993, p.2):

"O mundo do petróleo, com essa conceituação "integrada", movimentada, por dia, só no segmento de "montante" (a lavra - que é a extração do petróleo e gás natural), US\$ 1,26 bilhões, ou seja, valores da ordem de US\$ 460 bilhões/ano, decorrentes da remuneração dos 60 milhões de barris/dia de petróleo, condensado e gás natural. Com o segmento de "jusante", incluindo a petroquímica/química/fertilizantes, transporte e atividade naval, toda a comercialização e os ramos de serviços auxiliares permanentes, é estimado que o volume de negócios movimentado pelo setor petrolífero represente em torno de US\$ 1,8 trilhões/ano, o que equivale a 34,6% do PIB dos EUA."

Apesar do interesse pela pesquisa de petróleo ter iniciado, no Brasil, no

século passado, foram importantes todas as fases desenvolvidas no setor petrolífero, desde o levantamento geológico que ocorreu entre 1864 e 1919, seguido pelo reconhecimento geológico de 1920 a 1933, até a seleção de áreas exploratórias ocorrida no período de 1933 a 1939. É importante ressaltar que até o ano de 1938, as atividades de pesquisa e exploração de petróleo estava franqueada ao capital privado, nacional ou estrangeiro. Segundo relatório da PETROBRÁS (1992, p.3), a questão é vista da seguinte forma:

"É digna de destaque a ausência das grandes companhias internacionais na pesquisa do petróleo no Brasil numa época em que nada as impedia de atuar. Na primeira metade deste século, estas corporações haviam reconhecido habilmente quase todas as regiões do planeta e avaliado suas possibilidades petrolíferas. Descobriram, nesse período, algumas das mais importantes áreas produtoras do mundo, como a Venezuela, o México, o Oriente Médio e, naturalmente, os Estados Unidos e o Canadá.

A principal causa do desinteresse das grandes companhias e da demora em transformar o País em produtor de petróleo foi a natureza pouco generosa de nossas bacias sedimentares, que exigem grande esforço e perseverança para identificar os campos de petróleo, tornando a exploração do petróleo no Brasil uma atividade de elevado risco."

Diante das dificuldades peculiares das bacias sedimentares e os altos custos das atividades de pesquisa e exploração de petróleo no subsolo brasileiro, e mais, devido a deficiência técnica e a falta de capital do setor privado nacional - frustrado em suas tentativas de encontrar petróleo -, o Governo Federal criou, em 1938, o Conselho Nacional de Petróleo - CNP, com a finalidade exclusivamente voltada para o controle estatal da atividade do setor petrolífero brasileiro. Ao comentar a fase histórica da criação do CNP, Marinho Júnior (1989, p. 239-240) afirma:

"O intervencionismo estatal, antes norteado exclusivamente para a custosa e arriscada atividade da pesquisa e exploração do petróleo, ampliaria seu campo de atuação, quando o governo federal, declarando de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo, nacionalizou a indústria da refinação.

Os interesses estrangeiros - praticamente ausentes nessa fase, quer pela estratégia internacional de manter o país como um mercado consumidor de petróleo, quer por impedimentos legais, num crescendo nacionalista, a partir de 1937 - começaram a se mobilizar para tentar relaxar as restrições relativas à sua participação, instaurando uma polêmica ideológica que transcenderia o período de organização e integração das atividades do CNP."

Como primeiro órgão oficial criado para tratar dos assuntos da indústria do petróleo, no País, CNP confirmou, em 1938, a existência de petróleo em Lobato-Bahia, que foi considerado o primeiro poço de petróleo no Brasil, o qual foi encontrado, em 1933, pelo engenheiro Manoel Ignácio Bastos. O controle do setor petrolífero brasileiro exercido pelo CNP deu-se em períodos distintos, iniciados em 1938 a 1946, que corresponde a fase de organização do CNP; seguido pela fase de expansão das suas atividades, no período compreendido entre 1946 a 1951 e tendo o seu término no período entre 1951 a 1953, com a fase de integração das suas atividades.

Relatório da PETROBRÁS (1992, p.3), ao analisar o período de atuação do CNP, 1938 a 1953, destaca o seguinte:

"Até esta data (1938), menos de 100 poços haviam sido perfurados em busca do petróleo. Destes, 77 foram iniciativa das entidades do Governo, essencialmente do SGMB - Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, e cerca de 20 foram perfurados por empresas privadas nacionais. Mesmo durante os 15 anos de atuação do CNP, quando foram realizadas as primeiras descobertas na Bacia do Recôncavo, na Bahia, nenhum grupo privado sentiu-se motivado a participar concretamente destas pesquisas."

Tendo o CNP cumprido sua função ao constatar a existência de petróleo no subsolo brasileiro, bem como, estudos que apontavam para perspectivas de futuras descobertas, o presidente Getúlio Vargas assinou, em 3 de outubro de 1953, a Lei nº 2004, que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S.A., considerando o setor petrolífero de segurança nacional.

2.2 - O SISTEMA PETROBRÁS

Toda atividade petrolífera envolve vultosos recursos financeiros, alta tecnologia e integração de atividades e objetivos. A PETROBRÁS foi criada com a finalidade de competir internacionalmente, e garantir o abastecimento de um país com a dimensão do Brasil; devido a necessidade de descentralização, flexibilidade e diversificação; possibilidade de associação com outras companhias nacionais; e a aquisição de know-how tecnológico externo. Corresponde a um sistema que atua através de companhias subsidiárias, controladas e coligadas, formando um complexo de quase cem empresas, onde a maior parte delas está no ramo da petroquímica.

O sistema PETROBRÁS, como todas as grandes corporações petrolíferas, opera em todas as atividades do setor petróleo, naquelas monopolizadas (exploração, perfuração, produção, refino, transporte, importação e comercialização) e nas que não estão incluídas no monopólio, como a distribuição. As principais ações do sistema PETROBRÁS São:

- a) estabelecer a regulamentação e definir as condições legais de operação;
- b) fiscalizar as tecnologias empregadas e fomentar o domínio das novas técnicas;
- c) valorizar as reservas nacionais, quando existirem, mantendo estoques estratégicos;
- d) participar da integração internacional com respaldo político do governo federal.

O sistema PETROBRÁS é composto pela Petróleo Brasileiro S.A., empresa holding e operadora na área do monopólio da união e quatro subsidiárias: PETROBRÁS Química S.A - Petroquisa; PETROBRÁS Distribuidora S.A. - BR; PETROBRÁS Internacional S.A. - Braspetro; e a PETROBRÁS Fertilizantes S.A. -

Petrofertil.

Apesar de ter sido criada com a finalidade de garantir o abastecimento do mercado nacional de óleo, gás natural e derivados, além das atividades operacionais (tais como: exploração, produção, refino, transporte, etc.), tem a PETROBRÁS o objetivo, a curto prazo, de reduzir os gastos em moedas fortes com a importação de petróleo e derivados, com a finalidade de aliviar o balanço de pagamentos.

A PETROBRÁS desempenha suas atividades nos moldes das grandes companhias de petróleo internacionais, desde as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural até a produção de produtos petroquímicos e de fertilizantes, todas verticalizadas e integradas. Destacam-se, a seguir, todas as atividades operacionais da PETROBRÁS, bem como, alguns indicadores econômicos e sociais capazes de estimular o crescimento industrial e o desenvolvimento econômico brasileiro:

2.2.1- EXPLORAÇÃO

O petróleo é encontrado nas bacias sedimentares, depressões na superfície da terra que foram, ao longo de milhões de anos, preenchidas pelas rochas sedimentares. Essas bacias cobrem vasta área do território brasileiro em terra e mar.

A moderna exploração do petróleo utiliza um grande conjunto de métodos de investigação, na procura das áreas onde essas condições básicas possam existir. A geologia de superfície analisa as características das rochas na superfície e pode ajudar a prever seu comportamento a grandes profundidades. Os métodos geofísicos tentam, através de sofisticados instrumentos, fazer uma espécie de "radiografia" do subsolo, que traz valiosos dados e permite selecionar uma área que reúna condições favoráveis a existência de um campo petrolífero. Os métodos de investigação utilizados são: i) aerofotogrametria; ii) terremoto artificial; e, iii) satélite.

A exploração é uma atividade do setor petrolífero que compreende três fases distintas:

a) prospecção que é a fase dos estudos preliminares para a localização da jazida. Para se localizar uma jazida de petróleo numa bacia sedimentar é necessário analisar com precisão o solo e o subsolo da região que se quer explorar. Nesta fase são utilizados conhecimentos de duas ciências: i) a geologia que estuda a origem, as sucessivas transformações do globo terrestre e a evolução de seu mundo orgânico; e, ii) a geofísica que estuda os fenômenos físicos-naturais ou provocados pela ação do homem - que afetam a terra.

b) perfuração é a fase em que se confirma a existência do petróleo, após a conclusão dos estudos que são característicos da fase de prospecção. Nessa fase os poços perfurados tem denominações diferentes, de acordo com os objetivos dessa atividade: i) os poços pioneiros são aqueles perfurados numa área virgem, e tem como objetivo descobrir petróleo e gás ou mesmo conhecer melhor as camadas das rochas; ii) os poços de extensão são os destinados a delimitar a jazida descoberta pelo poço pioneiro; e, iii) os poços de desenvolvimento são aqueles perfurados para colocar o reservatório em produção. são os considerados poços produtivos ou de viabilidade econômica.

c) avaliação é a fase que determina se o petróleo encontrado é comercial ou não. Encontrar o petróleo não é o suficiente. É necessário realizar testes de avaliação da descoberta que incluem análises de amostras das rochas, perfis elétricos e testes de formação e produção. A análise e interpretação destes perfis vão determinar se o poço deve ou não continuar a ser avaliado através dos testes de formação e produção. Após as informações, resultantes destes testes, é que se pode determinar se a descoberta do petróleo é comercial ou não.

O objetivo da PETROBRÁS, nesta atividade, é o de acelerar o processo de novas descobertas e a produção de óleo e gás natural, concentrando esforços nas bacias consideradas produtivas, destinando parcelas menores de investimentos às bacias emergentes ou de conhecimento limitado.

2.2.2 - PRODUÇÃO

O objetivo da atividade de produção é extrair o petróleo e o gás natural da jazida, continental ou terrestre, após a fase de delimitação que determina o tamanho e o volume da reserva descoberta, com a perfuração dos poços de desenvolvimentos que vão produzir durante dezenas de anos.

A produção é uma atividade iniciada em 1939, no Brasil, com a descoberta do primeiro poço na localidade de Lobato-Bahia. A produção do poço L-3 (Lobato) foi considerado, pela PETROBRÁS, como insignificante até 1954, devido o volume de petróleo extraído, que representava apenas 2.700 barris/dia.

Relatório da PETROBRÁS (1992, p. 12-13), ao comentar a atividade de produção, destaca:

"Na fase de produção, o óleo pode vir à superfície espontaneamente, impellido pela pressão interna dos gases. Nesses casos, temos os chamados poços surgentes. Para controlar esse óleo, usa-se um conjunto de válvulas chamado árvore-de-natal. Quando a pressão se reduz, são empregados processos mecânicos (cavalo-de-pau), bombas alternativas ou centrífugas e injeção de gás.

(...) Na extração do petróleo, a pressão do gás natural associado ao óleo é a fonte de energia que o faz chegar à superfície. Por isso, há uma permanente preocupação em produzir a menor quantidade possível de gás com cada barril de petróleo, poupando-se a energia do reservatório. Se produzirmos gás em quantidade maior do que a necessária corremos o risco de uma exploração predatória, e grande volume de petróleo permanecerá na jazida, sem possibilidade de aproveitamento."

A importância da atividade de produção pode ser dimensionada, através do seu desempenho, em termos quantitativos de petróleo produzido ao longo dos anos, conforme tabela abaixo:

Tabela 4
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA
DE PETRÓLEO

| A N O | MÉDIA DIÁRIA(EM BARRIS) |
|-------|-------------------------|
| 1940 | 6 |
| 1950 | 928 |
| 1960 | 81.136 |
| 1970 | 67.000 |
| 1980 | 188.000 |
| 1990 | 653.630 |

Fonte: Petrobrás (p.11)

No final de 1990, a produção brasileira de petróleo era realizada através de extração em 6.265 poços, dos quais 5.499 eram terrestres e 766 marítimos. A maior parte da produção nacional (que era de 653.000 barris/dia) é oriunda da bacia de Campos-RJ com 437.000 barris/dia, sendo Namorado o campo onde se produz cerca de 53.460 barris/dia. Vale destacar que o campo que mais produziu até hoje foi o de Água Grande, na Bahia, com uma produção acumulada de 278 milhões de barris, e no Recôncavo Baiano já foram produzidos mais de um bilhão de barris de petróleo.

Pode-se destacar, dentro deste contexto produtivo, que a atuação da PETROBRÁS foi importante para modificar a estrutura de dependência externa, da fonte de energia mais importante deste século: o petróleo, a que estava exposta a economia brasileira até os anos 80. Como exemplo do desenvolvimento e modernização de suas atividades operacionais, a PETROBRÁS conseguiu reverter um quadro em que o Brasil importava cerca de 80% de suas necessidades de derivados do petróleo, em 1960, para 40% no início da década de 90. A década de 80 foi importante em termos de produção, porque a PETROBRÁS conseguiu aumentá-la em torno de 400% até o início da década de 90, e isto

foi possível graças aos investimentos realizados no setor. A produção de petróleo, no Brasil, está distribuída por estado produtor, conforme tabela abaixo:

Tabela 5
 PRODUÇÃO BRASILEIRA DE PETRÓLEO
 POR ESTADO(%)

| ESTADO PRODUTOR | % |
|---------------------|------|
| Rio de Janeiro | 63.0 |
| Rio Grande do Norte | 12.5 |
| Bahia | 11.0 |
| Sergipe | 7.0 |
| Ceará | 3.0 |
| Espírito Santo | 2.0 |
| Alagoas | 1.0 |
| Paraná* | 0.5 |

Fonte: Petrobrás (1993, p.4)

* Incluído 50% de participação do petróleo extraído do Xisto.

Obs: Do total da produção de petróleo, 70% são produzidos no mar e 30% em terra.

Devido a complexidade em decidir sobre o que produzir, em termos de petróleo, a PETROBRÁS toma por base para Avaliação, cinco fatores determinantes da atividade de produção:

a) CUSTO - o custo de produção nacional é fator importante no processo

de decisão. A prioridade é a busca constante de custos de produção inferiores ao da importação.

b) **INTERCÂMBIO COMERCIAL** - o comércio com os grandes países exportadores de petróleo é deficitário para o Brasil, apesar dos esforços para equilibrar a balança comercial. É importante destacar que épocas em que a oferta de petróleo é pequena ou de crise mundial, exemplo da guerra no Oriente Médio, os países produtores não concedem nenhuma facilidade comercial, além do domínio sobre o mercado do petróleo, exercido pelo cartel, oligopolizado, composto de grandes empresas transnacionais.

c) **SOCIAL** - o segmento de produção de petróleo, no país, é responsável pela geração e oferta de milhões de empregos, nas milhares de empresas com atividades (industriais e de prestação de serviços) ligadas ao setor petrolífero. Reduzir a produção de petróleo implica na desativação de contratos de prestação de serviços, em todos os segmentos econômicos do país, o que representará a exclusão da economia de empresas geradoras de empregos e, obviamente, um aumento no nível de desemprego.

d) **ESTRATÉGICO** - a importância estratégica de assegurar o suprimento interno de petróleo e seus derivados, pode ser avaliada a partir do entendimento das causas da recente guerra do Oriente Médio, quando todos os países desenvolvidos se uniram para isolar o Iraque. A razão básica da guerra estava no receio de que o Iraque viesse a controlar reservas de petróleo cada vez maiores, de países vizinhos, tornando do ponto de vista de energia, o mundo dependente desse país. Nas crises do petróleo de 1973 e 1979, vários países desenvolvidos tiveram problemas no suprimento deste produto, bem como, os países em desenvolvimento que também tiveram um desequilíbrio no balanço de pagamentos, acarretando um crescimento na dívida externa.

e) **TECNOLÓGICO** - a produção de petróleo requer avanços contínuos em termos de tecnologia. O desenvolvimento de novas tecnologias são necessárias para a descoberta de novos campos de produção de petróleo, seja em águas profundas ou maiores profundidades na camada terrestre, bem como de métodos e técnicas inovadoras no processo

industrial do refino.

Após a atividade de produção, que compreende desde a descoberta do petróleo em terra ou no mar e delimitado o campo, bem como, o seu aproveitamento comercial, dar-se início a fase de escoamento da produção, com a atividade de transporte.

2.2.3 - TRANSPORTE

A importância da atividade de transporte, no setor petrolífero, é destacada por se constituir fator determinante ou de influência na composição dos preços finais dos produtos derivados do petróleo. Essa atividade cumpre três objetivos básicos: i) escoar a produção - de óleo e de gás - dos campos; ii) abastecer as refinarias com petróleo, inclusive importado; e, iii) distribuir os derivados.

Vale ressaltar que, dentro da evolução histórica do petróleo, o transporte, em sua fase inicial, era feito em barris de madeira por carroças, barcaças e vias férreas; e que em sua fase mais desenvolvida utiliza técnicas especiais e um complexo sistema, através dos meios representados por oleodutos, polidutos (transporte de derivados) e gasodutos, terminais marítimos e navios. Outras formas de transporte, como o rodoviário e ferroviário são ocasionalmente utilizadas para a transferência de petróleo, enquanto que os derivados, na fase de distribuição, são transportados por meio de barcaças-propulsionadas, vagões-tanques e caminhões-tanques.

Como todas as atividades operacionais têm a sua importância, dentro do contexto do setor petrolífero, o transporte é destacado em relatório da PETROBRÁS (1992, p.19), por ser estratégico desta indústria:

"Dos campos de produção terrestres e marítimos, o petróleo é transportado por oleodutos para as refinarias. Quando importado, o petróleo é descarregado nos terminais marítimos e transferido para as refinarias, também através de oleodutos. Depois de processado nas refinarias, seus derivados são transportados para os grandes centros consumidores e para os terminais marítimos, por onde são embarcados para distribuição ao

longo da costa. O gás natural, por sua vez, é transferido dos campos de produção para as plantas de gasolina natural, onde, depois de processado para a retirada das frações pesadas é enviado aos grandes consumidores industriais e à rede de distribuição domiciliar. Para evitar contaminação, os derivados são transportados em oleodutos especiais, também chamados polidutos, que não são os usados para transportar petróleo. A PETROBRÁS dispõe de extensa rede de oleodutos, gasodutos e polidutos (cerca de 7.000 km) que interligam campos petrolíferos, terminais marítimos e terrestres, bases de distribuição, fábricas e aeroportos."

2.2.4 - REFINO

Na atividade de refino o principal objetivo, da PETROBRÁS, é obter do petróleo processado, o máximo possível de derivados de maior valor de mercado, o que equivale a reduzir ao mínimo a produção de óleo combustível. A PETROBRÁS, por deter o monopólio do refino no País, tem, adicionalmente, o objetivo de atender o mercado nacional de derivados em qualquer circunstância.

A PETROBRÁS (1992, p.2), em relatório, destaca a importância dos seus técnicos e do povo brasileiro, na concepção deste objetivo:

"Tendo em vista a elevada sangria de divisas acarretadas pela importação de derivados, foi definido um importante programa de refino nacional, que dependia exclusivamente do esforço e da determinação do povo brasileiro e do trabalho dos técnicos da PETROBRÁS. Este era o meio de gerar elevados recursos financeiros, indispensáveis para se intensificar a busca do petróleo no subsolo brasileiro."

A localização das unidades de refino dar-se de forma estratégica, nas regiões de maior consumo, objetivando criar uma infra-estrutura de produção e abastecimento de derivados, voltada ao atendimento das necessidades do País no que concerne ao seu desenvolvimento industrial. As refinarias da PETROBRÁS (em número de 11) com uma capacidade instalada, capaz de produzir em torno de um milhão e meio de barris de derivados por dia, atende plenamente a demanda interna de derivados do petróleo,

bem como exporta os excedentes de produção. Destaca-se, na tabela abaixo, todas as unidades de refino da PETROBRÁS, com localização e capacidade de produção:

Tabela 6

UNIDADES DE REFINO DA PETROBRÁS

| REFINARIA/LOCALIZAÇÃO | CAPACIDADE(b/d) |
|--|-----------------|
| Refinaria de Paulínia-São Paulo | 301.920 |
| Refinaria Duque de Caxias-Rio de Janeiro | 247.826 |
| Refinaria Henrique Lage-São Paulo | 226.440 |
| Refinaria Presidente Bernardes-São Paulo | 176.120 |
| Refinaria Getúlio Vargas-Paraná | 150.960 |
| Refinaria Gabriel Passos-Minas Gerais | 150.960 |
| Refinaria Landulpho Alves-Bahia | 140.267 |
| Refinaria Alberto Pasqualini-Rio G. Sul | 75.480 |
| Refinaria de Capuava-São Paulo | 34.595 |
| Refinaria de Manaus-Amazonas | 11.322 |
| Fábrica de Asfalto-Ceará | 6.856 |
| Capacidade Total de Refino | 1.522.746 |

Fonte: Petrobrás(1993, p.6)

b/d - barris por dia.

A PETROBRÁS (1985, p. 23-24), ao descrever a complexidade dessa atividade, destaca:

"O petróleo, no estado em que é extraído do solo, não tem, praticamente, nenhuma aplicação. Na refinaria é que se obtém do petróleo os hidrocarbonetos em suas formas de maior utilidade. Para isso se empregam processos que separam grupos de

moléculas, quebram-nas, reagrupam átomos, ligam moléculas diferentes, produzindo assim os diversos derivados do petróleo.

Uma refinaria moderna possui sistemas de fornos, torres de destilação atmosférica e a vácuo, unidade de craqueamento, tabulações e válvulas, bombas e compressores, permutadores de calor, tanques de estocagem, instrumentos de controle etc. É através deste conjunto de equipamentos que o petróleo é transformado em produtos derivados, entre eles os principais são:

a) Gás Natural - de ampla utilização pelas indústrias, principalmente pelas do setor petroquímico, que os transforma em inúmeros produtos finais.

b) Gás Liquefeito de Petróleo-GLP - é o conhecido gás de cozinha, seu transporte até os consumidores finais se faz tanto por redes de canos como por botijões.

c) Gasolina - utilizada como combustível dos motores de carros de passeio, veículos de transporte e aviões(pequeno porte).

d) Querosene Iluminante - utilizado na iluminação, através de lamparinas, substituindo a iluminação elétrica e como combustível em fogareiros e aquecedores.

e) Querosene de Jato - combustível de motores a jato. Para os grandes aeroportos internacionais onde seu consumo é elevado, este querosene é transportado por oleodutos.

f) Óleo Diesel - utilizado nos veículos de transportes pesados: ônibus, caminhões, locomotivas e navios e também como combustível de máquinas industriais. Vale lembrar que em outros países o diesel é usado também em automóveis.

g) Óleos Lubrificantes - servem para reduzir o atrito entre as peças ou partes de uma máquina, largamente utilizados por todos os setores industriais.

h) Óleo Combustível - utilizado para movimentar grandes máquinas, muitas vezes é levado aos locais de consumo através de oleodutos, como acontece no abastecimento de usinas termoelétricas.

i) Asfalto - utilizado na pavimentação de estradas, e pelas indústrias para

impermeabilização, isolamento etc."

O Serviço de Comunicação Social da PETROBRÁS, em material de divulgação das atividades operacionais da empresa, destaca o seguinte:

"O refino foi, aliás, o primeiro grande desafio enfrentado pela PETROBRÁS, logo após o início de suas atividades. Criar um parque industrial capaz de livrar o Brasil da dependência externa de derivados era tão prioritário quanto expandir os trabalhos de exploração.

O desafio foi vencido, deixando, como saldo, capacitação para projetar e construir refinarias e plantas de processamento de gás natural, com tecnologia própria. Hoje, a Companhia opera um parque de refino com dez grandes refinarias, uma fábrica de asfalto e uma unidade produtora de óleo de Xisto (folhelho betuminoso) com tecnologia própria e única do mundo em nível comercial, além de 10 plantas de processamento de gás natural.

Estas unidades podem processar diariamente 1,5 milhão de barris, produzindo todos os derivados de que o País necessita, dentro de padrões internacionais de qualidade, proteção ambiental e com segurança do homem e do patrimônio.

Para atender a expansão do consumo de derivados, o parque de refino está em constante modernização e ampliação. Este processo também compreende a melhoria da qualidade dos derivados e a adequação a quantidade crescente de petróleos nacionais e à modificação contínua do perfil da demanda nacional. Outra providência foi a retirada do chumbo tetraetila (CTE) da gasolina produzida no País, melhorando a qualidade do ar das cidades brasileiras."

No processo da atividade de refinação pode-se obter o aproveitamento de um barril de petróleo (que corresponde a 159 litros), com a produção dos seguintes derivados, conforme tabela abaixo:

Tabela 7
 RESULTADO DO REFINO DE UM BARRIL
 DE PETRÓLEO

| DERIVADOS | % |
|----------------------------------|-------|
| Óleo Diesel | 32,9 |
| Óleos Combustíveis | 17,5 |
| Gasolinas(automotivas e aviação) | 15,3 |
| Naftas e Solventes | 11,5 |
| GLP | 8,8 |
| Querosenes(iluminação e aviação) | 4,6 |
| Asfaltos | 1,7 |
| Óleos Lubrificantes e Parafinas | 1,3 |
| Outros Derivados | 6,4 |
| Total | 100,0 |

Fonte: Petrobrás(1993, p.5)

2.2.5 - DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

A PETROBRÁS mantém um órgão responsável pela realização da pesquisa científico-tecnológica que é o CENPES - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello, cujos laboratórios estão localizados no Campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o seu quadro de profissionais é formado por 1.600 pesquisadores e técnicos. O CENPES é o órgão coordenador e executor das atividades de pesquisas, desenvolvimento e engenharia básica da PETROBRÁS, que se constitui numa atividade de procura sistemática e planejada de novos conhecimentos e de novos métodos para fazer produtos, processos e serviços. Os objetivos definidos da pesquisa tecnológica na PETROBRÁS são:

- a) Racionalizar e aperfeiçoar os trabalhos de exploração, lavra,

industrialização, transporte e distribuição de petróleo, seus derivados, gases naturais e raros, xisto e seus derivados;

b) Diminuir o dispêndio cambial da indústria brasileira de petróleo e petroquímica, possibilitando a substituição de matérias-primas importadas e dos serviços técnicos contratados no exterior por equivalentes nacionais;

c) Contribuir para a criação e o desenvolvimento de novos processos, produtos, equipamentos e métodos de interesse da indústria de petróleo e petroquímica;

d) Incentivar a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de ataque às questões de expansão e organização do conhecimento científico e tecnológico;

e) Contribuir para a formação de recursos humanos de elevado nível, no campo do petróleo e atividades correlatas.

O Serviço de Comunicação Social da PETROBRÁS, em material de divulgação, destaca a importância da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico no crescimento do setor petrolífero brasileiro:

"A PETROBRÁS estendeu sua atividade de exploração a plataforma continental, desenvolvendo tecnologia de ponta para vencer as dificuldades operacionais das águas profundas.

Hoje, a PETROBRÁS está entre as poucas companhias que dominam a avançada tecnologia de exploração, perfuração e produção em águas profundas, detendo o recorde mundial de completação submarina e capacitação para produzir petróleo em águas de até mil metros de profundidade.

O cenário onde se processa esse revolucionário desenvolvimento tecnológico é a Bacia de Campos, em frente ao litoral do estado do Rio de Janeiro, onde foram descobertas jazidas gigantes sob lâminas d'água próximas de 2.000 metros. Nesta região, a PETROBRÁS detém o recorde mundial de perfuração e produção em lâmina d'água.

Na PETROBRÁS, a modernidade vem há muito se agregando às

atividades, sob a forma de desenvolvimento tecnológico, profissional e industrial, priorizando a qualidade de produtos e serviços e valorizando a segurança, a vida e a natureza.

Tecnologias utilizadas pela PETROBRÁS indicam o nível de desenvolvimento em que se encontra: comunicação por satélite; sensoriamento remoto; convergência de telecomunicações e informática; poços perfurados horizontalmente; intervenções submarinas teleoperadas; TV submarina em terceira dimensão; transmissão de sinais por meio físico; robótica submarina; estação de interpretação interativa de dados exploratórios; petróleo em águas profundas..."

Os principais resultados da pesquisa na PETROBRÁS e os projetos de maior significado econômico desenvolvidos pela CENPES, são destacados em relatório pela PETROBRÁS (1992, p. 21-22):

"Ao longo de mais de 25 anos, as atividades do CENPES apresentaram reflexos econômicos importantes, inclusive na balança de pagamentos do País, em função da economia de divisas com assistência técnica, compra de projetos e pagamentos de royalties.

Importante também é a utilização de matérias-primas, equipamentos e materiais fabricados no País e o incentivo à capacitação tecnológica de firmas brasileiras de equipamentos e prestação de consultoria técnica.

Embora para um País em desenvolvimento e em pleno processo de aprendizado tecnológico os principais resultados tenham, predominantemente, caráter estratégico, o CENPES vem desenvolvendo diversos projetos de alto significado econômico, dentre eles, destacam-se:

- a) Aperfeiçoamento do projeto de plataformas marítimas;
- b) Projeto de unidades de processamento de gás natural;
- c) Primeiro projeto de plataforma semi-submersível específico para produção de petróleo em águas profundas na Bacia de Campos;
- d) Projeto básico da plataforma de processo de Enchova; e,

e) Desenvolvimento de sistema computacional para otimização do dimensionamento do revestimento dos poços de petróleo."

A atuação do CENPES tem crescido nos últimos anos devido aos grandes desafios a que foi submetido, como exemplo a exploração e produção de petróleo em águas profundas e a modernização dos métodos e técnicas de produção e de refino do petróleo, acrescidos da constante preocupação com a proteção ao meio ambiente.

2.2.6 - INVESTIMENTOS

Para se manter uma indústria de petróleo forte e integrada, necessita-se, segundo estudo da PETROBRÁS em mar/93, alocar no mercado algo em torno de US\$ 4,5 bilhões de dólares por ano em bens e serviços, dos quais, uma parcela expressiva decorre das atividades de produção, desse petróleo. É importante destacar que os investimentos da PETROBRÁS e suas operações industriais são fatores decisivos para manter ativa a economia nacional e para alavancar o seu desenvolvimento. Na seção Ensaio publicada na Conjuntura Econômica, Almeida (1993, p.36-38) afirma o seguinte:

"Os investimentos da PETROBRÁS cumpre um duplo papel no sentido de estimular a atividade econômica. De um lado, contribuem para garantir a oferta de derivados de petróleo, permitindo a continuidade do processo global de acumulação de capital. De outro, geram demanda efetiva para diversos segmentos da indústria nacional, além de funcionarem como indutores de desenvolvimento tecnológico e industrial. (...)

A partir dos choques de preços do petróleo de 1973 e 1979 - elevação de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 por barril em 1973 e de US\$ 13 para US\$ 34 por barril em 1979 - a PETROBRÁS redirecionou os investimentos para a área de produção e exploração, com o objetivo de reduzir o impacto da importação de petróleo sobre a balança comercial. A ênfase da atividade se concentrou na plataforma continental, onde os estudos se mostravam mais atraentes.

Em qualquer parte do mundo, a indústria do petróleo tem-se caracterizado por ser verticalizada (do poço ao posto), oligopolizada (mercado dividido entre as majors -

grandes corporações transnacionais e grandes empresas estatais) e intensiva em capital. Essa terceira característica confere ao setor petróleo o perfil de impulsionador do processo de desenvolvimento econômico e social, seja pelo estímulo ao crescimento e aperfeiçoamento da indústria e tecnologia nacionais, seja por seus efeitos benéficos sobre o balanço de pagamentos e as contas públicas."

O sucesso a ser alcançado por uma empresa do setor petróleo está condicionado ao montante de investimentos destinados às suas mais diversas atividades (desde a exploração de petróleo até a distribuição de derivados). Na tabela a seguir, demonstra-se todos os investimentos do Sistema PETROBRÁS, no período de 1954 a 1992, por atividade produtiva:

Tabela 8
INVESTIMENTOS DIRETOS DO SISTEMA PETROBRÁS,
POR ATIVIDADE, NOS PERÍODOS 1980/89 e 1954/1992,
(em US\$ milhões).

| ATIVIDADES | 1980/89 | 1954-1992 |
|------------|----------|-----------|
| Exploração | 11.473,7 | 21.194,4 |
| Produção | 19.397,9 | 26.577,5 |
| Refino | 1.971,3 | 11.329,7 |
| Outros | 3.564,8 | 13.794,2 |
| TOTAL | 36.407,7 | 72.895,8 |

Fonte: Conjuntura Econômica (1993, p.34)

Obs: Convertido pela taxa de câmbio de out/91.

É importante destacar que o programa de investimentos da PETROBRÁS não conta com repasses da União, desde 1974, e que a geração desses recursos, após aquele ano, somente ocorreu através das seguintes fontes: a) remuneração pelo petróleo produzido; b) operações de refino; e, c) operações de transporte de derivados.

Os dados acima, mostram que 50% de todos os investimentos realizados pelo Sistema PETROBRÁS, no período entre 1954 e 1992, estão concentrados na década de 80. A explicação lógica para esta concentração de investimentos é dada pelo resultado da atividade de produção naquela década, ou seja, em 1980 a produção nacional de petróleo representava em torno de 188.000 barris/dia, contra uma produção em 1989 de 616.000 barris/dia, o que equivale a 228% de aumento na quantidade produzida, graças a localização de centenas de campos de petróleo em todo País, em terra e no mar. Destaque para a Bacia de Campos onde foram descobertos três campos gigantes de produção de petróleo e gás natural: Marlim, Albacora e Barracuda.

2.2.7 - SUBSIDIÁRIAS

Dentro da estrutura organizacional do Sistema PETROBRÁS destaca-se um conjunto de subsidiárias criadas com a finalidade de atender as exigências do desenvolvimento do País, e com objetivos definidos, conforme cada atividade específica ligada ao setor petrolífero:

1) A PETROBRÁS Química S.A. - PETROQUISA - criada em 1967, constitui-se como uma empresa de participações em outras empresas voltadas a oferta de produtos químicos e petroquímicos. A PETROQUISA tem como objetivo a fabricação, o comércio, a distribuição, o transporte, a importação e a exportação de produtos das indústrias químicas e petroquímica em geral, podendo exercer quaisquer atividades necessárias à consecução de seus objetivos. O principal objetivo da PETROQUISA, na sua fase inicial, foi o de desenvolver e consolidar a indústria química no País, tendo sua atuação destacada na implantação dos pólos petroquímicos de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul. A PETROBRÁS (1993, p. 8), em relatório destaca:

" A PETROQUISA é a empresa-mãe de dezenas de outras, resultantes da associação entre empresa estatal, iniciativa privada nacional e companhias internacionais detentoras de tecnologia. Através desse sistema tripartite, o Brasil absorveu tecnologia

petroquímica e garantiu o controle nacional das companhias que, hoje, garantem o abastecimento interno de produtos petroquímicos, com elevada economia de divisas."

2) A PETROBRÁS Distribuidora S.A. - BR - criada em 1971, com os objetivos de fazer a distribuição e o comércio dos produtos de petróleo e seus derivados e o desenvolvimento de atividades correlatas ou afins, que complementem direta ou indiretamente suas atividades sociais. Todas as empresas do setor petrolífero percorrem um ciclo, dentro de suas atividades, que vai desde o poço até o posto. E foi esse fator que culminou com a criação da BR, para que se pudesse atender uma exigência logística e mercadológica e disputar o mercado de distribuição de derivados. Atualmente, a BR é a maior empresa distribuidora de derivados de petróleo e de álcool hidratado do País, onde ocupa a liderança de um mercado altamente competitivo, concorrendo com as maiores companhias internacionais do setor petrolífero, como a SHEEL, a ESSO, a TEXACO e a ATLANTIC. Conforme dados da PETROBRÁS, a BR possui 7.032 postos, sendo 1.904 rodoviários, dirigidos a motoristas de veículos pesados, 4.996 urbanos, para motoristas de veículos leves, e 132 postos flutuantes, para embarcações. A atuação da BR é destacada por Almeida (1993, p. 35), na seção Ensaio publicada na Conjuntura Econômica:

"Já em 1972, a participação neste mercado era da ordem de 22%, evoluindo neste 21 anos para 36%, parcela que lhe garante hoje a primeira posição no ranking das companhias distribuidoras. Com um faturamento anual em torno de US\$ 6,2 bilhões, atendendo a aproximadamente 15 mil clientes, a BR é a única empresa do setor que atua em todos os estados do País. Destaca-se a sua atuação nas regiões Norte e Nordeste, onde detém, respectivamente, 55% e 49% do mercado de distribuição."

A Associação dos Engenheiros da PETROBRÁS - AEPET -, em boletim nº 40, de abril/93, faz uma análise sobre o abastecimento de derivados de petróleo, no País:

"O abastecimento de combustíveis aos consumidores finais é dependente dos seguintes fatores: a) disponibilidade do energético; b) infra-estrutura eficiente de produção, processamento, armazenamento e distribuição de energéticos; e, c) saúde

econômico-financeira dos agentes envolvidos.(...)

No caso do petróleo e seus derivados, cinco pontos distintos são importantes na questão do abastecimento.

Em primeiro lugar, a falta de investimentos na exploração e produção de petróleo faz, inevitavelmente, sua produção cair, aumentando a importação e pressionando a balança de pagamentos.

Em segundo lugar, numa crise econômico-financeira as empresas tem dificuldades em saldar seus compromissos internacionais. Se isto ocorrer, afeta-se de alguma forma a capacidade de comprar e vender produtos.

Em terceiro lugar, se há queda na produção de petróleo, o País fica vulnerável a crises internacionais e seu suprimento fica ameaçado e dependente dos fatos fora de seu controle.

Em quarto lugar, se o sistema de refino e de transporte não recebe investimentos adequados torna-se obsoleto e não consegue colocar no mercado produtos em qualidade e quantidade, aumentando a dependência do exterior com relação a GLP, diesel e nafta petroquímica, hoje já crescente.(...)

Em quinto lugar, o acréscimo do consumo de energéticos, como um todo, é função do crescimento da economia; porém, é também dependente do preço praticado no mercado."

A BR foi a primeira companhia a comercializar o gás natural veicular, com instalações, em diversas cidades brasileiras, de bases e postos de abastecimentos para caminhões de transporte de carga e para ônibus de transporte coletivo urbano. Vale destacar, que a BR é a empresa distribuidora de derivados de petróleo mais premiada, dentre as maiores do setor, pelo seu desempenho global, conforme a edição "Maiores e Melhores" da revista Exame, tendo obtido esta distinção 11(onze) vezes em 20(vinte) anos - a segunda maior ganhadora venceu três vezes - Para obter esse destaque no setor de distribuição de combustíveis, a BR coloca no mercado mais de 1.400 itens, entre combustíveis, óleos,

lubrificantes, graxas, parafinas, solventes e produtos especiais, dirigidos aos segmentos automotivo, marítimo, ferroviário, industrial, agrícola, aéreo, químico e petrolífero. Os produtos e serviços comercializados pela BR são distribuídos desde os postos flutuantes da Amazônia (que não despertam nenhum interesse econômico de outras grandes empresas do setor), até a três mil metros abaixo do solo, com instalação de bombas de abastecimento de caminhões nas minas de calcário de Votorantim-São Paulo.

3) A PETROBRÁS Internacional S.A. - BRASPETRO - criada em 1972, com a finalidade de coordenar todas as ações internacionais pertinentes ao Sistema PETROBRÁS. Dentre os objetivos definidos para a BRASPETRO, destacam-se:

a) Exercer, fora do território nacional, as atividades de pesquisa, industrialização, comércio, importação e exportação de petróleo e outros hidrocarbonetos líquidos ou gasosos de seus derivados;

b) Criar e avaliar novas oportunidades, no exterior, para colocação de produtos e serviços brasileiros e para atuação na exploração, perfuração e produção de petróleo;

c) Localizar fontes próprias de produção de petróleo no exterior, como ocorre com outras grandes companhias congêneres e, ao mesmo tempo, testar a tecnologia da PETROBRÁS em prospecção fora do País.

4) A PETROBRÁS Fertilizantes S.A. - PETROFÉRTIL - criada em 1976, com dois objetivos básicos definidos:

a) Complementar e estimular a iniciativa privada, isoladamente ou em associação, visando tornar o País auto-suficiente em fertilizantes, como suporte para o desenvolvimento agrícola;

b) Impulsionar o crescimento da oferta de fertilizantes acabados, semi-acabados e matérias-primas.

A atuação da PETROFÉRTIL, bem como os seus objetivos, são analisados por Almeida (1993, p. 36), na seção Ensaio publicada na Conjuntura Econômica:

"Até 1973, essa oferta atendia apenas a 15% da demanda interna, tornando a agricultura brasileira altamente dependente do mercado internacional. Aproveitando a experiência já adquirida na fábrica de fertilizantes de Cubatão-Fafer, e da PETROBRÁS Fertilizantes (hoje NITROFÉRTIL) e ainda, ante a disponibilidade de insumos para a produção de nitrogenados - gás natural, gás de refinaria, resíduo asfáltico - foi delegado a PETROBRÁS a missão de expandir a produção nacional de fertilizantes e suas matérias-primas. No período 1976-78, foram criadas as controladas, Goiásfértil e Fosfértil, que se juntaram as já existentes ICC, Nitrofértil e Ultrafértil, formando o grupo PETROFÉRTIL. Tendo sido impulsionada a oferta doméstica, o grupo passou a atuar também como exportador. Em 1992, foram negociadas 240 mil toneladas de uréia, destinadas principalmente a China, Uruguai, Argentina, Chile e EUA. No mesmo ano, foi iniciado o Programa Nacional de desestatização para o setor de fertilizantes, ocorrendo a alienação, no segundo semestre, da Fosfértil e da Goiásfértil. Apesar disto, em 1992, a PETROFÉRTIL e suas companhias controladas produziram 98% dos fertilizantes nitrogenados e 14% dos fosfatados fabricados internamente, mantendo uma participação expressiva no suprimento das matérias-primas destinadas aos setores químicos e pecuário."

Dentre as ações desenvolvidas pela PETROFÉRTIL, são destacadas as seguintes, do Relatório Anual 1991, da PETROBRÁS:

a) Contribuiu para o abastecimento nacional de fertilizantes, a comercialização passou a desenvolver-se com base numa produção rigorosamente compatível com a demanda, e as vendas foram realizadas, prioritariamente, na modalidade FOB, para reduzir gastos com frete;

b) Promoveu a descentralização das atividades comerciais, com atuação mais próxima ao mercado consumidor;

c) Implantou um programa de exportação de nitrogenados e fosfatados no período de baixa demanda interna e foram exploradas as oportunidades de novos negócios, com a consolidação da Rede de Serviços Autorizados e o lançamento de novos

produtos em parceria com a iniciativa privada.

Após conhecer a estrutura do Sistema PETROBRÁS, ou das atividades inerentes ao setor petrolífero brasileiro, é possível ter-se uma idéia geral da complexidade deste setor produtivo, e a dificuldade - das empresas nacionais de capital privado - de participar desse ramo industrial, em virtude do volume de investimentos e de capital necessários. Pode-se atribuir ao fator capital, dentro dessa lógica, a participação do Estado na economia, mais especificamente, em um setor que requer grandes investimentos na atividade de pesquisa - por se tratar da exploração de um bem não-renovável. Talvez seja uma das explicações dadas, para justificar a presença do Estado na economia, particularmente no setor petrolífero. Isso ocorre nas economias, consideradas maiores produtoras e exportadoras de petróleo, que têm o Estado como detentor do monopólio desse setor, a exemplo dos países, todos do Terceiro Mundo, que compõem a OPEP - organização dos Países Exportadores de Petróleo -, e que São responsáveis por 66% da produção mundial.

2.3 - CONCLUSÕES

Para entender a complexidade do setor petrolífero brasileiro foi necessário realizar pesquisa em todas as fases operacionais que compõem a indústria do petróleo, do poço ao posto, como forma de saber porque a integração de todos os segmentos e sua forma verticalizada, são indispensáveis para o pleno funcionamento desse setor, além de torná-lo altamente competitivo nos mercados nacional e internacional.

Em primeiro lugar, foi destacada a história do petróleo no Brasil, desde as primeiras pesquisas, no século passado, até a criação da PETROBRÁS, em 1953, empresa responsável por todas as atividades do setor petrolífero brasileiro. A importância desta seção, foi o de resgatar, historicamente, toda uma atividade considerada, atualmente, indispensável para o desempenho da economia nacional. Nesse período pesquisado, 1864 a 1938, vale destacar que a atividade petrolífera brasileira estava franqueada ao capital privado nacional e internacional, não tendo, no entanto, despertado a atenção das empresas transnacionais, integrantes do cartel petrolífero, em virtude do não conhecimento das potencialidades das reservas de petróleo, nas bacias sedimentares brasileiras.

A seção seguinte foi concentrada na estrutura produtiva do Sistema PETROBRÁS, como forma de se conhecer, com detalhes, todas as atividades operacionais inerentes ao setor petrolífero brasileiro e os seus objetivos. Destacou-se a importância da PETROBRÁS no âmbito internacional e alguns indicadores econômicos e sociais, capazes de estimular o crescimento industrial e o desenvolvimento econômico brasileiro.

Dentro desse contexto, é importante conhecer as especificidades do Estado-produtor de petróleo, o seu papel social, a importância e a influência do monopólio estatal na economia brasileira - o que será objeto de estudo do capítulo seguinte -. Deve-se, também, analisar as opiniões dos que defendem ou não a privatização do setor petrolífero brasileiro - em especial, da PETROBRÁS - e as suas possíveis consequências.

CAPÍTULO 3

O ESTADO E O MONOPÓLIO DO PETRÓLEO

A discussão sobre a participação ou não do Estado na economia, como produtor, não é tão recente como se imagina. Dentro da lógica do processo de acumulação capitalista, o Estado, em cada momento histórico, tem desempenhado um papel preponderante de estímulo à atividade produtiva, via concessões tributárias; como fomentador de investimentos; como financiador de empréstimos; e, até como agente produtivo, a fim de manter o crescimento e o desenvolvimento econômico, seja em período de crise (de recessão ou estagnação da economia) ou de auge do ciclo de conjuntura.

Dentro do contexto da economia brasileira, o Estado apresenta-se como agente produtivo e detentor do monopólio do petróleo, setor produtivo responsável pela principal fonte energética do mundo, por ser um bem não-renovável e de difícil localização, assim como, ser considerado o mais importante pelo seu caráter estratégico e de poder econômico-político.

3.1 - ESTADO E MONOPÓLIO: CONCEPÇÕES TEÓRICAS

Antes da análise do papel do Estado brasileiro na economia, especificamente, quando detém o monopólio do setor petrolífero, deve-se conhecer, mesmo de forma sintética, as diversas concepções sobre o papel do Estado na economia, defendidas pelas escolas do pensamento econômico, a fim de relacioná-las com as opiniões favoráveis ou contrárias à manutenção do monopólio estatal do petróleo, ao final deste capítulo:

a) No âmbito da teoria clássica, mais propriamente de Adam Smith, o papel do Estado está definido apenas para assegurar que as forças naturais da sociedade atuem sem restrições. Isenta o Estado como fator de coesão e de harmonia entre os indivíduos, porque esses têm, naturalmente, qualidades morais e econômicas que lhes

permitem o livre desenvolvimento das relações mercantis, ou seja, a livre concorrência. Para Smith, o Estado não deve intervir como regulador das atividades econômicas.

b) Contrapondo o conceito liberal de Estado, a tese marxista analisa o papel do Estado capitalista como sendo constituído de funções que visam organizar a dominação de classe e reproduzir as relações sociais de exploração. Dessa forma, o Estado é produto das contradições antagônicas de classe, e tem como objetivo organizar a hegemonia das classes dominantes.

c) Na concepção da teoria keynesiana, o Estado é visto como um sujeito racional independente da sociedade com poder próprio e com capacidade de regular e organizar o processo de acumulação de capital. Dentro dessa lógica, o Estado teria o poder de superar as contradições do capitalismo pela amenização das crises: isso equivale afirmar que o conjunto do capital, ou as forças produtivas capitalistas, não subsistem sem o Estado.

d) A tese neoliberal, que tem uma concepção baseada na lógica da teoria neoclássica, atualmente em voga e defendida pelos países capitalistas mais desenvolvidos, consiste em manter o Estado fora das atividades produtivas, principalmente de atividades onde detém o monopólio. De acordo com a tese neoliberal, deve o Estado capitalista, especificamente do terceiro mundo, desempenhar um papel que assegure ao capital privado nacional e internacional, concessões para que possam garantir a acumulação de capital, bem como, a abertura da economia a livre-concorrência - que é chancelada de "economia de mercado" - dos setores monopolizados pelo Estado e a entrada do capital transnacional, com a finalidade de explorar os setores produtivos mais vitais da economia; em nome da modernidade e do desenvolvimento econômico; além das funções sociais que são peculiares ao Estado, definidas em sua constituição (exemplo: saúde, educação, habitação, etc.).

O estudo do papel do Estado-produtor na economia brasileira, ao deter o monopólio de um setor produtivo capaz de exercer influência no desempenho e desenvolvimento econômico, atualmente, é analisado sob a concepção do capitalismo moderno (lógica da teoria neoliberal), como uma contradição no âmbito do processo

produtivo

Em primeiro lugar, por estar o Estado desempenhando uma função produtiva, e que o seu verdadeiro papel social estaria sendo desvirtuado. Em segundo lugar, estaria o Estado monopolizando um importante setor produtivo (petrolífero), quando o próprio Estado não concede, ao capital privado, o direito de exercê-lo na economia nacional.

Diante do debate sobre a participação ou não do Estado, na economia brasileira, como único produtor da indústria do petróleo, deve-se analisar os diversos conceitos sobre o monopólio, como forma de subsidiar a confrontação das idéias, ao final deste capítulo, favoráveis ou contrárias ao papel do Estado-produtor. Destacam-se alguns teóricos que trataram de forma competente este assunto polêmico, que envolve o monopólio, os cartéis e o Estado-produtor.

Ao estudar a influência dos cartéis e monopólios na economia, Hilferding (1910, p.197-198), afirma:

"Mas a política das associações monopolistas deve ser formulada de outra forma onde o aumento da produção não encontre nenhuma limitação imposta pelos monopólios naturais, onde a produção, portanto, possa ser aumentada para além do volume exigido por uma demanda suplementar de conjuntura, e esse aumento seja possível pelos mesmos custos, ou até mesmo por custos inferiores. Então, o domínio do mercado, dependerá essencialmente do controle, por parte da associação, da maior parcela da produção, sob pena de a conjuntura adversa anular o valor do cartel para seus membros, ou eventualmente o dissolver.

A existência ou ausência de um monopólio natural, portanto, atua decisivamente na formação de preços e nos custos da produção, mas, com isso também, na existência e duração da associação monopolista e daí, igualmente, no grau de seu poder para dominar o mercado. É decisivamente determinante a grandeza da participação na produção global que a associação deve ter em sua mão para poder dominar o mercado. (...)

O próprio monopólio econômico será tanto mais sólido quanto maior for o

capital necessário para fundar uma nova empresa, e quanto mais profunda for a ligação dos bancos com a associação monopolista, visto que sem a ajuda de um banco, ou mesmo contra a vontade dos bancos, uma grande empresa industrial, hoje, dificilmente subsiste."

Mais adiante, Hilferding (1910, p. 207-208) destaca esta relação entre indústrias (cartelizadas) e bancos (capital bancário):

"Todavia, vimos que a cartelização já significa uma união íntima da indústria e do capital bancário: por via de regra, o cartel disporá do maior poder. Ele poderá, então ditar suas leis ao comércio. Mas, o conteúdo dessas leis vai no sentido de tirar a independência do comércio, privá-lo do tabelamento de preços. Por conseguinte, a cartelização suprimirá o comércio como esfera de investimento de capital. (...)

A associação monopolista provoca, assim, a eliminação do livre-comércio. Ela torna supérflua uma parte das operações comerciais e reduz as despesas para a restante."

Ao estudar as questões relacionadas com o monopólio, Sweezy (1983, p. 203), faz o seguinte comentário:

"A fase final do desenvolvimento do capital monopolista ocorre quando se formam combinações com o objetivo consciente de dominar a concorrência. Essa fase só é atingida tendo como base um grau relativamente alto de centralização que, reduzindo o número de empresas em determinado setor de produção, torna a concorrência cada vez mais severa e perigosa para os sobreviventes. A concorrência tende a se transformar numa luta mortal que não beneficia ninguém."

Ao relacionar a teoria da concentração de Marx com a cartelização dos ramos de produção da economia capitalista, Hilferding (1985, p. 222), faz a seguinte análise:

"A economia clássica concebe o preço como manifestação da produção social anárquica, e seu nível como dependente da força de produção social do trabalho. A lei de preço objetiva, porém, impõe-se somente por meio da concorrência. Quando as associações monopolistas eliminam a concorrência, eliminam, com isso, o único meio pelo qual uma lei de preço objetiva pode realizar-se. O preço deixa de ser uma magnitude

objetivamente determinado, tornando-se um exemplo de calculos daqueles que o determinam voluntariamente e conscientemente; em vez de um resultado, torna-se uma pressuposição; em vez de objetivo, torna-se subjetivo; em vez de necessario e independente da vontade e da consciência dos participantes, torna-se arbitrário e fortuito. A realização da teoria da concentração de Marx, a associação monopolista, parece tornar-se assim a anulação da teoria Marxista do valor.

Vejamo-la pormenorizadamente! A cartelização é um processo histórico e compreende os ramos de produção capitalista, numa sucessão temporal, de acordo com as condições dadas a cartelização. Vimos como a evolução do capitalismo leva cada vez mais à realização dessas condições, em todos os ramos da produção. De resto, em paridade de condições - portanto, com o mesmo grau de desenvolvimento da influência dos bancos sobre a industria, durante a mesma fase do ciclo industrial, com a mesma composição orgânica do capital -, um ramo industrial torna-se tanto mais apropriado para a cartelização quanto maior for o volume de capital da empresa individual e quanto mais diminuto for o numero de empresas nesse ramo de produção."

A presença do Estado no processo de produção capitalista, como agente fomentador de investimentos, é destacada por Baran (1984, p. 111-112) quando analisa esta possibilidade de intervenção:

"Isso nos leva ao quarto método possível de intervenção governamental: os investimentos em unidades produtivas. Se nem uma redução planejada da produção total nem um aumento suficiente do consumo corrente é praticável, a expansão do investimento representa a única maneira racional mediante a qual a utilização da produção por ser elevada ao nível da oferta global em condições de pleno emprego. Parece-nos que não há necessidade de acentuar que, de todas as formas concebíveis de dispêndio governamental, esta é a que se apresenta como verdadeiro tabu para o capitalismo monopolista.

Na realidade, todas as considerações que impedem a própria empresa monopolista de investir sem lucros superabundantes fundamentam, a fortiori (com maior

razão), sem recusa em tolerar tal investimento por parte do Estado. Ele é igualmente intolerável aos interesses dominantes, quer se dirija às indústrias monopolizadas ou oligopolizadas em que os investimentos são mantidos em baixo nível pela política de maximização de lucros das firmas em questão, quer se oriente para o desenvolvimento de novas indústrias, atrativas ao capital monopolista ou cuja produção pode competir com a da grande empresa existente.

"Permite-se" ao Governo investir apenas em áreas ainda não exploradas comercialmente ou que não tem relevância para os interesses da grande empresa. O capital monopolista, na realidade, encoraja o Governo a assumir os elevados custos e riscos da exploração e da experimentação em tais áreas. Quando, porém, as etapas iniciais de tais empreendimentos são coroadas de êxito, seu desenvolvimento e os lucros daí resultantes devem ser transferidos, rapidamente, à empresa privada."

3.2 - O PAPEL SOCIAL DO ESTADO-PRODUTOR

A atividade econômica, quando considerada vital (no caso do setor petrolífero) e desempenhada pelo Estado, objetiva, antes de tudo, dotar os setores da economia (indústria, comércio, serviços e agricultura) das condições essenciais e indispensáveis à expansão e reprodução das suas forças produtivas. Dentro dessa perspectiva, o Estado-produtor de petróleo, enquanto representado pela PETROBRÁS, destaca-se pela geração de inúmeros benefícios voltados ao bem-estar da sociedade e ao desenvolvimento econômico. Almeida (1993, p.38), na seção Ensaio publicada na Conjuntura Econômica, ao destacar o papel social da PETROBRÁS, afirma:

"O setor petrolífero tem tradicionalmente uma grande influência na geração de empregos diretos e indiretos, em razão do forte encadeamento deste com os demais setores da economia. Todavia, por ser um setor de capital intensivo, vem sofrendo nos últimos anos freqüentes reestruturações diante do surgimento de novas tecnologias. Este

fato, aliado a questão da terceirização de serviços e a implantação de programas de melhoria de qualidade, tem determinado uma redução do efetivo existente, além de torná-lo altamente especializado.

Apesar disso, segundo levantamento da PETROBRÁS, é estimado em 1,5 milhão o número de empregos diretos e indiretos gerados atualmente pelo Sistema PETROBRÁS."

O papel social desempenhado pela PETROBRÁS não se restringe apenas a geração de empregos, apesar de ser o mais importante no contexto da economia brasileira. A PETROBRÁS também se destaca na atividade de distribuição de derivados, onde assume um importante papel social, como bem afirmou o seu presidente Joel Mendes Rennó, em entrevista a Conjuntura Econômica de out/93:

"... Verificamos também que em lugares tão longínquos, distantes de Roraima, do próprio estado do Amazonas, como Amapá e Oiapoque, só a Petrobrás Distribuidora chega com seus produtos. Assim, cumprimos também a missão social de atender a todas as localidades de nosso País, por mais distantes que sejam. Acho que uma empresa que não fosse a PETROBRÁS teria dificuldades até para justificar a sua administração, a seu board, como gastar dinheiro, como investir, para chegar a distribuir seus produtos em localidades tão afastadas, no Oiapoque, em Benjamin Constant, em Ariquemes, em Rio Branco e no Acre. Neste sentido, a PETROBRÁS cumpriu um grande papel no País. Valeu a pena ter sido construída como foi."

Pode-se enumerar outros benefícios recebidos, direta ou indiretamente, pela sociedade, da PETROBRÁS, e que são importantes do ponto de vista socioeconômico:

a) Os royalties, repassados aos estados e municípios, é uma compensação financeira determinada por lei federal, paga mensalmente em função das atividades de produção de petróleo e de gás natural. Os royalties por ter uma função social, tem a sua aplicação definida em lei, afim de assegurar que os benefícios cheguem até a sociedade, através de obras executadas pelos estados e municípios, nos seguintes segmentos:

energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente, saneamento básico, saúde e educação.

b) A PETROBRÁS desenvolve projetos que visam incentivar a preservação ambiental junto as comunidades onde atua em todas as atividades do setor petrolífero. Segundo Relatório da PETROBRÁS (1992, p. 25), esses projetos envolvem, também, atividades de educação, de cultura, esportes e lazer, etc.:

"Além dos projetos de prevenção e controle em suas próprias atividades, a PETROBRÁS vem desenvolvendo projetos de incentivo a vida natural, tais como: Projeto Tamar, que visa preservar as tartarugas marinhas, ameaçadas de extinção; Prêmio Nacional de Ecologia, que estimula a criação de ensaios e teorias sobre o meio ambiente; e A Escola Planta e Colhe, para a construção de hortas e conscientização de cerca de 200 mil estudantes em vários estados do Brasil. Projetos de natureza cultural, educacional, esportiva, científica, ecológica e social. Entre eles, destacam-se a Universidade Aberta, para maior relacionamento com o público acadêmico; o programa Conheça a Petrobrás, destinado a informar os professores das redes municipal e estadual sobre assuntos ligados à indústria do petróleo; o Programa de Criança, que já atingiu duas mil crianças e adolescentes, oferecendo-lhes lazer orientado e contribuindo para o seu desenvolvimento e integração social, além das Exposições Permanentes do Petróleo. A PETROBRÁS apoia ainda centenas de eventos nos municípios onde atua, nas áreas de esporte, cultura, feiras e exposições.

Ao analisar a atuação da PETROBRÁS, enquanto Estado-produtor, fica evidenciado que é possível ocorrer tal transferência de benefícios à sociedade, quando se tratasse de uma empresa pública ou privada com objetivos bem definidos, voltados ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social.

Sintetizando essa preocupação com o desenvolvimento econômico brasileiro, a PETROBRÁS (1992, p.3), destaca em relatório o pensamento do Estado-produtor de petróleo:

"As realizações nas áreas de atuação do monopólio provocaram a

surgimento de diversas atividades correlatas, entre as quais as indústrias petroquímicas e de fertilizantes.

Para apoiar o rápido desenvolvimento ocorrido nestas áreas, foram criados ou expandidos diversos empreendimentos privados nacionais, voltados para a prestação de serviços e a fabricação de equipamentos exigidos pelos numerosos e complexos projetos originados da atuação da PETROBRÁS e das empresas que operam nos ramos afins.

Este processo teve enorme e benéfico impacto nos mais importantes segmentos da economia brasileira. Surgiram grandes firmas de projetos e montagem dos mais variados tipos de instalações industriais e de fabricação de sofisticados equipamentos e materiais, parte importante de nossa indústria de bens de capital. Surgiu um incalculável número de pequenas e médias empresas, graças à diversificação da demanda criada pelo monopólio estatal do petróleo no Brasil.

Desde o começo, a PETROBRÁS incentivou a nacionalização dos variados itens de que necessitava. Como resultado dessa filosofia, hoje mais de 92% do total das compras da Companhia são feitas no mercado interno."

Todos os benefícios repassados à sociedade, pela PETROBRÁS, somente foram possíveis graças ao desempenho produtivo alcançado nos últimos 20 anos, resultado do sucesso obtido nas atividades de pesquisa e exploração. Destaca-se como responsável por esse papel social do Estado-produtor, a criação do monopólio estatal do petróleo com objetivos voltados para o desenvolvimento socioeconômico do país.

3.3 - O MONOPÓLIO ESTATAL VERSUS A PRIVATIZAÇÃO

A indústria do petróleo no Brasil é relativamente jovem, tendo alcançado a maturidade operacional e tecnológica através do resultado da combinação de todos os fatores

de produção inerentes a uma economia capitalista.

O debate político-econômico sobre a manutenção ou não do monopólio estatal do petróleo é, sem dúvida, um dos mais importante a nível nacional. Manter ou não qualquer monopólio na estrutura de livre-mercado das economias capitalistas, com mudanças sistemática nas relações econômicas internas e externas, constitui-se a principal temática ora discutida, a nível político ou a nível de entidades que representam a sociedade civil.

Antes das opiniões favoráveis ou contrárias ao monopólio estatal, destacam-se alguns dados informativos sobre a PETROBRÁS, que servirão como parâmetros da discussão nesta seção. Segundo dados daquela empresa.

A PETROBRÁS iniciou, em 1954, suas operações recebendo do CNP um acervo estimado em US\$ 165 milhões, onde se destacavam: uma refinaria em Mataripe-BA com capacidade para processar 5 mil barris/dia; uma refinaria em construção em Cubatão-SP projetada para 42 mil barris/dia; uma fábrica de fertilizantes, também em construção em Cubatão-SP; 22 navios que compunham a frota de petroleiros, totalizando 230 mil toneladas de porte bruto (TPB); o terminal de Madre de Deus, e, uma produção de petróleo de 2.700 barris/dia, provenientes dos campos de Candeias, Dom João, Água Grande e Itaparica-BA, que se encontravam em fase inicial de desenvolvimento.

O patrimônio atual da PETROBRÁS representa, segundo a empresa, em torno de US\$ 50 bilhões de dólares, sendo composto por 11(onze) refinarias; 233 campos de petróleo; 80 plataformas marítimas de produção e perfuração; 75 navios petroleiros; uma usina de Xisto em pleno funcionamento; um Centro de Pesquisa (CENPES) com 1.600 técnicos e pesquisadores; centenas de bases de abastecimentos; milhares de quilômetros de oleodutos e gasodutos; centrais petroquímicas e de fertilizantes. não se incluiu neste patrimônio, reservas já identificadas, de aproximadamente, 10 bilhões de barris de petróleo e 305 bilhões de metros cúbicos de gás, avaliados em US\$ 150 bilhões de dólares.

Nesses 40 anos de existência da PETROBRÁS, as reservas de petróleo, no

Brasil, cresceram 550 vezes, enquanto que as reservas mundiais cresceram 8,5 vezes. A produção de petróleo, no Brasil, passou de 2.700 barris/dia (ou 1,8% do consumo interno), em 1954, para os atuais 723.063 barris/dia (ou 62% do consumo interno), o que equivale a um crescimento de 270 vezes. A capacidade de refino, em 1954, era de 10.000 barris/dia, contra um consumo de 150.000 barris/dia, o que representava uma dependência externa (importação de derivados) de 93,4%. Hoje, a relação é diferente. O Brasil é auto-suficiente na produção de derivados do petróleo, ou seja, a capacidade de refino do País, é de 1,5 milhão de barris/dia (com a ampliação da Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, esta capacidade, em 1997, será de 1,617 milhão de barris/dia), contra uma demanda interna, de aproximadamente, 1,2 milhão de barris/dia.

A PETROBRÁS investiu em todas as suas atividades, nesses 40 anos de atuação no setor petrolífero, cerca de US\$ 80 bilhões de dólares (valores de dez/92), dos quais US\$ 10 bilhões de dólares foram aportes da união, entre 1954 e 1974. Dos investimentos da união, mais de US\$ 9 bilhões são provenientes de conversão contábil de impostos, taxas e isenções, diretamente relacionados com a atividade e definidos na legislação. Vale acrescentar que a união já recebeu, a títulos de dividendos, cerca de US\$ 3,6 bilhões de dólares. Segundo estudo realizado pela UNICAMP-Universidade de Campinas-SP, todos os investimentos estrangeiros ativos no País e registrados no Banco Central somam US\$ 72,5 bilhões de dólares, nos últimos 93 anos. Por outro lado, a PETROBRÁS, nos últimos 40 anos, gerou recursos para investir e reinvestir que totalizaram US\$ 72,8 bilhões de dólares.

A PETROBRÁS economizou em divisas cerca de US\$ 185 bilhões de dólares, nos últimos 40 anos, o que significa que a dívida externa brasileira, com a ausência da PETROBRÁS, estaria em torno de US\$ 300 bilhões de dólares. Bueno (1994, p.70), de acordo com a lógica keynesiana sobre a participação do Estado na economia nacional, destaca:

"a) O Sistema Petrobrás foi o principal responsável pelo surgimento e

expansão de alguns dos maiores produtores de bens de capital instalados no País. As compras de máquinas e equipamentos realizadas pela Petrobrás alcançaram US\$ 13,2 bilhões de 1980 a 1992, sendo US\$ 11,2 bilhões destinados ao mercado interno;

b) A Petrobrás sempre deu uma enorme contribuição para o desenvolvimento tecnológico de seus fornecedores. Desde junho de 91, a empresa vem desenvolvendo esforços para que eles atinjam os padrões de qualidade adotados principalmente pelos países da Comunidade Econômica Europeia. Dos 511 fornecedores da empresa, 279 já atingiram esse nível de excelência, sendo 200 empresas nacionais;

c) Os valores agregados diretos e indiretos adicionados pela holding do Sistema Petrobrás - representados pelos pagamentos de salários, aluguéis, juros, lucros e dividendos - corresponderam em 1992 a aproximadamente 25% da produção industrial."

Em artigo publicado em "O Poti", de 03.10.93, Rodrigues Neto, destaca a contribuição da PETROBRÁS para o desenvolvimento econômico do País, que coincide com a análise de Baran(1984), sobre a intervenção estatal na economia:

"a) A Petrobrás foi a empresa petrolífera, do mundo, que mais cresceu nos últimos 10 anos e é a 15ª empresa no rank mundial do setor;

b) A Petrobrás, anualmente, gasta com subsídios dados à indústria petroquímica, refinarias, distribuidoras, revendedores etc., algo em torno de US\$ 6 bilhões de dólares, resultado de normas adotadas pelo Departamento Nacional de Combustíveis em benefício do setor privado;

c) A Petrobrás está na vanguarda mundial da tecnologia de produção de petróleo em águas profundas. (...) O reconhecimento mundial do sucesso da companhia ocorreu em maio de 1992, quando a PETROBRÁS recebeu o ambicionado prêmio OTC ("The Offshore Technology Conference"), o mais importante prêmio internacional em tecnologia relacionada a produção de petróleo em águas profundas. Dennis Gregg, o presidente da OTC, declarou que as inovações introduzidas na tecnologia de produção de petróleo em águas profundas e o espírito "nós somos capazes de fazer" demonstrado nos

últimos anos, colocam a PETROBRÁS numa posição de liderança na indústria internacional de petróleo;

d) Se o Brasil, na década de oitenta, sem a Petrobrás, fosse importar todos os derivados de que necessita diariamente (gasolina, diesel, gás de cozinha, etc.), do "competitivo mercado" internacional de Rotterdam - controlado pelo cartel das seis irmãs, o consumidor brasileiro teria pago a mais US\$ 58 bilhões de dólares, o correspondente a meia dívida externa brasileira."

A importância do Estado-produtor de petróleo no desenvolvimento econômico e social do país, que está de acordo com a análise de Baran(1984), sobre a intervenção estatal no processo produtivo, é destacada por Almeida (1993, p. 35), na seção Ensaio publicada na Conjuntura Econômica:

"a) A contribuição da Petrobrás para o produto industrial do País, em 1992, foi de 5,5%, sendo que 80% dos seus investimentos são encomendados à iniciativa privada nacional;

b) No ano de 1992, a empresa proporcionou economia de divisas de US\$ 9,2 bilhões, oriunda das atividades de produção, refino e transporte de petróleo e derivados;

c) O faturamento médio anual situa-se na faixa de US\$ 15 bilhões;

d) Os custos com pessoal, assim considerados os salários, vantagens e encargos sociais, corresponderam, em 1992, a 15,4% do faturamento líquido;

e) O total de impostos, taxas e contribuição gerados em 1992, pela PETROBRÁS, correspondem a US\$ 4,3 bilhões, ou seja, 27% do faturamento bruto;

f) 1% em média do faturamento bruto vem sendo investido, nos últimos quatro anos, na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, possuindo a PETROBRÁS o maior centro de pesquisa - CENPES - da América Latina. O CENPES possui 140 laboratórios, 1.600 técnicos e 45 mil m² de área construída."

A discussão em torno da manutenção ou não do monopólio estatal do petróleo, criou correntes antagônicas, a nível nacional, que tem como principal fórum o

Congresso Nacional e se constitui o mais longo debate político-econômico da história brasileira, que corresponde a todo o período de existência da PETROBRÁS (criada em out/53). Até a última Revisão Constitucional, a corrente que defende a manutenção do monopólio estatal do petróleo, conseguiu se sobrepor mais uma vez (adiando a discussão para outra Revisão) ao grupo de parlamentares considerados neoliberais (composto por políticos que compõem os partidos conservadores).

O episódio mais antigo dessa discussão sobre o monopólio, tem como marco trechos da carta de Getúlio Vargas escrita antes de sua morte, e transcritos por Fonseca (1955, p. 28-29):

"... Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás; mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. (...) não querem que o trabalhador seja livre. não querem que o povo seja independente. Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruiu os valores do trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançaram até 500% ao ano. (...) Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. (...) Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. (...) Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história."

Ao comentar a carta do Presidente Getúlio Vargas, Fonseca (1955, p. 28-29), destaca:

"(...) Nem uma palavra sobre fatos adjetivos, sobre a cortina de fumaça com que os entreguistas pretendiam iludir o povo, transformando um simples caso de polícia em convulsão nacional. Penetrou no âmago da questão. Disse claramente nas entrelinhas: a STANDARD (hoje ESSO) decretou a minha morte porque desejei dar petróleo ao Brasil. não tenho outra saída senão o suicídio. Que o meu sacrifício, porém, seja um aviso à Pátria! Quando o capital imperialista e colonizador quiser tramar revoluções no Brasil, como tramou no México e em toda a América Central, a fim de se apoderar das suas riquezas petrolíferas,

recolem-se do meu gesto... Morri mas não cedi. Lutem também. Eu caio, para não recuar. não recuem!

Instantaneamente ordenou a STANDARD aos seus "boys" que berrassem aos quatro ventos:

A carta é falsa! É falsa! É falsa!"

Como forma de enriquecer ou esclarecer a discussão sobre a manutenção ou não do monopólio estatal do petróleo, destaca-se algumas opiniões de estudiosos do assunto consideradas relevantes.

Como parlamentar responsável pela apresentação de um substitutivo, em 28.01.53, que defendia o monopólio estatal com a criação da PETROBRÁS, Rocha (1991, p. 44) faz a seguinte análise, ao criticar a tese neoliberal sobre a participação do Estado na economia:

"A teoria Neoliberal de não participação do Estado na economia, aplicada no Brasil, fez da privatização a palavra da moda. Uma espécie de panacéia para todos os males. Ninguém defende a hipertrofia do Estado, mas não se pode deixar de reconhecer que tem sido o Estado um fator de defesa da economia nacional e do nosso desenvolvimento e, na medida do possível, uma resistência a sucção dos nossos recursos por parte dos grandes centro do poder econômico mundial. Por isso: nem hipertrofia, nem atrofia.

Nada justifica que se entregue toda a nossa economia a iniciativa privada. É certo que não é o capital nacional que vai absorver as grandes indústrias ou atividades econômicas que exigem elevados investimentos e alta tecnologia e, sim, o capital transnacional."

Mais adiante, Rocha (1991, p. 51) esclarece a influência do monopólio na economia, que combina com a tese monopolista de Hilferding(1985):

"Toda atividade petrolífera sempre se desenvolveu sob a forma de monopólio privado ou de Estado. Antigamente, os trustes de petróleo que de tão comprometidos com a violência, mudaram publicitariamente para multinacionais,

controlavam e comandavam todo o setor. As grandes companhias formam uma trupe muito unida, a força de defender, a todo preço, os mesmos interesses. Elas eram sete, designadas por varios nomes. Com a aquisição da GULF pela CHEVRON, tornaram-se seis. O cartel ou as seis irmãs, compreendem: EXXON, SHELL, CHEVRON, TEXACO, MOBIL e BP-BRITISH PETROLEUM. (...)

Na industria do petroleo, o moderno, a tendência histórica irreversível, é o controle cada vez maior do Estado. Das 50 maiores empresas de petroleo do mundo, 30 são estatais. Se ao invés de 50, considerarmos, somente, as 15 maiores, oito são estatais."

No informativo "Noticias da Petrobrás", nº 59, de set/93, destaca-se o seguinte:

"Recentemente, no seu numero de junho de 1993, a revista americana Petroleum Economist classificou a Petrobrás entre as companhias de petróleo controladas pelo Estado em todo o mundo, como a quinta melhor empresa, segundo o critério de melhor gerenciamento geral e de melhor gerenciamento financeiro."

Do mesmo informativo (set/93, nº 59) mereceu o destaque seguinte:

"A manutenção da Petrobrás como companhia integrada e gestora do monopólio do petróleo no País - foi o consenso entre os participantes do Seminário "O Setor Petróleo e a Revisão Constitucional", realizado nos dias 15 e 16 deste mês, no auditório do Senado Federal, em Brasília-DF. (...)

No painel "O Setor Petróleo no Contexto Internacional", o ministro de Minas e Energia Paulino Cicero ressaltou a importância da Petrobrás como executora do monopólio de petróleo no País, fonte geradora de tecnologia e inteligência brasileira na área de petroleo, destacando-se entre as melhores do mundo. Para o ministro, fica evidente que por tras do questionamento da quebra do monopólio do petróleo, existe grande interesse dos países desenvolvidos em ampliar a sua atuação nos países emergentes que possuem grandes reservas de petróleo, passando uma idéia liberal, quando na realidade, a questão está centrada num produto altamente estratégico para aqueles países."

Na seção Ponto de Vista publicada na Conjuntura Econômica, Poulallion (1993, p. 43) - Diretor-executivo da Sinergia Desenvolvimento -, analisa de forma técnica a questão do monopólio estatal do petróleo:

"(...) Mas sem energia o País entra em recessão operacional! É para evitar isso que o monopólio da união existe! É por isso que os países exportadores de energia são explorados e pobres, e que os maiores importadores são ricos Japão, Coreia, Europa.(...)"

Três soluções são teoricamente possíveis, mas somente uma é viável. A estatização total da Petrobrás e a privatização total são duas delas, mas nem uma nem outra corresponderiam hoje a finalidade do monopólio da união. O Brasil pode crescer, e, quando não houver recursos energéticos nacionais suficientes a custos competitivos, deverá apropriar-se das energias importáveis dos países exportadores, e isso livremente.

A terceira solução, que devemos implementar, é o aperfeiçoamento da Lei 2.004 e da constituição de 1988.

No artigo 177, devemos cancelar o parágrafo 1º que "Veda à união, ceder ou conceder qualquer tipo de participação na exploração de jazidas de petróleo e de gás natural" para, ao contrário, conforme o espírito do monopólio, permitir a união tomar todas as providências na exploração, produção, transporte, transformação, conversão, importação e armazenagem para garantir o abastecimento do País em hidrocarbonetos. Nada tem de revolucionário, é simplesmente até reconhecer a qualidade da Petrobrás de sociedade anônima de economia mista com controle estatal."

Ao participar de entrevista/debate na TV Potengi-Natal, em agosto/93, sobre o monopólio estatal do petróleo, o deputado federal Ney Lopes de Souza, PFL-RN, enumerou os motivos que o leva a ser favorável a quebra do monopólio, ao afirmar:

"a) existe fontes energéticas não utilizadas no mundo todo pelo falta de oferta (ex: energia atômica, carvão - muito usado no século passado etc.);

b) a capacidade ociosa das refinarias, no Brasil, em torno de 400 mil barris/dia, ocorre devido o PIB está negativo (taxa de crescimento negativa), e só será

resolvido com a injeção de capitais externos;

c) quem ganha com a quebra do monopólio é o povo, através da poupança interna em parceria com o capital estrangeiro;

d) não se deve temer a dominação do capital estrangeiro, porque as multinacionais é conversa antes da queda do muro de Berlim;

e) sou favorável a quebra do monopólio porque temos crianças doentes, a fome aumentando na camada mais pobre, falta escolas, aumento do desemprego e outras questões sociais que preocupam a sociedade brasileira;

f) as reformas econômicas que o mundo todo está fazendo, e que o Brasil deve se inserir nesse contexto, baseada na nova lógica do capitalismo moderno: a abertura de mercado a livre concorrência. Ex: Fidel Castro está virando neoliberal e está acabando com o monopólio estatal."

Em sua edição de 30.03.94, a revista VEJA (p. 70-77) publica encarte especial com o título: "A Petrobrás com medo da concorrência", do qual destacam-se alguns trechos:

"Com o monopólio, sem concorrentes foi fácil crescer e esconder os defeitos. O problema da Petrobrás é que o monopólio, seu pasto exclusivo de engorda, perdeu sucintamente a santidade e começou a ser discutido pelos brasileiros. (...)

A Petrobrás, para o seu batalhão de empregados e para uma parcela de brasileiros que estacionaram o cérebro em 1953 - o ano da campanha "O petróleo é nosso" que estabeleceu o monopólio -, é uma entidade magnífica. De acordo com essa ótica, ela protegeu a riqueza petrolífera nacional das vilãs multinacionais, impediu que os brasileiros sofressem com as crises mundiais do petróleo e até garantiu a soberania nacional.(...)

Se o monopólio do óleo cru tivesse influência na soberania e na segurança nacional, o Brasil seria uma superpotência mundial e os Estados Unidos seriam um país vulnerável, já que lá não existe monopólio nem companhia estatal para o petróleo.

Mensurada segundo o seu grau de competitividade, a Petrobrás é

mediocre, ou pior do que isso. O custo médio do petróleo produzido pela estatal é de cerca de 13 dólares o barril, segundo estudo encomendado pela FIESP. Um dos mais altos do mundo, só comparável ao dos Estados Unidos. No Oriente Médio, produz-se petróleo a 0,5 dólar o barril. O custo de produção na Argentina, no México, na Colômbia e na Venezuela fica entre 3 e 8 dólares. Outra nota sobre a mediocridade da Petrobrás: seus funcionários ligados a produção de petróleo extraem 33 barril por dia. A média latino-americana é de 98 barris.(...)

As taxas que as companhia pagam para explorar petróleo - os royalties - são ridículas. Nos Estados Unidos, essa taxa se situa entre 12,5% e 20%. No Egito, chega a 89%. No Brasil, a estatal do petróleo paga miseros 5%. Mesmo assim, paga somente sobre o petróleo que extrai dos poços em terra.(...)

O monopólio só existe hoje em seis países: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kwait, México e Brasil. Cinco desses países são exportadores e tem no petróleo sua principal riqueza. O Brasil é o único país importador com monopólio.(...)

Os dois, a empresa e a reserva de mercado, foram criados para dar auto-suficiência em petróleo ao Brasil. A auto-suficiência era considerada uma questão estratégica para o país. (...) a companhia gastou 80 bilhões de dólares (uma dívida externa inteira) e o Brasil não é auto-suficiente. Ainda precisa importar praticamente a metade do combustível que utiliza. Nessas quatro décadas, a Petrobrás descobriu reservas de 3,6 bilhões de barris. É pouca coisa, cerca de 0,3% das reservas internacionais. (...) Isso significa que, se o monopólio continuar, a Petrobrás permanecer como está e o país voltar a crescer, poderá haver aumento drástico nas importações de petróleo. O país estará ainda mais longe da auto-suficiência em óleo, que é a razão de ser da Petrobrás."

O posicionamento dos principais partidos políticos do país sobre o monopólio estatal do petróleo, na atual Revisão Constitucional (out/93 a maio/94), segundo a Folha de São Paulo, de 29.05.94, teve a seguinte definição acatada pelos presidentes:

Para o Partido dos Trabalhadores (PT), que concorda com a tese marxista

ao analisar o papel do Estado capitalista, bem como com a concepção keynesiana de intervenção estatal na regulação da economia, a exploração do petróleo deve permanecer sob o controle da união. O programa do Partido não é claro sobre a manutenção do monopólio em toda a sua extensão atual nem sobre se a Petrobrás deve permanecer como a única executora dele.

Já o Partido Social Democrático Brasileiro (PSDB), se divide pelos que defendem a manutenção do monopólio e outra corrente que admite não só a quebra do monopólio, como a privatização da PETROBRÁS. Estando de acordo com a concepção neoliberal da não participação do Estado nas atividades produtivas.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), admite a tese marxista em que o Estado é produto das contradições antagônicas de classe, mas que o mesmo Estado pode organizar a economia de forma que as contradições sejam superadas. Considera o monopólio estatal do petróleo uma questão de "soberania nacional" e afirma que ele tem sido eficiente para o País. Põe como meta para a PETROBRÁS, a auto-suficiência do Brasil em petróleo até o final desta década.

O Partido Progressista Republicano (PPR, ex-PDS), além de concordar com a concepção neoliberal da não participação do Estado em atividades produtivas, esta de acordo com a teoria do monopólio de Sweezy(1983) quando analisa suas desvantagens. Propõe o rompimento de monopólios através de concessões e permissões nas áreas de energia, telecomunicações e transportes. O Partido entende serem "indesejáveis" os monopólios públicos e privados.

O Partido Liberal (PL), ideologicamente predomina a concepção neoliberal da não participação do Estado na economia, e concorda com a análise de Baran(1984), onde o Estado deve investir em áreas ainda não exploradas e após o sucesso transferir os resultados para a iniciativa privada. É favorável à quebra do monopólio porque considera o monopólio "um biombo que protege a ineficiência e a má gestão". Para o Partido o monopólio estatal do petróleo é um dos responsáveis pela perda de competitividade da

economia brasileira.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), é considerado progressista e o Estado é visto de acordo com a teoria keynesiana, como regulador das atividades econômicas e capaz de superar as contradições do capitalismo, principalmente nos períodos de crise. Não se definiu sobre a questão, e sendo o maior Partido do Congresso Nacional, enfrenta a dificuldade de definição ou de posicionamento sobre o monopólio estatal do petróleo. Ficou claro, na atual Revisão Constitucional, que a maioria dos parlamentares que compõem o Partido se posicionou favorável à manutenção do monopólio.

O Partido da Frente Liberal (PFL), na concepção do capitalismo moderno é autenticamente neoliberal, e não se opõe a lógica de Hilferding(1985), quando analisa o binômio cartel versus capital bancário. Não admite o Estado desempenhando qualquer função produtiva, mas, apenas funções sociais. O Partido é favorável à quebra do monopólio estatal do petróleo, bem como a sua privatização. Defende a entrada do capital transnacional em todos os setores produtivos da economia, principalmente os monopolizados pelo Estado, como solução para alavancar o desenvolvimento econômico do País.

Ao analisar a possibilidade da quebra do monopólio estatal do petróleo, Rodrigues Neto, em artigo publicado no jornal "O País", de 03.10.93, faz o seguinte comentário:

"Se o monopólio estatal do petróleo acabasse, teríamos duas possibilidades. Na primeira a PETROBRÁS continuaria a existir, competindo com as transnacionais (SHELL, EXXON, BP, MOBIL, TEXACO e CHEVRON). Os preços dos derivados do petróleo (gasolina, diesel, gás de cozinha, etc.) seriam alinhados com os preços do mercado internacional e o consumidor pagaria mais caro. Como bem declarou ao jornal "O Globo", de 28.01.92, o Então presidente da SHELL do Brasil, que condicionou os investimentos da SHELL, caso o monopólio do petróleo caísse, a que os preços do petróleo e dos combustíveis fossem "alinhados com os internacionais". Destacou que "a Petrobrás por ser uma estatal, é obrigada a vender produtos a preços abaixo do custo (ela compra o

petróleo a 19 dólares o barril e vende a 14 dólares o barril), mas a SHELL não pode fazer isto. Declarou ainda que "as companhias estrangeiras terão que ter algumas facilidades para começarem a atuar em um mercado longamente monopolizado."

Na segunda, a PETROBRÁS ficaria, com o que se denomina no setor petrolífero de osso, ou seja, com a exploração, sendo que as refinarias e subsidiárias seriam privatizadas. Assim, a produção dos campos já descobertos pela Petrobrás, a riqueza constituída, seria transferida ou entregue as transnacionais (ou melhor, ao cartel das "seis irmãs"), perdendo, portanto, a PETROBRÁS sua capacidade de investimento. A história do petróleo da Argentina seria repetida no Brasil.

A venda da participação majoritária do Estado no monopólio do petróleo e conseqüentemente o seu fim, ocasionará a formação de um cartel oligopolizado por transnacionais do setor, a exemplo do que já ocorre nos setores: automobilístico, farmacêutico, laticínios, alimentícios, vidro, cimento, etc., sempre utilizaram como argumento, a queda dos preços, criação de novos empregos e o ingresso, no país, de capital e tecnologia. O que na verdade é uma falácia, onde se constata a destruição do capital privado nacional, nesses setores, pelos cartéis (ou oligopolios), a não ocorrência da queda dos preços, o que compromete a estabilidade da economia e a retomada do desenvolvimento econômico, devido ao grande poder de barganha que exercem na economia e a evasão de capitais para o exterior, sob a forma de lucros. Como exemplo, temos o setor farmacêutico, praticando os preços mais caros do mundo e no setor não encontramos nenhuma indústria de capital privado nacional, com influência na determinação dos preços."

3.4 - CONCLUSÕES

O principal objetivo deste capítulo foi o de destacar o papel do Estado-produtor e a importância do monopólio estatal do petróleo no crescimento e desenvolvimento do país, bem como, inserir essa discussão no contexto atual brasileiro.

Em primeiro lugar, resgatou-se a contextualização do Estado-produtor e o

seu desempenho enquanto empresa operadora do monopólio do petróleo. Foram destacadas as diversas concepções defendidas pelas escolas do pensamento econômico (clássica, marxista, neoclássica e keynesiana) sobre o papel do Estado produtivo na economia, bem como por alguns teóricos que se preocuparam em discutir as questões relacionadas com o monopólio, os cartéis e o Estado-produtor. Além da discussão sobre o papel social do Estado-produtor, desempenhado pela PETROBRÁS, foi dado ênfase ao debate político-econômico em torno da manutenção ou não do monopólio estatal do petróleo.

Nessa discussão destacou-se as principais opiniões dos partidos políticos e de estudiosos do assunto, entre outros, favoráveis ou contrários a sua manutenção.

O estudo realizado neste capítulo, sobre o Estado-produtor de petróleo, descreveu a sua importância no contexto da economia nacional, influenciando de forma direta ou indiretamente o desempenho de todas as atividades produtivas do país. Pode-se observar que a atividade petrolífera brasileira, na década de 80, destacou-se pelo crescimento do setor, com os aumentos das reservas provadas, da produção interna de petróleo e gás natural e da capacidade de refino. Saber de que forma essas mudanças, no setor petrolífero, afetou a economia do Rio Grande do Norte - 2º produtor nacional de petróleo -, será objeto de pesquisa do próximo capítulo, como forma de avaliar se ocorreu transformações na economia estadual, na década de 80, com o surgimento de uma nova matriz produtiva: a indústria petrolífera.

CAPÍTULO 4

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE NOS ANOS 80

No estágio de industrialização atrasado em que se encontravam as economias dos estados do Nordeste brasileiro, com exceção da Bahia que se diferenciava dos demais porque contava com o polo-petroquímico de Camaçari, até início dos anos 80, predominava na região a produção em atividades essencialmente agropecuárias e caracterizava-se, dessa forma, como o principal mercado importador dos bens de capital e de consumo industrializados na região Centro-sul do país.

Após o período da aceleração do endividamento externo do Brasil (1974-80), a economia brasileira entrou num período (1981-89) de crise sem precedentes, caracterizado pela redução da taxa de investimentos e pela redução da eficiência dos investimentos provocada pela falta de capacidade de reprodução e de reinvestimento de capital, principalmente das atividades ligadas a indústria nacional. Dentro dessa realidade, a economia nordestina entra numa fase de industrialização emergente, caracterizado pelo advindo de atividades produtivas atraídas pelo mercado potencialmente existente e pelo favorecimento das condições dos recursos naturais e dos incentivos dos governos estaduais.

Neste contexto, deseja-se analisar o comportamento da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, e verificar o seu desempenho em relação aos demais estados do Nordeste, bem como, a presença e a importância do Estado-produtor de petróleo dentro dessa realidade econômica e no processo de implantação da nova matriz produtiva. Para concretização deste estudo, pretende-se em três momentos distintos, discutir: a) O perfil da economia do RN antes da "década perdida"; b) O Estado-produtor de petróleo: a nova matriz produtiva no RN; e, c) Crescimento econômico: a realidade da economia do RN, nos anos 80.

4.1 - O PERFIL DA ECONOMIA DO RN ANTES DOS ANOS 80

No período que antecedeu a década de 80, mais propriamente, até meados dos anos 60, a economia do RN, como a maioria dos estados do Nordeste, tinha uma característica básica: ser autenticamente uma economia agro-exportadora. O processo de produção da economia do RN tinha como sua atividade principal a agropecuária, que representava cerca de 45% de toda sua produção. Concentrava nessa atividade 67% da população economicamente ativa ou aproximadamente 41,3% da população estadual, conforme dados do IBGE. Dentro da pauta de produtos de exportação, o destaque era o algodão. O algodão - em especial o tipo fibra-longa, mocô ou arbóreo - foi o principal produto, ao longo de muitos anos, produzido no estado. Pela sua qualidade era capaz de concorrer nos mercados nacional e internacional, quando a demanda encontrava-se aquecida, na fase marcada pela modernização do parque têxtil. Ao comentar a importância do algodão na economia do RN, Teixeira (1994, p.90-91) afirma:

"O ciclo do algodão na história econômica do Estado teve dois períodos. O primeiro em meados do século XIX e com fortes vinculações ao mercado internacional e com características, até a grande seca de 1877/79, de complementaridade a atividade pecuária. Já nesse período, a região do seridó desponta como polo de produção do algodão.

O segundo período, já adentrando no século XX, se caracteriza pelo atendimento do mercado nacional, onde a produção do Rio Grande do Norte ocupa posição destacada face a qualidade do algodão "mocô", de fibras longas, sedosas, de bela coloração e excepcional resistência. Foi a indústria de beneficiamento e prensamento do algodão que iniciou o surto da industrialização no Rio Grande do Norte."

Outro produto que se apresentava como o segundo apoio econômico, era o sal, abaixo do algodão. A produção do sal, no RN, sempre se manteve entre 80 e 85% da produção nacional. No setor de recursos minerais também se destacava a produção de tungstênio, período em que o RN possuía 1/3 das reservas do mundo ocidental.

Somente no final da década de 60, mesmo de forma tardia, em relação ao

resto dos estados nordestinos, e que ocorre ou emerge o processo de industrialização no RN. Em relação ao processo de industrialização do Nordeste, Moreira (1979, p. 15) afirma:

"O Nordeste brasileiro experimentou, na década de 60, um vigoroso processo de expansão econômica gerado pelo crescimento do setor industrial. Este processo é definido, na literatura oficial, como 'desenvolvimento regional'."

Para promover o desenvolvimento regional foi criada, em 1959, a SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. A constituição da SUDENE tinha como finalidade diminuir as desigualdades regionais, a partir de um processo de industrialização capaz de eliminar o grau acentuado de pauperização e os níveis crescentes de desemprego. Ao discutir as dificuldades de mudanças na economia nordestina, Moreira (1979, p. 35) destaca:

"Outro aspecto importante dentro da evolução socioeconômica do Nordeste é que sua economia caracterizava-se pela existência de uma renda bastante concentrada, denotando praticamente a ausência de um mercado interno capaz de engendrar uma industrialização de maior alcance regional. A economia de subsistência, principal absorvedora de mão-de-obra, apresentava níveis de renda bastante baixos e, ademais, sofria as consequências diretas das secas periódicas."

Dentro dessa realidade, é que ocorre a inclusão do RN na fase do processo de industrialização de sua economia. O Estado desempenhou um papel importante, através da SUDENE, no financiamento de plantas industriais, quando utilizou-se de mecanismos - incentivos fiscais - como forma de concretizar o desenvolvimento regional. O RN, enquanto estado emergente no processo de industrialização do Nordeste, é analisado por Clementino (1992, p. 11) que afirma:

"A utilização dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE vão, no RN, contribuir para a modernização dos processos de extração da scheelita (fim dos anos 60) e para a criação de um parque têxtil na década de 70, em torno da cidade de Natal. Como em todo o Nordeste, a essa seletividade a nível regional, seguiu-se também uma seletividade a

nível municipal em cada estado. No RN, Natal concentra, praticamente a maior parte dos investimentos incentivados."

A política de industrialização do Nordeste, iniciada na década de 60, que, por um lado, tinha como princípio diminuir as desigualdades regionais; por outro, ocasionou uma concentração de população nas grandes cidades, resultado do êxodo rural, migração estimulada pela implantação de distritos industriais. No RN, a concentração espacial trouxe problemas de ordem estruturais, no que concerne ao fluxo migratório campo-cidade, mas também, conseguiu resolver a questão da mão-de-obra não especializada, que teve uma parcela significativa, absorvida pelas indústrias emergentes. Criou-se um exército de reserva industrial capaz de atender as expectativas dos objetivos traçados como estratégia industrial, formulados pelo GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, que deu origem a criação da SUDENE, segundo Moreira (1979, p. 59). Os principais objetivos, da estratégia industrial formulada pelo GTDN, eram: a) utilização de matérias-primas regionais, a fim de tornar as indústrias competitivas com as do Centro-Sul, tanto no mercado regional como no nacional; b) aproveitamento do fator regional mão-de-obra barata; c) modernização da indústria tradicional, sobretudo a têxtil, grande absorvedora de mão-de-obra, e por utilizar a fibra de algodão; e, d) localização de indústrias que apresentem maior viabilidade econômica na região.

A respeito da concentração espacial, resultado da política de industrialização do Nordeste, Moreira (1979, p. 149) faz o seguinte comentário:

"Dentro das características particulares que assumiu a industrialização no Nordeste, os problemas urbanos e o do desemprego revelam-se bastante agudos, já que não houve políticas complementares em outros setores que pudessem diminuir a tendência a urbanização. Não é demais insistir nas causas que colaboraram para agravar estes problemas. A falta de uma política eficaz no setor agrícola, não obstante o reconhecimento de sua grave situação, como se deu no Nordeste, determinou grandes fluxos migratórios para as metrópoles da região."

De fato, Moreira (1979, p. 59) enfoca uma questão importante no processo de industrialização do Nordeste, a falta de uma política para o setor agrícola. O relatório do GTDN destaca como diretriz básica, nesse processo, a intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira, e sugere para o setor agrícola: "além da ampliação da fronteira agrícola e a política de irrigação na zona semi-árida, o mais importante de seus componentes que é a transformação da economia agrária da faixa úmida do litoral. Isto teria como objetivo proporcionar, sobretudo, uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, para apoiar a industrialização."

A industrialização no RN efetivamente ocorreu no início da década de 70, com a implantação do parque têxtil e sob a tutela do Estado que financiou via incentivos fiscais e financeiros, principalmente, na vigência do sistema 34/18, que era destinado à inversões no Nordeste. A opção pela indústria têxtil no RN, foi decorrente da facilidade e da proximidade da sua matéria-prima principal: o algodão - pois o estado destacava-se como um dos grandes produtores no Nordeste. A combinação da matéria-prima abundante na região, com a mão-de-obra barata, fez a indústria têxtil estadual ser competitiva no mercado nacional. O surgimento da industrialização no RN provocou transformações tanto na base produtiva - a agropecuária -, como na estrutura social. Ao analisar esta questão, Clementino (1990, p. 207) afirma:

"Somente na década de 70 ocorreram algumas transformações nesse espaço regional particular. Entre 1970 e 1980 para tomarmos as datas censitárias, assistem-se transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN. Os indicadores econômicos e sociais disponíveis atestam esse processo acompanhado de suas peculiaridades. (...) Isto pode ser aferido a partir dos seguintes dados: em 1970, mais de 50% da população residia em áreas, vilas ou cidades de menos de 20 mil habitantes, com a singularidade de que dos 49% residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes, 34,9% estavam concentrados em Natal e 10,8% em Mossoró."

Do estágio de subdesenvolvimento econômico-social a que esteve relegado o estado do RN, até meados dos anos 70, a economia entra em outra fase de sua industrialização, após o período de expansão (década de 70) e posterior declínio (meados dos anos 80) da indústria têxtil - devido o período de seca prolongado e propagação do bicudo do algodoeiro que afetou a cultura do algodão, entre outros fatores -, com a implantação de uma nova matriz produtiva: a indústria extrativa do petróleo. Essa fase é marcada pela presença do Estado-produtor como o principal agente canalizador de investimentos, tanto na área de infra-estrutura estadual (ex: estradas, energia elétrica, habitação, etc.), como nas atividades inerentes a exploração, perfuração e produção de petróleo e gás natural.

A presença do Estado-produtor de petróleo, no RN, marca uma fase de reanimação da economia estadual, pois surgem, paralelamente, novas atividades produtivas, comerciais e de serviços, capazes de absorver grande parcela da mão-de-obra desempregada ou ociosa.

4.2 - O ESTADO-PRODUTOR DE PETRÓLEO: A NOVA MATRIZ PRODUTIVA NO RN

Com o advindo da PETROBRÁS, em meados da década de 70, instala-se, no RN, um complexo de atividades de exploração, perfuração e produção de petróleo, capaz de modificar a estrutura da economia estadual, resultado da prioridade do Estado brasileiro em expandir estas atividades, com a finalidade de aumentar a produção nacional de petróleo e conseqüentemente diminuir a sua importação ou dependência externa. Com a implantação da nova matriz produtiva: a indústria de extração do petróleo, dar-se início a uma etapa moderna na industrialização do estado do RN.

Historicamente, a atividade da indústria de extração de petróleo, no RN, instalou-se em 1973, com a descoberta do primeiro poço no campo de Ubarana, na

plataforma continental da Bacia Potiguar. Em 1979, quando a Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais (CPRM) perfurou um poço em busca de água para o Hotel Termas, em Mossoró, e após ser cimentado e posto em funcionamento, além de jorrar água, com 50°C, observou-se que estava associada com óleo. Os indícios de petróleo levou a PETROBRÁS avaliar, após pesquisa e exploração, e confirmar a existência de jazida (ou hidrocarbonetos) com volume potencial de petróleo e a sua viabilidade produtiva e comercial. Esse é o marco que transformou o município de Mossoró - a partir da década de 80 -, no principal campo produtor de petróleo, em terra, da Bacia Potiguar e do país.

Dentre os poços perfurados e em desenvolvimento, destaca-se pela sua capacidade produtiva, o poço do Canto do Amaro - no município de Mossoró - com uma produção diária em torno de 30 mil barris e é considerado o maior campo produtor terrestre de petróleo no país. A descoberta do campo de Canto do Amaro, em 1985, consolidou as atividades da PETROBRÁS na busca e extração de petróleo, na Bacia Potiguar.

A Bacia Potiguar está localizada, em sua quase totalidade, no estado do RN, e está delimitada, segundo a PETROBRÁS, por uma área de 48 mil km², dos quais cerca de 26,5 mil km² mar adentro até a profundidade de 2 mil metros.

Os principais campos produtores de petróleo da Bacia Potiguar, na plataforma continental, são: Ubarana, Agulha, Pescada e Aratum. Dos treze municípios do RN produtores de petróleo, três destacam-se como os maiores campos de extração em terra, que são: Mossoró, Areia Branca e Alto do Rodrigues. Com a expansão da área de exploração e de produção de petróleo, Apodi destacou-se como o décimo quarto município produtor, com potencial petrolífero acima da média da produção estadual.

Segundo França (1994, p.15), em todas as suas atividades, na Bacia Potiguar, a PETROBRÁS é responsável pela geração de 3.500 empregos diretos e aproximadamente 25.000 empregos indiretos.

A importância da indústria petrolífera na economia do RN, na década de 80, deveu-se aos resultados positivos obtidos, pela PETROBRÁS, em todas as suas

atividades de extração de petróleo e gás natural. É importante destacar que o gás natural é comercializado em três estados do Nordeste: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, constituindo-se numa nova atividade, daquela empresa, a nível regional.

A seguir, destacam-se as atividades produtivas da PETROBRÁS, no RN, como forma de analisar as potencialidades inerentes ao setor petrolífero, bem como, alguns indicadores econômicos, considerados importantes nas transformações da economia estadual:

4.2.1 - EXPLORAÇÃO

A atividade de exploração tem como objetivo determinar o volume potencial de petróleo existente numa jazida - ou bacia sedimentar -, definindo com exatidão suas reservas provadas. Em relatório, a RPNS - região de produção do Nordeste Setentrional/ASCOM - Assessoria de Comunicações- (1994, p. 2) destaca:

"Embora já tenha sido amplamente pesquisada, a Bacia Potiguar, principalmente a parte terrestre, que abrange uma área superior aos 20.000 km² e mais de 540 poços exploratórios perfurados, tem respondido aos esforços continuados na busca de incorporação de reservas. Utilizando-se das ferramentas e tecnologia mais avançadas, a Petrobras, ao longo desses 20 últimos anos, tem conseguido mostrar sua eficiência, através da disponibilidade de novos volumes de reservas a cada ano que passa."

Como resultado da atividade de exploração, segundo a PETROBRÁS, já foram identificadas, na Bacia Potiguar, reservas que totalizam 331,2 milhões de barris de petróleo, o que corresponde a 9% das reservas brasileiras. Referente ao gás natural, as reservas totalizam 10,5 bilhões de m³ ou 8% das reservas brasileiras. Na relação reservas/produção, a previsão é de que o RN, mantendo-se os níveis atuais de reservas, tem capacidade de produzir petróleo e gás natural, por mais 10(dez) anos "históricos". O termo "anos históricos" é usado para um período não determinado, ou seja, que pode oscilar em virtude da probabilidade de descoberta de novas jazidas dentro do período estimado.

4.2.2 - PRODUÇÃO

A concretização do objetivo da indústria petrolífera ocorre quando a atividade de produção é operacionalizada, podendo, dessa forma, realizar as outras atividades - de refino, transporte, distribuição e comercialização - que complementam o ciclo "do poço ao posto".

É comum observar no agreste semi-árido do estado, unidades de bombeio que controlam a produção, sob a forma de "árvore de natal" - conjunto de válvulas com a função de reter o petróleo e o gás, quando são impulsionados para a superfície pela pressão natural -, ou sob a forma de "cavalo de pau" - processo mecânico utilizado quando da inexistência de pressão natural nos poços perfurados. Na tabela abaixo, pode-se analisar a evolução da produção de petróleo, no RN, na década de 80, em relação a produção nacional:

TABELA 9

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO RN PERÍODO 1980/89

| ANO | PRODUÇÃO (B/D) | | | PROD.NAC. (mil b/d) | PROD.RN/ PROD.NAC (%) |
|------|----------------|--------|--------|-------------------------|--------------------------|
| | MAR | TERRA | TOTAL | | |
| 1980 | 13.523 | 37 | 13.560 | 187 | 7,2 |
| 1981 | 14.195 | 100 | 14.295 | 220 | 6,5 |
| 1982 | 16.115 | 1.283 | 17.398 | 268 | 6,5 |
| 1983 | 16.964 | 6.598 | 23.562 | 339 | 6,9 |
| 1984 | 14.794 | 15.190 | 29.984 | 475 | 6,3 |
| 1985 | 17.674 | 15.643 | 33.317 | 563 | 5,9 |
| 1986 | 18.618 | 25.323 | 43.941 | 593 | 7,4 |
| 1987 | 18.706 | 32.513 | 51.219 | 590 | 8,7 |
| 1988 | 17.530 | 43.011 | 60.541 | 576 | 10,5 |
| 1989 | 16.505 | 57.679 | 74.184 | 616 | 12,0 |

Fonte: Petrobrás (1994)
b/d - barris/dia

Pode-se observar, na tabela acima, que a produção de petróleo no RN apresenta-se crescente em toda a década de 80. É importante destacar que o resultado da produção de petróleo depende do volume de investimentos diretos nas atividades de

exploração (perfuração) e produção. A média anual dos investimentos diretos, realizados no RN, pela PETROBRÁS, na década de 80, foram de US\$ 297,4 milhões de dólares, proporcionando ao estado produzir uma quantidade significativa em relação a produção nacional.

Ao final da década de 80, o RN ocupa a posição de 2º maior produtor de petróleo do país, com 12% da produção nacional, e de maior produtor nacional de petróleo em terra. Essa tendência de produção crescente se repete nos primeiros anos da década de 90.

O gás natural é outro produto que se apresenta, significativamente, dentro desse processo de produção da indústria petrolífera, no RN. A PETROBRÁS conta com uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) na cidade de Guamaré-RN, onde são aproveitados e processados 90% do gás natural nas formas de: gás liquefeito de petróleo (gás de cozinha) e gás natural (residual) comercializado em três estados RN, PB e PE. A evolução da produção de gás natural, no RN, na década de 80, é destacada na tabela abaixo:

TABELA 10
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL
NO RN PERÍODO 1980/89

| A N O | PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL (mil m ³ /dia) | | |
|-------|---|-------|-----------|
| | T E R R A | M A R | T O T A L |
| 1980 | . | 427 | 427 |
| 1981 | . | 497 | 497 |
| 1982 | 1 | 642 | 643 |
| 1983 | 10 | 863 | 873 |
| 1984 | 40 | 884 | 924 |
| 1985 | 56 | 1.072 | 1.128 |
| 1986 | 163 | 1.384 | 1.547 |
| 1987 | 306 | 1.530 | 1.836 |
| 1988 | 294 | 1.528 | 1.822 |
| 1989 | 240 | 1.584 | 1.824 |

Fonte: Petrobrás (1994)

Como se observa, a produção de gás natural teve um comportamento idêntico ao do petróleo, ou seja, ela é crescente. A explicação é simples: quando o petróleo é extraído vem associado com o gás natural, porque na jazida de petróleo, em geral encontra-se gás natural, que ocupa as partes mais altas do subsolo. Teixeira (1994, p. 25) esclarece o processo de extração do gás natural, ao afirmar:

"O gás natural é encontrado, geralmente, em decorrência da pesquisa ou prospecção em busca do petróleo, o que permite, a vigorar o modelo institucional atual, associar seu desenvolvimento ao do petróleo. Esta associação é tão intensa e interna, que possibilita a classificação, bastante usual, do gás natural em associado ou não-associado com o óleo, segundo seja a natureza da jazida."

Em relação ao aproveitamento e processamento do gás natural, no RN, a Assessoria de comunicação da PETROBRÁS, em nota de esclarecimento ao jornal "Tribuna do Norte", de 02/09/94, afirma o seguinte:

"O Rio Grande do Norte produz cerca de 2,1 milhões de metros cúbicos diários, o que representa 10% da produção nacional deste insumo. (...)

O resultado desta operação traduz-se diariamente na disponibilidade de cerca de 1,6 milhões de metros cúbicos de gás residual - gás composto essencialmente de metano - que tem o seguinte destino: 910 mil são injetados nos reservatórios produtores de óleo para garantir a recuperação destes; 160 mil são consumidos como fonte calorífica nas diversas etapas do processo produtivo da indústria do petróleo; outros 80 mil estão sendo armazenados em reservatórios e gasodutos em função do mercado consumidor de gás; e, o restante, 450 mil, estão sendo comercializados ao longo do "Gasoduto Nordeste" - 40 mil no Rio Grande do Norte, 25 mil na Paraíba e 385 mil em Pernambuco.

Outro produto que é originado da Unidade de Processamento de Gás Natural de Guamaré - UPGN é o LGN - Líquido de Gás Natural, resultado da liquefação de 180 mil metros cúbicos diários que origina dois outros produtos: o pentano que é misturado ao óleo bruto e o GLP - Gás Liquefeito de Petróleo (gás de cozinha), cujas 300 toneladas produzidas diariamente abastecem os mercados do Rio Grande do Norte - 90% e da Paraíba, os 10% excedentes."

Como resultado da comercialização do gás natural, através do Gasoduto Nordeste que liga o Pólo Industrial de Guamaré/RN à cidade de Cabo/PE, são abastecidas 12 indústrias no RN, 10 indústrias na PB e 34 indústrias em PE, que representam em termos percentuais, 8,5%, 5,5% e 86%, respectivamente, do volume comercializado. É importante destacar que sobre o resultado da produção de petróleo, extraído no RN e refinado em outros estados, a PETROBRÁS obedecendo a legislação em vigor, não recolhe ICMS - Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços, porque o recolhimento só é efetuado no estado em que o petróleo é refinado.

Ao contrário do petróleo, a PETROBRÁS, após a produção e processamento do gás natural, no RN, e ao ser comercializado na forma de gás residual (natural) ou na forma de GLP (gás de cozinha), recolhe impostos aos cofres do governo estadual, sob a designação de ICMS. Segundo dados da PETROBRÁS, o valor do ICMS médio mensal recolhido, no RN, sobre a comercialização do gás é de US\$ 340 mil dólares, o que significa uma receita anual de US\$ 4 milhões de dólares. Pode-se observar que as reservas de gás natural, no RN, são crescentes no período 1982/1992, conforme tabela abaixo:

TABELA 11
RESERVAS EXPLORÁVEIS PROVADAS DE
GÁS NATURAL NO RN - PERÍODO 1982/1992

| A N O | RESERVAS - (milhões m ³) |
|-------|--------------------------------------|
| 1982 | 4.562 |
| 1983 | 4.309 |
| 1984 | 4.995 |
| 1985 | 5.833 |
| 1986 | 7.116 |
| 1987 | 8.021 |
| 1988 | 8.642 |
| 1989 | 9.215 |
| 1990 | 8.294 |
| 1991 | 11.002 |
| 1992 | 10.542 |

Fonte: Petrobrás (1994)

Segundo a PETROBRÁS, essas reservas asseguram uma produção por mais 10 (dez) "anos históricos".

4.2.3 - INVESTIMENTOS

Os investimentos do setor petrolífero, como em qualquer atividade industrial, funciona como um termômetro capaz de garantir se os resultados da produção, serão favoráveis ou não.

Os investimentos realizados pela PETROBRÁS no RN, na década de 80, considerados em valores nominais, representam US\$ 3,5 bilhões de dólares, conforme tabela 12. Esses investimentos, ao final da década de 80, constituiram um complexo industrial instalado composto por 48 campos de produção, 2.807 poços produtores, 68 estações coletoras, 18 plataformas marítimas e o maior conjunto industrial do estado, o Pólo de Guamaré, com uma estação de tratamento de óleo e afluentes e uma Unidade de Processamento de Gás Natural.

Os investimentos da PETROBRÁS, a nível nacional (conforme tabela 8), nas atividades de exploração e produção, na década de 80, totalizaram, em valores nominais, US\$ 30.871 milhões de dólares. No RN, a PETROBRÁS investiu nas mesmas atividades e no mesmo período, US\$ 3.569 milhões de dólares ou o equivalente a 11,5% dos investimentos totais. A média anual dos investimentos, no RN, na década de 80, foi de US\$ 297,4 milhões de dólares, conforme tabela abaixo:

TABELA 12
 INVESTIMENTOS DIRETOS REALIZADOS PELA PETROBRÁS
 NO RN - POR ATIVIDADE NO PERÍODO 1980/89
 (US\$ milhões)

| ANO | A T I V I D A D E S | | TOTAL |
|--------|---------------------|--------------|---------|
| | EXPLORAÇÃO | DESENV.PROD. | |
| 1980 | 75,0 | 60,9 | 135,9 |
| 1981 | 128,5 | 135,3 | 263,8 |
| 1982 | 175,2 | 417,9 | 593,1 |
| 1983 | 98,8 | 296,5 | 395,3 |
| 1984 | 102,9 | 200,1 | 303,0 |
| 1985 | 137,0 | 233,8 | 370,8 |
| 1986 | 133,0 | 260,5 | 393,5 |
| 1987 | 227,2 | 236,1 | 463,3 |
| 1988 | 146,2 | 171,4 | 317,6 |
| 1989 | 101,3 | 231,2 | 332,5 |
| TOTAIS | 1.325,1 | 2.243,7 | 3.568,8 |

Fonte: Petrobrás (1994)

Obs. Os valores não foram corrigidos.

Como resultado dos investimentos no RN, a PETROBRÁS que em 1980 produzia 13.560 barris de petróleo/dia - ou 7% da produção nacional), em 1989, alcançou uma produção de 74.184 barris de petróleo/dia - ou 12% da produção nacional. Enquanto a produção nacional de petróleo, na década de 80, aumentou em torno de 400%, a do RN aumentou 547%.

4.2.4 - TERCEIRIZAÇÃO

O moderno processo de produção da sociedade capitalista tem, como pressuposto básico, a racionalização, a eficiência, a produtividade e a qualidade dos fatores de produção, que asseguram, a qualquer setor produtivo, participar da competitividade nos mercados nacional e internacional, dentro da lógica da nova ordem econômica mundial.

Como empresa moderna do setor petrolífero, a PETROBRÁS está inserida nesse contexto, portanto, faz da terceirização uma componente do processo de qualidade e produtividade. Sobre a terceirização, França (1994, p. 52) destaca os principais serviços contratados pela PETROBRÁS, no RN:

"No caso específico da terceirização, a empresa é uma das pioneiras no país. Não se sabe ao certo quando o processo iniciou, mas já no final dos anos 60 eram contratados serviços de terceiros. Assim, compartilhando etapas da produção e racionalizando-as, a Companhia pode desenvolver com mais eficiência suas atividades. Atualmente contrata os mais diversos tipos de serviços, como estudos e projetos, serviços técnicos especializados na área petrolífera, obras civis, instalações e montagens industriais, manutenção e reparo naval, serviços de exploração, perfuração e produção de poços de petróleo, serviços de transportes, serviços gerais, serviços para indústria naval, dentre outros."

Na tabela abaixo, pode-se analisar a importância da terceirização (ou, dos serviços prestados a PETROBRÁS) no âmbito da economia estadual:

TABELA 13
 TERCEIRIZAÇÃO DAS EMPRESAS QUE PRESTAM
 SERVIÇOS NA BACIA POTIGUAR À PETROBRÁS

| ORIGEM DA EMPRESA | Nº EMPRESAS | Nº CONTRATOS |
|-------------------|-------------|--------------|
| R. G. NORTE | 148 | 344 |
| OUTROS ESTADOS | 193 | 424 |
| TOTAIS | 341 | 768 |

Fonte: Petrobrás (1994)

Através da terceirização na PETROBRÁS, pode-se destacar o impacto socioeconômico causado na economia do RN, decorrente do fluxo de recursos e empregos gerados por essa atividade (Serviços). Além desses componentes macroeconômicos, outro componente que tem uma importância nesse contexto, são os impostos sobre serviços, recolhidos aos municípios produtores de petróleo onde atuam as empresas.

Conforme a tabela 13, 148 empresas contratadas pela PETROBRÁS foram constituídas no próprio estado, o que resulta afirmar que grande parcela do faturamento dessas empresas não são transferidos para outros estados. O contrário ocorre com as 193 empresas constituídas em outros estados, quando grande parcela do faturamento é transferida para os estados de origem. Vale ressaltar que as 341 empresas que prestam serviços o fazem mediante 768 contratos, que, segundo a PETROBRÁS, correspondem, em média, a criação de 7 (sete) novos empregos por contrato.

Todas as empresas contratadas, pela PETROBRÁS, para executar serviços terceirizados, na Bacia Potiguar, utilizam parte da mão-de-obra local, o que resulta na geração de novos empregos.

Os investimentos da PETROBRÁS, no RN, são destinados às atividades

de exploração e desenvolvimento da produção, para aquisição de materiais e equipamentos e dos serviços prestados por empresas terceirizadas. Além das empresas que prestam serviços na Bacia Potiguar, conta a PETROBRÁS com empresas fornecedoras do RN e de outros estados, conforme a tabela abaixo:

TABELA 14
EMPRESAS FORNECEDORAS DE MATERIAIS E
EQUIPAMENTOS À PETROBRÁS NO RN

| ORIGEM DA EMPRESA | Nº DE EMPRESAS |
|-------------------|----------------|
| R. G. NORTE | 250 |
| OUTROS ESTADOS | 355 |
| TOTAL | 605 |

Fonte: Petrobrás (1994)

A PETROBRAS credenciou 1.500 empresas no RN e em outros estados, como fornecedoras de materiais e equipamentos para a Bacia Potiguar. O número de empresas fornecedoras, sediadas no RN, é significativo se comparadas ao total. Segundo a PETROBRAS, das empresas credenciadas ou fornecedoras do estado, ocorre, em média, a geração de 1 (um) a 2 (dois) empregos indiretos.

4.2.5 - ROYALTIES

De acordo com a seção V, da lei 2004, de 03 de outubro de 1953, ficam, a PETROBRAS e suas subsidiárias, obrigadas a pagar sob a forma de "royalties" aos estados (4%) e aos municípios (1%), sobre o valor do petróleo, do xisto betuminoso e do gás extraídos do subsolo, onde se realiza a lavra (ou produção). Os "royalties" pagos aos 14 (catorze) municípios e ao estado, na década de 80, estão discriminados na tabela abaixo:

TABELA 15
ROYALTIES PAGOS PELA PETROBRAS AO ESTADO
E MUNICÍPIOS DO RN - PERÍODO 1982/89 - (US\$ mil)

| ANO | ESTADO | MUNICÍPIOS | TOTAL |
|---------------|---------------|---------------|---------------|
| 1982 | 122 | 30 | 152 |
| 1983 | 941 | 235 | 1.176 |
| 1984 | 4.151 | 1.037 | 5.188 |
| 1985 | 4.619 | 1.154 | 5.773 |
| 1986 | 6.157 | 1.539 | 7.696 |
| 1987 | 7.591 | 1.897 | 9.488 |
| 1988 | 8.906 | 2.908 | 11.814 |
| 1989 | 6.009 | 1.881 | 7.890 |
| TOTAIS | 38.496 | 10.681 | 49.177 |

Fonte: Petrobrás (1994)

Obs: Os valores não foram corrigidos.

Em cumprimento da legislação em vigor, a PETROBRÁS iniciou o pagamento dos "royalties", no RN, a partir de 1982. Os valores repassados ao estado e municípios, em termos nominais, foram significativos no período 1982/89, aproximadamente US\$ 50 milhões de dólares. Segundo informações da PETROBRÁS, a empresa indenizou os proprietários pelo uso da terra para prospecção de petróleo, sob a forma de aluguel e ressarcimento dos danos causados nas mesmas. Como os "royalties" são pagos ao estado e municípios, os proprietários de terras, onde a PETROBRÁS produz petróleo e gás natural, reclamam da falta de pagamento desses benefícios. Sobre esse movimento, França (1994, p. 51), comenta:

"Numa região problemática como o Rio Grande do Norte, onde a fome e a seca ameaçam a sobrevivência do homem, é normal que surjam problemas quanto à utilização dos recursos públicos. No caso da Petrobrás, há um movimento entre os proprietários de terras produtoras de petróleo, no sentido da exigência do pagamento de royalties. Para isto foi criada em 1993 a ASPROPETRO - Associação dos Proprietários de Terras Produtoras de Petróleo do RN, (...) Esta questão foi transformada em projeto de lei e está sendo discutida no Congresso Nacional (...)."

Discute-se, no âmbito estadual, o custo-benefício para o RN, resultado das atividades da PETROBRÁS enquanto produtor de petróleo. Questiona-se a transferência de riqueza do RN para outros estados, com a exportação da produção de petróleo sem que o estado seja beneficiado com a arrecadação de impostos, sobre o total produzido. Segundo a legislação federal, o imposto só é recolhido quando realiza-se a atividade do refino do petróleo, ou seja, a produção dos seus derivados, o que beneficia outros estados onde estão localizadas as refinarias.

A interação da PETROBRÁS com a comunidade do estado, é comentado em relatório da RPNS/ASCOM (1994, p. 6-7), onde destaca-se:

a) Participante ativa da campanha contra a seca do Nordeste, a PETROBRÁS já cedeu 102 poços para a produção de água, beneficiando proprietários, pequenos agricultores, famílias de baixa renda, órgãos governamentais como a CAERN (Cia. Abastecimento de Água do RN) e o INCRA, e várias prefeituras. Outros 159 poços estão: 25 em processo de cessão e 134 disponíveis para cessão;

b) na área ambiental, a PETROBRÁS adotou e desenvolve trabalho para preservação do maior cajueiro do mundo, o Cajueiro de Pirangi;

c) visando a preservação do Sítio Arqueológico Lajedo Soledade, a PETROBRÁS financiou e apoiou o programa de conscientização, proteção e construção de um museu na vila de Soledade;

d) junto ao IBAMA/RN, presta apoio ao serviço de fiscalização do

Ecossistema do Atol das Rocas:

e) programa de educação ambiental, voltado para a preservação do meio ambiente e ecossistema;

f) programa de diagnóstico ambiental das bacias hidrográficas, em parceria com a Universidade Federal do RN;

g) programa de hortas comunitárias;

h) doação de material e equipamentos às escolas e prefeituras;

i) serviço de utilidade pública em parceria com a Polícia Militar e prefeituras;

j) patrocínio de eventos culturais e esportivos.

4.2.6 - PERSPECTIVAS DA BACIA POTIGUAR

As perspectivas criadas decorrentes do desempenho da PETROBRÁS no Brasil e especificamente no RN, acenam, tanto em termos de exploração e perfuração, como de produção obtidos nos últimos anos, para um futuro promissor de crescimento do setor petrolífero no País. A partir dos resultados obtidos na Bacia Potiguar, a PETROBRÁS pretende executar nos próximos anos, segundo relatório da RPNS/ASCOM (1994, p. 8-10), as seguintes atividades:

a) desenvolver atividades exploratórias em aproximadamente um terço do território do RN, iniciando com prospecção sísmicas bidimensionais em 1.680 km lineares, distribuídos desde a região de Apodi até Macau e prospecção tridimensionais, cobrindo uma área de 258 km² na região de Apodi;

b) em busca de novas acumulações na Plataforma Continental serão perfurados 2 (dois) poços e em terra prevê-se perfurar 19 poços distribuídos por uma área que vai do litoral ao sertão;

c) para os próximos anos, de 1995 até 1998, estão previstos a perfuração de 71 poços exploratórios em terra e cerca de 15 poços no mar, com destaque para os 4

poços previstos para águas profundas, que se constitui na principal perspectiva de incremento significativo nas reservas de óleo e gás;

d) para o desenvolvimento das atividades de produção de óleo, está previsto a perfuração de 294 poços de desenvolvimento (ou comercial), em 1994, o que corresponde a um aumento de 69% em relação ao ano de 1993. Como consequência a produção deverá atingir 85.000 barris/dia, enquanto o gás natural alcançará uma média de 2 milhões de m³/dia. A produção de GLP-Gás Liquefeito de Petróleo (gás de cozinha) tem previsão de 329 toneladas diárias, o que corresponde a um aumento de 6,8% da produção de 1993.

e) a comercialização do gás natural através do Gasoduto Nordeste adicionará um incremento considerável a partir de 1994, com a entrada em operação, no RN, da "TEXTÍLIA", indústria têxtil, pertencente ao grupo Vicunha, que deverá consumir em torno de 60.000 metros cúbicos diários, aumentando a demanda no estado para 100 mil m³/diários.

O crescimento do consumo, a partir de 1997, para 1 milhão de m³/diários, está previsto em virtude do aumento da demanda pelas indústrias do estado de Pernambuco e os novos mercados emergentes no RN;

f) para o cumprimento dessas metas, estão previstos para os próximos anos, recursos para investimentos e custeio na ordem de US\$ 380 milhões de dólares/anual.

A confirmação dos resultados promissores da Bacia Potiguar coloca o Nordeste como ponto estratégico para a construção de uma refinaria, como destaca o informativo "Notícias da Petrobrás", de 18/08/94:

"A construção de uma nova refinaria na região Nordeste faz parte de um projeto estratégico de investimento para aumentar em mais de 200 mil barris diários a capacidade do parque de refino nacional.

Os estudos da Companhia encontram-se em fase inicial e prevêem que a nova refinaria entre em operação no final da década, entre o segundo semestre de 1999 e o

primeiro do ano 2000."

Dentro da concepção de crescimento da economia do RN, para os próximos anos, vale ressaltar que, em 21 de junho de 1993, foi assinado um protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a PETROBRÁS - Distribuidora BR, objetivando a criação da Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS, com o intuito de incrementar a comercialização do gás no RN. Esse empreendimento representa triplicar o volume de gás produzido e comercializado, atendendo dessa forma a demanda crescente por parte das indústrias do RN e de outros estados do Nordeste.

4.3 - CRESCIMENTO ECONÔMICO: A REALIDADE DA ECONOMIA DO RN, NOS ANOS 80

A base produtiva da economia do RN, nos períodos que antecedem a crise dos anos 80, estava centrada na produção de algodão e sal como os principais produtos. Segundo dados do IBGE (1992), a produção de algodão - primeiro produto da pauta de exportação - que em 1980 representava 16.464 toneladas, em 1989 foi de apenas 10.870 toneladas. Os fatores principais que provocaram a queda da produção foram: o período longo de seca e a praga do bicudo.

A produção do sal - considerado o segundo produto da pauta de exportação - em 1980 representava 2.546.963 toneladas, em 1989 foi de apenas 2.000.000 toneladas. Enquanto a produção nacional de sal decresceu, nesse período, 24,9%, no RN essa queda foi de 21,5%. Um fator importante que ocorreu na atividade salinera, na década de 80, foi o surgimento de grandes empresas que cartelizaram esse setor produtivo no estado, e adotaram novas tecnologias como fator de modernidade que resultou no aumento da produtividade e na melhoria da qualidade, ocasionando uma diminuição na demanda de mão-de-obra.

Enquanto a crise dos anos 80 destruiu, parcialmente, a base produtiva do RN, principalmente a cultura do algodão, surge o Estado-produtor para reconstruir a base econômica, com a implantação de uma nova matriz produtiva na atividade extrativa de petróleo.

O excelente desempenho da economia do RN, na década de 80, teve a importante participação do Estado na composição do PIB, resultado dos investimentos canalizados para a agricultura - destaque para a construção da barragem Armando Ribeiro(Assu-RN) e os incentivos as agro-indústrias-; para a indústria de extração de petróleo e gás natural - nas atividades de exploração e produção -; e, a expansão do setor serviços no qual se destacam: a) a terceirização - empresas prestadoras de serviços à PETROBRÁS; b) o comércio - inclusive hotéis e restaurantes; e, c) a infra-estrutura do turismo estadual.

A presença do Estado na economia do RN, enquanto produtor de petróleo, ou como fomentador de investimentos para outras atividades econômicas, é de fundamental importância pelo caráter multiplicador na formação da renda e no nível de emprego, ao utilizar-se de alguns segmentos do setor terciário, indispensáveis às suas atividades produtivas.

A partir da análise dos agregados econômicos como: PIB (Produto Interno Bruto); PIB "per capita"; participação relativa do setores econômicos na composição do PIB; Índices e variações anuais do PIB real e a evolução da população economicamente ativa (PEA) por setor de atividade RN/BRASIL, pode-se abstrair fatores que expliquem o crescimento da economia do RN, na década de 80.

Na tabela abaixo, destaca-se o PIB do RN e a sua participação relativa no PIB do Nordeste do Brasil:

TABELA 16
 PRODUTO INTERNO BRUTO DO RIO GRANDE DO NORTE
 PERÍODO 1980-89

| ANO | PREÇOS | ÍNDICE PROD.REAL | | PIB RN/ PIB NE |
|------|-------------------------|------------------|----------------------|-------------------|
| | REAIS (Cr\$ de 1980) | BASE (1980) | VARIAÇÃO ANUAL(%) | (%) |
| 1980 | 88.158 | 100,0 | 11,1 | 5,38 |
| 1981 | 88.863 | 100,8 | 0,8 | 5,36 |
| 1982 | 100.059 | 113,5 | 12,6 | 5,38 |
| 1983 | 100.853 | 114,4 | 0,8 | 5,23 |
| 1984 | 126.771 | 143,8 | 25,7 | 5,75 |
| 1985 | 130.650 | 148,2 | 3,1 | 5,32 |
| 1986 | 158.596 | 179,9 | 21,4 | 6,05 |
| 1987 | 176.052 | 199,7 | 11,0 | 6,38 |
| 1988 | 177.903 | 201,8 | 1,0 | 6,22 |
| 1989 | 173.583 | 196,9 | -2,4 | 6,83 |

Fonte: SUDENE(1994)

O desempenho da economia do RN, na década de 80, é considerado relevante até 1988, quando a variação anual do PIB é positiva. Vale destacar que o período entre 1984 e 1987, a média da variação do PIB ficou em torno de 15,3%. Apesar do crescimento do PIB, na década de 80, sua participação relativa no PIB do Nordeste foi, em média de 5,79%, considerada baixa. Em 1989, mesmo com uma variação anual negativa (-2,4%) no PIB, a participação no PIB do Nordeste (6,83%), ficou acima da média do período.

Para explicar esse desempenho é importante analisar a participação relativa dos setores econômicos na composição do PIB, conforme a tabela abaixo:

TABELA 17
 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES ECONÔMICOS
 NO PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL DO RN - 1980-89

| ANO | S E T O R E S E C O N Ô M I C O S | | | TOTAL |
|------|-------------------------------------|----------------|---------------|-------|
| | AGROPECUÁRIA % | INDÚSTRIA % | SERVIÇOS % | |
| 1980 | 15,75 | 28,80 | 55,45 | 100 |
| 1981 | 11,43 | 29,23 | 59,34 | 100 |
| 1982 | 10,43 | 27,32 | 62,25 | 100 |
| 1983 | 7,67 | 38,36 | 53,97 | 100 |
| 1984 | 13,98 | 36,09 | 49,93 | 100 |
| 1985 | 12,11 | 41,43 | 46,46 | 100 |
| 1986 | 11,12 | 35,82 | 53,06 | 100 |
| 1987 | 9,58 | 38,26 | 52,36 | 100 |
| 1988 | 11,71 | 37,27 | 51,02 | 100 |
| 1989 | 21,61 | 32,17 | 46,22 | 100 |

Fonte: SUDENE (1994)

Os dados acima refletem o desempenho de cada setor econômico, na década de 80, ou seja, a participação relativa na composição do PIB Total do RN. Verifica-se que a participação relativa do setor agropecuário no PIB foi, em média, de 12,5%, da indústria de 34,5% e dos serviços de 53,0%.

Considerando que o setor agropecuário teve a menor participação na composição do PIB, pode-se atribuir tal desempenho ao ciclo longo de estiagem (1979-1983), que prejudicou, parcialmente, a atividade agrícola. Apesar dos fatores climáticos

desfavoráveis, a agricultura do RN, na década de 80, entra numa nova etapa de desenvolvimento, com a implantação das agroindústrias.

Sobre o desempenho da agricultura no RN, Teixeira (1994, p. 92) faz a seguinte análise:

"No conceito de Produto Interno, e a partir da metodologia modificada pelo Grupo de Contas Regionais da SUDENE, já em 1970 a participação da agricultura na composição do produto estadual caiu para 18,83%. Queda que continuaria nos anos seguintes, chegando a 15,75% em 1980 e acentuando-se até atingir cerca de 11,71% em 1988. A partir de dados preliminares, a mesma fonte oficial apresenta para 1990 uma participação de apenas 5,9%."

No processo de industrialização da agricultura, na década de 80, o Estado desempenhou um papel preponderante, no que concerne a recuperação do setor e ao fluxo de investimentos, que culminou com o surgimento das agroindústrias no vale do Assu e no município de Mossoró. O principal investimento público concentrou-se na construção da barragem Armando Ribeiro, no município de Assu, que, ao contrário do planejado, beneficiou, exclusivamente, as grandes empresas capitalizadas, enquanto o pequeno produtor, na sua maioria, não teve acesso ao projeto de irrigação do baixo-Assu.

A indústria é o setor econômico do RN onde ocorreram maiores transformações, na década de 80. Ao analisar o desempenho da indústria têxtil, no período 1988-91, Garcia (1994, p. 112) destaca que: a) o número de empresas do setor diminuiu no Brasil, 8,5% e no RN, 18,2%; e, b) o número de empregos caiu no Brasil, 45,5% e no RN, 30,7%. Segundo o mesmo autor, a diminuição da atividade têxtil é comum em toda a atividade no Brasil. Enquanto no RN, grandes empresas têxteis e do vestuário deixaram de operar, ex: Guararapes, T Barreto, Reis Magos, etc., outras passaram por transformações produtivas, terceirizando parte da produção, reduzindo, dessa forma, o emprego industrial. Apesar das dificuldades, a indústria de transformação no RN teve uma participação relativa no PIB estadual com média anual de 13,5%, para o período 1980-89, segundo a SUDENE.

A maior transformação do setor ocorreu na indústria extrativa mineral. Com a crise na produção mineral do tungstênio, decorrente da falta de competitividade no mercado internacional, em virtude do domínio do mercado pela China, a atividade industrial encontra-se, quase na sua totalidade, paralisada, apesar do RN possuir quase 1/3 das reservas do mundo ocidental. É nesse setor que surge a nova matriz produtiva da economia do RN, a indústria extrativa de petróleo e de gás natural. Com a instalação de um complexo de atividades de exploração e de produção, dar-se início a um processo de transformação na estrutura da economia estadual. Na tabela abaixo, França (1994, Anexo 12) mostra em termos percentuais, a participação do petróleo no PIB estadual:

TABELA 18
VALOR DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO NO RN E SUA
RELAÇÃO COM O PIB DO ESTADO - (US\$ milhões)

| ANO | VALOR BRUTO PRODUÇÃO DE PETRÓLEO | PIB DO RN | % |
|------|----------------------------------|-----------|-------|
| 1980 | 157,46 | 1.763,16 | 8,93 |
| 1981 | 174,67 | 1.951,31 | 8,95 |
| 1982 | 199,97 | 2.112,46 | 9,47 |
| 1983 | 230,37 | 1.503,82 | 15,32 |
| 1984 | 275,04 | 1.804,46 | 15,24 |
| 1985 | 326,01 | 1.776,29 | 18,35 |
| 1986 | 355,24 | 2.449,16 | 14,50 |
| 1987 | 326,97 | 2.790,84 | 11,72 |
| 1988 | 334,59 | 3.226,15 | 10,37 |
| 1989 | 492,81 | 5.148,80 | 9,57 |

Fonte: França (1994, Anexo 12)

Pode-se, ao analisar os dados acima, verificar que a participação da indústria extrativa do petróleo no PIB estadual foi, em média, de 12,2%, considerada significativa em relação ao setor da indústria que foi de 34,5%, na década de 80.

Verificou-se que a participação relativa da indústria extrativa do petróleo no PIB do RN decresceu no período 1986-89, em relação a 1985. Enquanto decresceu a participação da indústria extrativa mineral no PIB estadual, naquele período, apesar da produção de petróleo ter sido crescente (conforme tabela 9), a indústria de transformação teve uma participação relativa no PIB crescente, conforme dados da SUDENE (1994, p. 75-77). O desempenho do setor industrial no RN, é analisado por Teixeira (1994, p. 92) que destaca:

"Já para o setor industrial, reflexo de vigorosa expansão econômica do País centrada na industrialização, o comportamento foi de ganho de participação, evoluindo de uma participação de 26,39% do produto estadual em 1970, para 37,27% em 1988, passando por 28,78% em 1980. Para 1990, a partir de dados preliminares, temos o expressivo índice de 40,4%. Na década de 70 o valor da produção industrial cresceu 4,46 vezes e 2,79 para a década de oitenta."

O setor serviços teve uma importância significativa na formação do PIB estadual, na década de 80, com o melhor desempenho na economia, onde destacam-se as atividades do comércio - inclusive turismo, hotéis e restaurantes - e dos serviços à empresas - a terceirização na PETROBRÁS.

O processo de formação de um pólo turístico no RN, vem ocorrendo desde a década de 70. Foi na década de 80 que o turismo teve um papel relevante nas transformações da economia estadual.

É nessa atividade que o Estado se apresenta como fomentador de investimentos, a partir da criação das condições mínimas para o funcionamento do setor: a infra-estrutura. A década de 80 é marcada pelo crescimento, em grandes proporções, do

setor turístico e o Estado é o agente mais importante nesse processo de formação da "indústria" do turismo no RN. O Estado enquanto formador de riqueza, ao canalizar para o setor turístico investimentos de infra-estrutura (hotéis, restaurantes, estradas etc.), apresenta-se como reanimador da economia do RN, ao planejar o polo turístico e transferi-lo à iniciativa privada, que assume a comercialização do produto do turismo (o sol, o mar, as dunas, a culinária, o artesanato e o folclore).

O pólo turístico do RN tornou-se uma das maiores fontes geradoras de receitas estadual e municipal, o que, no final da década de 80, representava a segunda fonte de geração de riqueza estadual, além de criar um mercado turístico internacional.

Outra atividade do setor serviços que contribui para a participação relativa na composição do PIB estadual, é o dos serviços a empresas, onde destaca-se a terceirização na PETROBRAS, conforme a tabela 13.

Ao comentar o desempenho do setor serviços, Teixeira (1994, p. 93) destaca:

"O setor serviços manteve uma participação acima de 50% para as duas décadas, ocupando uma posição de destaque na economia do Rio Grande do Norte, registrando-se a evolução do segmento Comércio, englobando restaurantes e hospedagem, que evoluiu de 12,4% do PIB em 1970 para 20,2% em 1990."

O crescimento dos setores econômicos, na década de 80, pode ser analisado com base nos índices e variações anuais do PIB Real, conforme tabela abaixo:

TABELA 19
 ÍNDICES E VARIAÇÕES ANUAIS DO PRODUTO INTERNO
 BRUTO REAL, SEGUNDO SETORES ECONÔMICOS DO RN
 PERÍODO 1980-89 - (ANO-BASE = 1980) - (%)

| ANO | AGROPECUÁRIA | | INDÚSTRIA | | SERVIÇOS | |
|------|--------------|----------|-----------|----------|----------|----------|
| | ÍNDICE | VARIAÇÃO | ÍNDICE | VARIAÇÃO | ÍNDICE | VARIAÇÃO |
| 1980 | 100,0 | 27,1 | 100,0 | 6,8 | 100,0 | 10,1 |
| 1981 | 80,0 | -20,0 | 97,0 | -3,0 | 106,6 | 6,6 |
| 1982 | 97,3 | 21,6 | 105,1 | 8,4 | 119,9 | 12,5 |
| 1983 | 46,5 | -52,2 | 137,5 | 30,8 | 107,5 | -10,4 |
| 1984 | 170,2 | 266,0 | 163,6 | 19,0 | 122,2 | 13,7 |
| 1985 | 129,1 | -24,1 | 179,1 | 9,5 | 125,6 | 2,8 |
| 1986 | 149,4 | 15,7 | 217,3 | 21,3 | 161,4 | 28,5 |
| 1987 | 97,8 | -34,5 | 265,7 | 22,3 | 169,7 | 5,1 |
| 1988 | 148,8 | 52,1 | 270,0 | 1,6 | 164,2 | -3,2 |
| 1989 | 142,4 | -4,3 | 262,5 | -2,8 | 176,8 | 7,7 |

Fonte: SUDENE (1994)

Verifica-se que o setor indústria é o que apresenta maiores índices de crescimento, em relação ao PIB Real, principalmente no período 1983-87. Os dados mostram que o setor indústria foi o que mais cresceu (162,5%) na economia do RN, seguido pelo setor serviços (76,8%) e o setor agropecuária (42,4%), o que corresponde a um excelente desempenho global da economia na década de 80 ou "década perdida".

O desempenho da economia do RN, quando analisada comparativamente com a do Nordeste, apresenta um resultado acima da média regional, em termos de PIB "per capita", como constata-se na tabela abaixo:

TABELA 20
 RELAÇÃO ENTRE PRODUTO INTERNO BRUTO "PER CAPITA"
 DO RIO GRANDE DO NORTE E DO NORDESTE - 1980-89

| ANO | PIB | | PIB | |
|------|-----------|----------|-----------|-------------|
| | R.G.NORTE | NORDESTE | RN/NE (%) | INDICE REAL |
| 1980 | 45,57 | 46,16 | 0,99 | 100,0 |
| 1981 | 45,11 | 44,95 | 1,00 | 99,0 |
| 1982 | 49,89 | 48,71 | 1,02 | 109,5 |
| 1983 | 49,41 | 45,96 | 1,08 | 108,4 |
| 1984 | 61,04 | 49,00 | 1,25 | 133,9 |
| 1985 | 61,86 | 51,98 | 1,19 | 135,7 |
| 1986 | 73,66 | 58,40 | 1,26 | 161,6 |
| 1987 | 80,20 | 56,73 | 1,41 | 176,0 |
| 1988 | 79,56 | 56,31 | 1,41 | 174,6 |
| 1989 | 76,20 | 57,39 | 1,33 | 167,2 |

Fonte: SUDENE (1994)

Obs. Em preços reais (Cr\$ de 1980), calculados pela SUDENE.

É importante destacar que o PIB "per capita" reflete ou confirma, o desempenho global da economia, em termos de crescimento dos setores econômicos em relação ao PIB Real (conforme a Tabela 19).

Observa-se que a partir de 1981, o PIB "per capita" do RN, ficou acima da média do Nordeste do Brasil e que apresentou, no período 1980-89, um crescimento real de 67,2%. Outro fator importante a ser analisado, a seguir, é a evolução da população Economicamente Ativa (PEA) do RN, comparada com a do Brasil, conforme tabela abaixo:

TABELA 21
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
POR SETOR DE ATIVIDADE, NO BRASIL E RN - 1980-1990

| SETOR DE ATIVIDADE | BRASIL (%) | | | R. G. N. (%) | | |
|-----------------------|------------|------|-----|--------------|------|-----|
| | 1980 | 1990 | % | 1980 | 1990 | % |
| PRIMÁRIO | 36 | 23 | -36 | 47 | 22 | -53 |
| SECUNDÁRIO | 28 | 23 | -18 | 22 | 22 | 0 |
| TERCIÁRIO | 36 | 54 | 50 | 31 | 56 | 81 |

Fonte: IDEC-RN (1993)

IDEC - Fundação Instituto de Desenvolvimento Econômico do RN.

Pode-se analisar, comparativamente, o processo migratório, da PEA, entre os setores de atividade da economia do RN e do Brasil. Verifica-se que no setor Primário, a nível de Brasil, a população diminuiu em 36%, ao passo que no RN foi de 53% e esta variação é explicada, em parte, pelo êxodo rural, no período em que a economia brasileira encontrava-se mergulhada na maior recessão da sua história. Essa crise teve um reflexo acentuado, no setor Secundário, onde se observa que a economia brasileira apresenta uma variação negativa de 18% no nível de emprego, ao passo que, na economia do RN, não ocorreu nenhuma variação, permanecendo constante no período. O setor Terciário destaca-se, por ser o que mais absorveu mão-de-obra, com uma variação positiva de 50% no Brasil e

de 81% na economia do RN, no período de 1980-1990.

Após a análise da economia do RN, utilizando-se alguns indicadores econômicos, vale destacar que, o Estado desempenhou um papel preponderante, em todos os setores econômicos, na década de 80. A presença do Estado, como fomentador de investimentos ou como produtor de petróleo, foi capaz de reanimar a economia estadual, quando se considerava os anos 80 como a "década perdida".

Na tabela abaixo, pode-se comparar a realidade da economia do RN, com os resultados obtidos pelas economias dos estados do Nordeste e a do Brasil:

TABELA 22
TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB (%)
BRASIL, NORDESTE E ESTADOS DO NE

| BRASIL/NE/ ESTADOS | P E R Í O D O S | | |
|-----------------------|-----------------|------------|------------|
| | 1970-1980 | 1980-1992 | 1970-1992 |
| Maranhão | 9,3 | 7,1 | 8,1 |
| Piauí | 9,4 | 4,6 | 6,8 |
| Ceará | 10,8 | 4,8 | 7,5 |
| R. G. Norte | 10,3 | 6,7 | 8,3 |
| Paraíba | 6,4 | 4,6 | 5,4 |
| Pernambuco | 8,6 | 2,5 | 5,2 |
| Alagoas | 9,1 | 5,0 | 6,8 |
| Sergipe | 10,2 | 3,4 | 6,5 |
| Bahia | 8,8 | 3,2 | 5,7 |
| Nordeste | 8,7 | 2,7 | 5,4 |
| Brasil | 8,6 | 1,2 | 4,5 |

Fonte: SUDENE (1994)

De acordo com os dados acima, pode-se afirmar que o crescimento econômico - com uma taxa de 6,7% - é a realidade da economia do RN, principalmente, no período 1980-1992 que inclui a década de 80 ora pesquisada, quando o desempenho esteve acima da média do Nordeste (2,7%) e da economia brasileira (1,2%). Considerando os últimos 22 anos (1970-1992), observa-se que a economia do RN, com média de 8,3%, foi a que mais cresceu no Nordeste - com média de 5,4% -, e acima da média da economia brasileira, que foi de 4,5%.

A reprodução do capital na sociedade capitalista é um processo dinâmico de acumulação, que objetiva o desenvolvimento econômico e que tem como premissa - pelo menos, teoricamente -, o bem-estar da sociedade.

Dentro dessa lógica, o processo de crescimento econômico, vivenciado pela economia do RN, na década de 80, além da geração da nova riqueza trouxe consigo as contradições que são inerentes ao processo de produção capitalista: de um lado, a concentração de renda, e do outro, o empobrecimento ou estado de barbárie social a que foi relegada uma parcela da sociedade. Os dados abaixo, segundo o IDEC-RN (1993), demonstram o quadro de pobreza ou o mapa da fome no RN:

- a) 46% da população são de indigentes;
- b) 35,2% da população são de analfabetos;
- c) 52,2% da população tem renda mensal familiar "per capita" até 1/2 salário mínimo;
- d) 21% das crianças estão fora da escola;
- e) 11,1% das crianças já trabalham;
- f) 74,8% de residentes em domicílios não contam com saneamento adequado;
- g) 54,6% de residentes em domicílios não tem abastecimento d'água;
- h) 59,4% dos trabalhadores não contribuem para a Previdência;

i) 53,7% dos empregados não têm carteira assinada.

Este é o mapa da pobreza no RN, e tem na distribuição de renda a componente perversa, que contrasta com o processo de produção de riqueza, acumulada por uma pequena parcela da população. Em análise sobre a concentração da renda, conforme dados do IDEC-RN (1993), conclui-se que, em 1980, os 10% mais pobres tinham uma participação de 1,2% da renda total; em 1991, caiu para 0,6%. Em 1980, os 10% mais ricos tinham uma participação de 50,4% da renda total, em 1991 cresceu para 54,6%.

Ao comentar a taxa de crescimento do PIB e a distribuição da renda, Xavier (1992, p. 95) afirma:

"Conjuntura social historicamente regressiva que se vem mostrando ainda mais dramática no Nordeste: as desigualdades regional-econômica-sociais não vieram a ser reduzidas, senão agravadas, ainda mais perversamente.(...)"

No entanto, tal aparência se desfaz imediatamente, caso o desenvolvimento econômico venha a ser considerado não apenas em sua dimensão absoluta, taxa de crescimento da nova riqueza, concentração de renda ou participação relativa dos salários na nova riqueza."

As questões do crescimento econômico e da concentração de renda são analisadas por Teixeira (1994, p. 93), que afirma:

"Tal dissociação, crescimento econômico e bem-estar social, observado no Rio Grande do Norte, conforme indicadores seguintes, expressando um modelo nacional inclusive, torna-se mais grave, face a enorme influência dos poderes públicos, nos seus três níveis mais representativos, através de incentivos, subsídios, concessões, financiamentos, etc.. Ou seja, em nome do bem-estar social, sangra-se as receitas e orçamentos públicos promovendo-se uma forte concentração pessoal, funcional e espacial da renda."

Adiante, Teixeira (1994, p. 113) afirma:

"Os indicadores sociais do Rio Grande do Norte expressam, muito bem, o estágio de subdesenvolvimento a que está submetido grande parcela de sua população."

4.4 - CONCLUSÕES

Dentro da perspectiva de explicar o comportamento da economia do Rio Grande do Norte, na década de 80, destacou-se como de fundamental importância o papel do Estado como produtor de petróleo ou como fomentador de investimentos, nas principais transformações da estrutura econômica, como forma de identificar os fatores determinantes do crescimento econômico.

No primeiro momento, resgatou-se o perfil da economia do RN, antes da década de 80, nos seus aspectos econômicos. A característica dominante na economia estadual, naquele período, era a de ser predominantemente agro-exportadora. Outra fase importante, resgatada da economia do RN, foi a sua inclusão no processo de desenvolvimento regional, final da década de 60 e início da de 70, promovido pelo Estado, através da SUDENE, com a implantação do parque têxtil e que predominou nas atividades do RN econômicas até o início da década de 80.

No segundo momento, destacaram-se as transformações na economia do RN, a partir da instalação da indústria extrativa do petróleo e do gás natural, que marcou uma nova etapa na industrialização estadual. O Estado-produtor de petróleo foi o responsável, em grande parte, pelas transformações ocorridas na economia, além de fomentador de investimentos para outras atividades econômicas como: agricultura, serviços e turismo etc..

Objetivamente, mostrou-se que o Estado-produtor de petróleo, representado pela PETROBRÁS, ao desempenhar as suas atividades de exploração e produção, interliga-se com outras atividades como serviços terceirizados, comércio etc., capazes de acelerar o processo de crescimento econômico. Além de destacar a importância dos investimentos; da produção de petróleo e gás natural em relação à produção nacional; dos impostos, resultado da comercialização do gás natural; e, dos "royalties".

O terceiro momento, foi dedicado a uma análise dos indicadores

econômicos, na tentativa de explicar a realidade da economia do RN, na década de 80.

Destacou-se o período de crise que destruiu, parcialmente, a base produtiva da economia estadual, bem como, a sua reconstrução ou reanimação, pelo Estado, como produtor de petróleo ou como fomentador de investimentos.

Na análise dos agregados econômicos, como forma de explicar o desempenho da economia ou o crescimento econômico, na década de 80, pode-se concluir que o Estado foi o principal responsável pelos resultados obtidos na economia estadual. A confirmação desse resultado pode ser observada na participação do setor indústria que cresceu, no período pesquisado, 162,5% - onde a indústria extrativa do petróleo teve uma participação significativa -, e no setor serviços - com destaque para a terceirização na PETROBRÁS, e para o comércio (inclusive hotéis e restaurantes).

Finalmente, mostrou-se a contradição do processo de crescimento da economia do RN, na década de 80: o mapa da pobreza no estado, ou seja, a contradição entre a geração da nova riqueza produtiva, de um lado, e os excluídos da repartição dessa nova riqueza, do outro.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES FINAIS

A interferência do Estado na economia é um processo dinâmico e inerente da forma de produção capitalista. Objetiva, em alguns períodos de crises, regular as atividades econômicas, a partir da definição de políticas capazes de reanimar a economia. No auge do ciclo de conjuntura, o Estado, além de regulador das atividades econômicas, desempenha um papel de fomentador de investimentos, o que torna possível o desenvolvimento de todas as forças produtivas, visando o crescimento econômico e o bem-estar social.

De fato, na década de 80, o Estado esteve presente, a nível de Brasil, direta ou indiretamente, em todos os setores econômicos, ao canalizar recursos para investimentos na produção; ou na área social (educação, saúde, habitação, etc.); ou na concessão de subsídios a produção, de incentivos fiscais, etc..

No RN, a presença do Estado foi marcante como produtor de petróleo. A implantação de uma nova matriz produtiva foi capaz de transformar a base produtiva e econômica do estado, bem como, criar novas alternativas para o surgimento de outras atividades econômicas ligadas ou não ao setor petrolífero.

Com a implantação da PETROBRÁS no RN, as atividades que outrora representavam a sua base produtiva - cultura do algodão, indústria têxtil, indústria mineral do sal e do tungstênio - passam a ter uma participação menor na composição do PIB estadual. Na verdade, essas atividades já não são capazes de gerar novos empregos e de participar ativamente do processo de formação de riqueza, em virtude da crise econômica, - a que esteve exposta a economia brasileira, na década de 80 e início dos anos 90, quando o país mergulha num período de estagnação/recessão e inflação sem precedentes - ter afetado substancialmente essas atividades produtivas.

Destacou-se neste estudo que o Estado, na década de 80, desempenhou um papel fundamental nas transformações da economia do RN, como produtor na implantação da indústria extrativa do petróleo e do gás natural; como fomentador de investimentos na formação do pólo turístico e na instalação das agroindústrias. A reorganização da economia do RN, sob a tutela do Estado, transformou uma economia que a nível de Nordeste era considerada quase inexpressiva, em termos de composição do PIB regional, até o início da década de 70, numa economia que se destacou das demais, principalmente na década de 80, como a de melhor desempenho e a que apresentou o maior índice de crescimento econômico na região Nordeste.

Atribui-se esse crescimento econômico, a intervenção do Estado frente as especificidades econômicas e sociais do setor petrolífero no RN, além do momento atípico em que se encontrava a economia estadual, em plena década de 80 ou "década perdida". Quando a crise econômica afetava toda economia brasileira, o Estado esteve presente como fomentador de investimentos na agricultura - na implantação das agroindústrias -, e no setor serviços - na expansão e consolidação do pólo turístico e na terceirização das atividades produtivas da PETROBRÁS.

Como resultado das pesquisas realizadas sobre a economia do RN, pode-se atribuir ao setor petrolífero, especificamente a PETROBRÁS, uma participação significativa no processo de transformações da economia estadual, bem como, destacar que as perspectivas da indústria de extração do petróleo e do gás natural, para a década de 90, são as mais promissoras, em virtude da probabilidade de exploração e extração de petróleo em águas profundas na Bacia Potiguar. Dessa forma, estaria o RN (Bacia Potiguar) 2^o maior produtor de petróleo do Brasil, participando ao lado do Rio de Janeiro (Bacia de Campos) maior produtor brasileiro, do objetivo maior da PETROBRÁS: alcançar até o final desta década, a auto-suficiência na produção de petróleo e gás natural. Poderá o RN, além de se tornar um grande produtor de petróleo, sediar a construção de uma nova refinaria prevista para a região Nordeste, até o ano 2000.

Finalmente, pode-se afirmar que o crescimento económico, resultado do processo de transformação da economia do Rio Grande do Norte ocorreu, na década de 80 ou "década perdida", em função do papel do Estado na economia como produtor de petróleo, e, principalmente, como fomentador e regulador de investimentos noutras atividades económicas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fernando Antonio G. **Os 40 anos da Petrobrás.** seção Ensaio da Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.47, n. 10, p. 33-39, out, 1993.
- ARAÚJO, João Lizardo de; GUIRARDI, André. **substituição de derivados do petróleo no Brasil: questões urgentes.** Rio de Janeiro: Revista Pesquisa e Planejamento Econômico/IPEA, v. 16, n.3, p. 745-72, dez, 1986.
- BARAN, Paul Alexander. **A economia política do desenvolvimento.** São Paulo: abril cultural, 1984. (Col. Os Economistas).
- BARAT, Josef; NAZARETH, Paulo Buarque. **Transporte e energia no Brasil: as repercussões da crise do petróleo.** Revista Pesquisa e Planejamento Econômico /IPEA, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 197-244, abr, 1984.
- BELLUZZO, Luiz G. de Mello. **O senhor e o unicórnio.** São Paulo: brasiliense, 1984.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1991.
- BUENO, Ricardo. **Petrobrás - uma batalha contra a desinformação e o preconceito.** Rio de Janeiro: Amais, 1994.
- CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo P. de. **A economia brasileira em marcha forçada.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CRUZ, Paulo Davidoff. **Notas sobre endividamento externo brasileiro nos anos setenta.** In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. v.2, p. 59- 106.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Complexidade de uma urbanização periférica.** Campinas: Unicamp, 1990. (Tese de doutorado).
- _____. **Impacto dos investimentos em petróleo sobre a economia do Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN, 1992. (Projeto de pesquisa).
- FISHLOW, Albert. **A economia política do ajustamento brasileiro aos choques do petróleo:**

- uma nota sobre o período 1974/84. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico/IPEA*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 507-50, dez, 1986.
- FONSECA, Godin da. *Que sabe você sobre o petróleo?* 4 ed. Rio de Janeiro: São José, 1955.
- FRANÇA, José Mairton F. de. *Petróleo e desenvolvimento no Rio Grande do Norte: o caso das empresas prestadoras de serviços à Petrobrás*. Natal: UFRN, 1994. (Monografia apresentada ao Departamento de Economia da UFRN)
- FUNDAÇÃO IBGE. *Anuário estatístico 1992*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.
- FURTADO, Celso. *O Brasil pós "milagre"*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GARCIA, Odair Lopes. *avaliação da competitividade da indústria têxtil brasileira*. Campinas: Unicamp, 1994. (Tese de doutorado).
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultura, 1985. Col. (Os Economistas).
- FUNDAÇÃO Instituto de Desenvolvimento do RN. *Desempenho da economia do Rio Grande do Norte - 1990-92*. Natal: IDEC, 1993.
- _____. *Perfil do estado do Rio Grande do Norte*. Natal: IDEC, 1991.
- _____. *O mapa da fome no Rio Grande do Norte*. Natal: IDEC, 1993.
- KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- MARINHO JÚNIOR, Ilmar Penna. *Petróleo: política e poder*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1989
- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economistas).
- MOREIRA, Raimundo. *O nordeste brasileiro: Uma política regional de industrialização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Vera Beatriz da Silva. *Os ciclos da economia brasileira no pós-guerra*. *Revista Análise Econômica/UFRGS*, Porto Alegre, n. 11, p. 63-90, mar, 1989.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; NAKANO, Yoshiaki. *Hiperinflação e estabilização no*

- Brasil: o primeiro Plano Collor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v.11, n. 4, p. 89- 113, out-dez, 1991.
- PETROBRÁS. Petróleo: produção nacional x importação.** Rio de Janeiro: mar, 1993.
(Relatório).
- _____. **Petrobrás ano 40: uma história brasileira de sucesso.** Rio de Janeiro: set, 1993.
- _____. **Abertura e fechamento do setor petróleo.** Rio de Janeiro: out, 1993.
- _____. **O petróleo: exposição permanente.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, ago, 1985.
- _____. **Região de produção do Nordeste Setentrional.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, dez, 1990.
- _____. **Conheça a Petrobrás.** Rio de Janeiro: Serviço de Relações Institucionais, 1993
- _____. **Petrobrás: uma nave rumo ao futuro.** Rio de Janeiro: Serviço de Relações Institucionais, mar, 1994.
- _____. **Petrobrás.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, 1993.
- _____. **Conheça a bacia de campos.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, jun, 1991.
- _____. **O petróleo e a Petrobrás - em perguntas e respostas.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, jan, 1992.
- _____. **Relatório anual 1991.** Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social, abr, 1992.
- _____. **Notícias da Petrobrás.** Rio de Janeiro: Assessoria de Imprensa, n. 59, set/1993
- _____. **Notícias da Petrobrás.** Rio de Janeiro: Assessoria de Imprensa, faxpaper n. 46, jun, 1994.
- _____. **Notícias da Petrobrás.** Rio de Janeiro: Assessoria de Imprensa, faxpaper n. 53, ago, 1994.
- _____. **A indústria do petróleo no Rio Grande do Norte.** Natal: Assessoria de Comu-

- nicação, jul, 1994.
- POULALLION, Paul. Não se mexe em time que está ganhando. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 10, p. 42- 43, out, 1993, Seção Ponto de Vista.
- RAMOS, Lauro R. A.; MATA, Milton da. A questão energética e a economia brasileira: experiência recente e perspectivas. *Revista Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 537-66,dez, 1985.
- RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Col. (Os Economistas).
- ROCHA, Euzébio. *Esse patrimônio é nosso*. São Paulo: RG Editores Associados, 1991.
- RODRIGUES NETO, João. *Monopólio estatal ou oligopólio internacional: eis a questão*. O Poti, Natal, out, 1993.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, v. 1, p. 56- 121.
- SINDIPETRO - Sindicato dos Petroleiros. *Monopólio estatal ou oligopólio internacional*. São Paulo, 1993.
- SINGER, Paul. *A crise do "milagre"*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os Economista).
- SUDENE. *Agregados econômicos regionais - nordeste do Brasil 1965-92*. Recife: Sudene-DPG, 1994.
- SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural 1983. (Col. Os Economistas).
- TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M.; COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982, v. 1, p. 122-40.

TEIXEIRA, Pedro Hélio Gomes. O sistema energético e o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Natal: UFRN, Mestrado em Engenharia Mecânica, 1994. (Dissertação de Mestrado).

XAVIER, Jurandir Antonio. Desenvolvimento versus regressão. Campina Grande: A União, 1992.

_____. **A contemporaneidade da questão regional.** Campina Grande: Universitária, 1992.

_____. **O ideário industrial desenvolvimentista no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. **Ciclo de conjuntura numa economia subdesenvolvida - regressão versus reanimação da economia nos anos oitenta.** Campina Grande-UFPB, 1992. (Tese apresentada no concurso para professor titular da UFPB).

A PETROBRÁS com medo da concorrência, Veja, São Paulo, 30 mar/1994.

Análise da situação do setor petróleo e propostas de medidas a curto e médio prazo.

Boletim da AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás, n. 40, Rio de Janeiro, abr, 1993.